

DIRECTORIA GERAL DA INSTRUÇÃO PUBLICA

DO ESTADO

NORTE

A REPUBLICA

PUBLICAÇÃO DIARIA

PARTIDO REPUBLICANO FEDERAL

OUTOR PEDRO VELHO

Quarta-feira, 1 de Setembro de

Thesouro

EDITAL

Participação de grande do Brasil

NOVA CONCURRÊNCIA

O Sr. Inspector do T
mostrando observando as ord
de S. R. a Sr. Govern
do Estado, confidua em
rio de 17 de corrente, ad
385, manda fazer publi

Em comp
Reg. n. 9
annual do
que
des
sões p
dos interesses do ensino,
das que me pareceram mal
nistrativas desta Directoria

Procurei então conhece
difficil, quanto ao ensino p
trução publica pelo interior
Directoria para conhecer-lhes
Director, preceituadas pelo art.
1896, que puz em pratica ultim
sertão como vos informei em

Entretanto, sem dados p
escolas e sem o conheci
rado, posso
da pelos
no Estad
crificios
beneficio
lhoral-
C
F
falta

tigo
tro

A Atuação de Manoel Dantas na Instrução Pública Norte-Rio-Grandense (1897-1924)

Isabela Cristina Santos de Moraes



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ISABELA CRISTINA SANTOS DE MORAIS

**A ATUAÇÃO DE MANOEL DANTAS NA INSTRUÇÃO PÚBLICA NORTE-RIO-
GRANDENSE (1897-1924)**

NATAL/RN 2018

ISABELA CRISTINA SANTOS DE MORAIS

**A ATUAÇÃO DE MANOEL DANTAS NA INSTRUÇÃO PÚBLICA NORTE-RIO-
GRANDENSE (1897-1924)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Centro de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação, sob a linha de pesquisa Educação, Estudos Sócio - históricos e Filosóficos, para o programa de pós graduação em educação (PPGED), sob a orientação da professora Dr^a Maria Inês Sucupira Stamatto.

NATAL/RN 2018

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI
Catalogação de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial Moacyr de Góes - CE

Morais, Isabela Cristina Santos de.

A atuação de Manoel Dantas na instrução pública Norte-rio-grandense (1897-1924) / Isabela Cristina Santos de Moraes. - Natal, 2018.

165f.: il.

Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação. Natal, RN, 2018.

Orientadora: Dr^a Maria Inês Sucupira Stamatto.

1. História da Educação - dissertação. 2. Instrução Pública - dissertação. 3. Manoel Dantas - dissertação. I. Stamatto, Maria Inês Sucupira. II. Título.

RN/UF/BS-CE

CDU 37(813.2)(091)

ISABELA CRISTINA SANTOS DE MORAIS

A ATUAÇÃO DE MANOEL DANTAS NA INSTRUÇÃO PÚBLICA NORTE-RIO-GRANDENSE (1897-1924)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação como requisito para obtenção do grau de Mestra em Educação.

Área de Concentração: Educação.

Linha de Pesquisa: Educação, Estudos Sócio-históricos e Filosóficos. Data de aprovação: 15/02/2018

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Maria Inês Sucupira Stamatto – PPGED (Orientadora)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

Profª. Drª. Luciene Chaves de Aquino – CCHSA (Titular Externa)
Universidade Federal da Paraíba – UFPB

Profª. Drª. Maria Elizete Guimarães Carvalho – PPGE (Suplente Externa) Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Profª. Drª. Maria Arisnete Câmara de Moraes – PPGED (Titular Interna)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN

Profª. Drª. Olívia Moraes de Medeiros Neta – PPGED (Suplente Interna) Universidade Federal do Rio Grande do Norte- UFRN

NATAL–RN 2018

Dedico esta dissertação à memória do
intelectual Manoel Dantas;
À minha mãe, fonte de inspiração, com
todo meu amor.
E a todos que pesquisam e dedicam-se
com apreço à história da educação

AGRADECIMENTOS

Ao longo desta trajetória, profundos são os aprendizados e os laços que me unem fortemente à História da Educação. Expresso minha gratidão a todos que fizeram e fazem parte do meu caminhar.

Agradeço ao Criador pela oportunidade de aprender a cada dia, pelo discernimento e paz de espírito para seguir sempre em frente.

Gratidão à minha família pelo apoio incondicional e todo o amor e confiança a mim dedicados. Minha mãe, Inácia Francisca dos Santos, meu modelo e inspiração de perseverança. E também ao meu pai Inaldo Moraes e meu irmão Ivonaldo Santos.

A Ciro Moraes Medeiros, pelo apoio em todos os momentos de minha trajetória acadêmica e também pelo companheirismo, compreensão, dedicação e amor.

À orientadora Maria Inês Sucupira Stamatto, pelo apoio e as orientações sempre pontuais que auxiliaram-me durante todo o percurso do mestrado, dedico meu carinho e imensa gratidão.

À professora Grinaura Moraes, responsável pelo meu primeiro contato com a pesquisa em história da educação e orientadora da monografia. Gratidão pela confiança em mim depositada e por todo o aprendizado ao longo dos quatro anos de graduação no curso de Pedagogia na UFRN/ Ceres, Caicó.

Ao nosso querido grupo de pesquisa, destacando especialmente a amizade e contribuições de Anna Gabriella de Souza Cordeiro (Gabi) admirável pesquisadora e amiga, por todas as conversas e conselhos, e o querido Rodrigo Wantuir, pela amizade e apoio de sempre

A Mariana Tavares, Gillyane Dantas, Paula Cruz, Alliny Pranto e Marlene por todos os aprendizados compartilhados sobre a história da educação.

A Aline Medeiros, gratidão pelo aprendizado compartilhado.

Às professoras Luciene Chaves de Aquino e Francinaide Silva pela leitura e valiosas contribuições à este trabalho.

À professora Arisnete Câmara, pela leitura e contribuições deste trabalho, bem como o aprendizado juntamente ao seu grupo de pesquisa dos quais destaco

especialmente os amigos:

Nanael Simão, amigo que me acompanha desde a escrita do meu projeto de mestrado, sempre disposto aos diálogos sobre história da educação e conselhos acadêmicos,

A Janaína Moraes, sempre prestativa e amiga disposta ao auxílio esclarecedor e aos diálogos sobre a pesquisa

A Anderson Tavares de Lyra toda a gratidão pelos diálogos proveitosos sobre história da educação e o compartilhamento de imagens do acervo Instituto Tavares de Lyra - Macaíba para a pesquisa.

A Daniel Medeiros, amigo do coração por todo o carinho, apoio e amizade sincera.

Ao pesquisador Rostand Medeiros, pelos diálogos no Arquivo Público sobre a História da Educação e pelo apoio ao compartilhar fontes históricas.

Ao arquivo Público do Estado e todos os seus funcionários, que me receberam com todo o carinho e dedicação contribuindo de maneira valiosa para a pesquisa, destacando principalmente o funcionário Paulo e o diretor Dr. Cláudio pelo amor dedicado ao arquivo e o cuidado com a preservação da memória de nosso Estado, bem como pela confiança depositada em mim para pesquisar no acervo do local.

Dedico minha sincera gratidão ao apoio financeiro da CAPES, sem o qual não teria sido possível a realização desta pesquisa,

E aos demais colegas, professores e funcionários do PPGED que fizeram parte da minha jornada acadêmica do Mestrado.

RESUMO

Analizamos a educação, através da atuação de M. Dantas enquanto Diretor Geral da Instrução Pública do RN, apresentando suas contribuições, considerando-o enquanto intelectual republicano no Estado do Rio Grande do Norte. Estabelecemos como recorte temporal do estudo o período de 1897 quando o referido seridoense assume o cargo de Diretor Geral até 1924, ano que marca a sua morte. A realização desta pesquisa teve como incentivo contribuir com a História da educação Brasileira, a partir do prisma da história regional considerando sua contribuição para a Memória do Rio Grande do Norte. O desenvolvimento desta iniciou com análise bibliográfica acerca dos estudos históricos sobre República e educação no fim do século XIX e início do século XX, para embasar a compreensão teórica do assunto. Como principais fontes históricas, analisamos as páginas dedicadas à instrução pública nos *Relatórios de Presidente de Província*, com destaque para os feitos de Manoel Dantas em âmbito educacional; os artigos sobre instrução pública escritos por M. Dantas nos Jornais *O Povo*, utilizamos este jornal como suporte para compreender os primeiros ideais de Manoel Dantas sobre instrução. Destacamos portanto, que a partir do periódico *A República* encontramos subsídios para a atuação de Manoel Dantas enquanto Diretor, inspetor agrícola e representante do Estado nos Congressos de Geografia, sendo esta fonte essencial para o desenvolvimento da pesquisa, assim como a Revista criada pela associação dos professores, a *Pedagogium*, que trouxe significativas informações ao nosso estudo. Utilizamos também legislação educacional, principalmente o decreto de criação do cargo de diretor da instrução pública, como suporte para a construção desta escrita dissertativa. Esta pesquisa está inserida no âmbito da História da Educação, compreendendo em seu aporte teórico autores da Nova História Cultural. Compreendemos portanto, que a atuação de Manoel Dantas em defesa da instrução pública estava completamente embasada pelo ideário republicano, e este posicionamento político conduziu suas ações em prol da instrução, onde colaborou ativamente durante sua vida, constituindo assim ao longo de seu percurso social, importantes contribuições para a educação do Rio Grande do Norte no fim do século XIX e início do século XX, legando a posteridade importante colaboração à História da Educação deste Estado.

Palavras-Chave: República; Instrução Pública; Intelectual; Manoel Dantas; História da Educação.

ABSTRACT

We analyzed education by the proceeding of M. Dantas as Public Instruction's General Director of RN, presenting his contributions, being considered as a republican intellectual in the State of Rio Grande do Norte. We established as a temporal cut of the study the period from 1897, when he assumed the position of General Director, until 1924, the year that marks his death. The accomplishment of this research was pushed by the contribution to History of Brazilian education, from the prism of the regional history considering its contribution to the Memory of Rio Grande do Norte. Its development began with a bibliographical analysis of the historical studies on the Republic and education in the late nineteenth and early twentieth centuries to support the theoretical understanding of the subject. As main historical sources, we have analyzed the pages dedicated to public education in the Reports of Province President, highlighting the achievements of Manoel Dantas in education; the articles on public instruction written by M. Dantas in *The People's Newspapers*, we have used this newspaper as a support to understand Manoel Dantas' early ideals of instruction. We emphasize, therefore, that from the newspaper *The Republic* we find subsidies for the performance of Manoel Dantas as Director, agricultural inspector and representative of the State in the Geography Congresses, being that the essential source for the development of the research, as well as the Magazine created by the association of teachers, the *Pedagogium*, which brought significant information to our study. We also use educational legislation, especially the decree creating the position of director of public education, as a support for the construction of this writing. This research is part of the History of Education, including in its theoretical contribution authors of the New Cultural History as: Jaques Le Goff (1994), Bronislaw Backzo (1985), Sirinelli (1997) Bloch (2001) Burke (1992), Certau (1976). We therefore understand that Manoel Dantas' proceeding in defense of public education was completely based on the Republican ideology, and this poetic position led his actions in favor of education, where he actively collaborated during his life, thus constituting throughout his social journey important contributions to the education of Rio Grande do Norte in the late nineteenth and early twentieth century, leaving posterity important collaboration to the History of Education in this state.

Keywords: Republic; Public Instruction; Intellectual; Manoel Dantas; History of Education.

LISTA DE SIGLAS

RN	Rio Grande do Norte
IHGRN	Instituto Histórico e Geográfico do RN
MD	Manoel Dantas
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
PPGED	Programa de Pós Graduação em Educação
APERN	Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Norte

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa do Seridó	17
Figura 2 - Mapa do Estado do Rio Grande do Norte	19
Figura 3 - Manoel Gomes de Medeiros Dantas	24
Figura 4 - Manoel Dantas	27
Figura 5 - Site de busca dos Relatórios de Presidente de Província	36
Figura 6 - Grupo Escolar Augusto Severo, considerado cartão postal em 1910 na cidade de Natal/ Rio Grande do Norte	45
Figura 7 - A posição do Diretor Geral na Hierarquia dos Cargos	54
Figura 8 - Mapa demonstrativo das Aulas Públicas de Primeiras Letras na Província do Rio Grande do Norte, com declaração do número de Professores, Professoras, e dos alunos que os frequentaram no ano de 1845, coordenado segundo os mapas ultimamente enviados à Secretaria da Presidência.....	56
Figura 9 - A República - Melhoramentos na Capital	66
Figura 10 - Manoel Dantas segurando um jornal na sede do Periódico A República	68
Figura 11 - Manoel Dantas e amigos Seridoenses na Faculdade em 1890	82
Figura 12 - Escola Estadual Manoel Dantas.....	112
Figura 13 - Registro da fala de Edgard Dantas homenagem aos 150 anos do nascimento de seu avô, o intelectual Manoel Dantas	113
Figura 14 - Reconhecimento das ações de Manoel Dantas enquanto Intelectual Multifacetado	116
Figura 15 - Governos em que Manoel Dantas esteve ativo como Diretor da Instrução Pública	123
Figura 16 - Manoel Dantas em sua residência, sentado frente a escrivaninha, ladeado por dois de seus filhos, Leonor e Humberto no ano de 1911	124
Figura 17 - Primeira turma do Grupo escolar Frei Miguelinho. Manoel Dantas ao centro ladeado pelo professor Luís Soares e a Professora Carolina Wanderley. Ao fundo, as crianças da turma.....	130

Figura 18 - Ata da reunião da Instalação do Conselho Superior de Instrução Pública	
.....	149

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Relação com os nomes dos Diretores de Instrução Pública do RN a partir do ano de 1834 até 1897	60
Tabela 2 - Relação Nominal dos empregados da Diretoria e Secretaria da Instrução Pública do Estado	63
Tabela 3 - Ações de Manoel Dantas	110
Tabela 4 - Rede de Sociabilidades: Intelectuais contemporâneos à Manoel Dantas	111
Tabela 5 - Assuntos Discriminados nos Relatórios de Presidente de Província do RN	131
Tabela 6 - Títulos Discriminados nos Relatórios do Diretor Geral de Instrução Pública dentro do Relatório do Presidente de Província	132
Tabela 7 - Mapas Anexados nos Relatórios do Diretor Geral de Instrução Pública contidos nos Relatórios de Presidente de Província do RN	135
Tabela 8 - Lista de Livros didáticos utilizados nas escolas primárias no ano de 1897, definidas pelo Conselho Literário	137
Tabela 9 - Principais Acontecimentos e Propostas Relatados entre 1897 e 1901 ..	142
Tabela 10 - Distribuição por Cidade de Escolas e Estabelecimentos de Ensino do RN no Ano de 1922	143
Tabela 11 - Presidentes de Província do RN 1897-1924	144
Tabela 12 - Títulos do Jornal A REPÚBLICA em que de maneira mais recorrente aparecia Manoel Dantas	146

LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS

Quadro 1 - Índice de analfabetismo no Rio Grande do Norte – Primeira República.	43
Quadro 2 - Estudantes Brasileiros Matriculados em Coimbra, por Província, 1772-1872, e Distribuição Provincial da População, 1823	83
Quadro 3 - Programa de Ensino de 1917	114
Gráfico 1 - Evolução do Sistema Partidário do Império, 1831 – 1889	85
Gráfico 2 - Distribuição por Cidade de Escolas e Estabelecimentos de Ensino do RN no Ano de 1922 de A-L	138
Gráfico 3 - Distribuição por Cidade de Escolas e Estabelecimentos de Ensino do RN no Ano de 1922 de M-Z.....	139
Gráfico 4 - Dados de Frequência Média de Alunos no Estado do RN entre 1897-1922	140
Gráfico 5 - Demonstrativo da Quantidade de Grupos Escolares Existentes no RN entre os Anos de 1909 e 1924	141

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO - ENCONTRO COM O OBJETO DE PESQUISA: UM DIÁLOGO ENTRE FONTES HISTÓRICAS E APORTE TEÓRICO	15
2 CENÁRIO SÓCIO-EDUCACIONAL EM QUE ATUAVA MANOEL DANTAS	38
2.1 A Criação do cargo de Diretor da Instrução Pública	50
2.2 Manoel Dantas e a educação Republicana	64
2.3 A Importância da Função de Diretor da Instrução Pública no Contexto Sociocultural da Primeira República	69
3 CONCEPÇÕES DE MANOEL DANTAS SOBRE INSTRUÇÃO PÚBLICA	73
3.1 Contextualização Histórico-Educacional do RN	74
3.2 Contextualização Teórico Educacional da formação de Manoel Dantas.....	78
3.3 Ideais de Manoel Dantas na Instrução Pública: contribuições em artigos da <i>Revista Pedagogium</i>	93
4 ATUAÇÃO DE MANOEL DANTAS NA INSTRUÇÃO PÚBLICA DO RN	109
4.1 A interface pedagógica de Manoel Dantas e sua atuação na Instrução Pública Do RN.....	114
4.2 Relatórios de Presidente De Província, atuação do Diretor Geral Manoel Dantas	125
4.3 Contribuições dos artigos de Manoel Dantas para o jornal “A República...”	145
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	152
APÊNDICES.....	150
FICHA DE DADOS – RELATÓRIOS DE PRESIDENTE DE PROVÍNCIA/ RN....	150
FICHA DE DADOS: JORNAL	151
FONTES.....	152
REFERÊNCIAS.....	155

1 - INTRODUÇÃO -

ENCONTRO COM O OBJETO DE PESQUISA: UM DIÁLOGO ENTRE FONTES HISTÓRICAS E APORTE TEÓRICO

Percorrendo a extensa zona dos nossos sertões, onde os costumes ainda se ressentem do culto do passado, vemos a cada passo lembrados homens antigos, que já se foram, mas permanecem na memória das gerações novas que os não esquecem, conforme foi boa ou má a sua conduta no tempo em que viveram. [...] É, talvez, por isso, por esse apreciável culto à memória dos seus antepassados, que o sertanejo tem mantido, entre a corrupção dos costumes e abastardamento do caráter, que andam infelizmente ligados aos esplendores da civilização, uma certa pureza de sentimentos, a sinceridade e a simplicidade na sua vida quasepatriarcal.

Manoel Dantas

Este trabalho foi constituído a partir do panorama histórico do fim do século XIX e início do século XX analisando a instrução pública no Rio Grande do Norte e seu contexto sócio-histórico.

Os Relatórios de Presidente de Província foram utilizados como importante fonte de pesquisa. A partir destes, tivemos acesso aos registros do Diretor de Instrução Pública, Manoel Gomes de Medeiros Dantas, descrito pela historiografia do RN como intelectual de carácter multifacetado. De acordo com Medeiros Filho (1988, p. 192)

Dr. Manoel Gomes de Medeiros Dantas. Filho do casal Manoel Maria do Nascimento Silva e Maria Miquilina de Medeiros. Neto paterno do Cel. João Gomes da Silva e Luzia Úrsula de Medeiros; materno, de Cristóvão Vieira de Medeiros Júnior e Francisca Umbelina da Silva. Nasceu na freguesia de Sant'Ana do Seridó (Caicó), aos 26 de abril de 1867. Foi casado com D. Francisca Augusta Bezerra de Araújo, filha do casal Silvino Bezerra de Araújo Galvão e Maria Febrônia de Araújo, do Acari (RN). Neta paterna de Cipriano Bezerra Galvão e Isabel Cândida de Jesus; materna, de Cipriano Lopes Galvão (irmão do outro Cipriano) e Ana Marcolina de Jesus (irmã de Isabel) Manoel Dantas faleceu, como prefeito de Natal, aos 15 de Junho de 1924.

A atuação de Manoel Dantas no contexto social e político do Rio Grande do Norte, ocorreu desde o início da República no Brasil, ou seja, do ano de 1889 até 1924, ano de sua morte. Ele publicou artigos de cunho educacional, político, cultural e econômico em jornais como: *O Povo* (Caicó até 1891) e *A República* (Natal até 1924).

Exerceu diversos cargos políticos, como Diretor Geral da Instrução Pública, Inspetor Agrícola, Professor, Orador do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Prefeito de Natal, e escreveu bibliográficas de cunho histórico, geográfico, econômico e cultural contribuindo para a instrução pública do Rio Grande do Norte.

Este estudo reconhece a pertinência da pesquisa educacional sobre Manoel Dantas enquanto intelectual natural da região do Seridó¹ (Figura 1) sua terra de origem. Realizamos este estudo sob o viés da história da educação. A região

¹ A Mesorregião Seridó localiza-se no interior do Nordeste Semiárido e congrega 54 municípios, sendo 28 no estado do Rio Grande do Norte e 26 no estado da Paraíba. Abrange uma área de 21.051 km² e possui uma população de 535.826 habitantes. (MINISTÉRIO, 2015)

seridoense se constituiu para nós enquanto berço desse intelectual de reconhecida importância para o Rio Grande do Norte.

Figura 1 - Mapa do Seridó



Fonte: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1373931>. Acesso em: 14 de Outubro de 2017

Conhecer a espacialidade regional sobre a qual decidimos pesquisar contribuiu para que tivéssemos melhor dimensão territorial e cultural que alcançou a atuação do intelectual seridoense que esteve presente mais fortemente no Rio Grande do Norte, porém sua presença era também registrada em artigos, onde este encontrava-se ou correspondia-se com o povo paraibano, principalmente quando realizava suas demonstrações de práticas agrícolas denotando proximidade entre Paraíba e Rio Grande do Norte.

Além de perceber a forte ligação estabelecida entre o intelectual e seu pertencimento local, seu apreço em fazer progredir a terra onde foi criado, sensação de pertencimento não apenas de cidadão brasileiro, mas no caso de Manoel Dantas, na sua configuração enquanto homem sertanejo, norte-rio-grandense, seridoense, o

“Ser (tão) Seridó” em diversos sentidos. Medeiros Neta (2007, p. 52)

A terra e sua aridez justificaria os jeitos e trejeitos do seridoense que, assim como a terra, guardaria em seu âmago a necessidade de uma luta constante com a natureza, tornando cada homem, um depósito de esperança da vitória. O corpo e mente destes seriam moldes de um lutador, um protótipo de um Homem – Terra, aquele que dela brota e por ela luta. Esse Homem-Terra acostumou-se com a agressividade do solo, seu calor sua luminosidade refletida no conjunto de pedras que nela são frequentes. Este homem sabe que viver neste espaço é antes de tudo valorizá-lo, atualizá-lo enquanto berço, lugar próprio. Daí, Manoel Dantas, José Augusto, Juvenal Lamartine e Oswaldo Lamartine serem Homens-Terra, pois em seus escritos pensam o Seridó, apresentam-no enquanto berço e lugar comum, como espaço de vivências e de lutas, cartografando em seus desejos, espaço do eu que se imbrica com a escrita de si e a escrita da história.

Essa definição de Homem-Terra, apresentada por Medeiros Neta (2007) em sua escrita, auxiliou-nos a compreender a devoção dos intelectuais e a construção dessa relação com o seu lugar de origem e suas cartografias espaciais. A região onde nasceram e atuaram simboliza para eles a extensão de seu próprio ser.

Isto nos fez perceber a relação de Manoel Dantas com o Seridó e com o Rio Grande do Norte, temáticas recorrentes em seus textos onde ressaltava a figura do homem sertanejo, da sua bravura, sobretudo em enfrentar as adversidades climáticas, compreendendo também imbuído nesse contexto a falta da instrução e do trabalho que tanto lutava e defendia sua importância para o povo sertanejo, o qual definia como ativo e empreendedor.

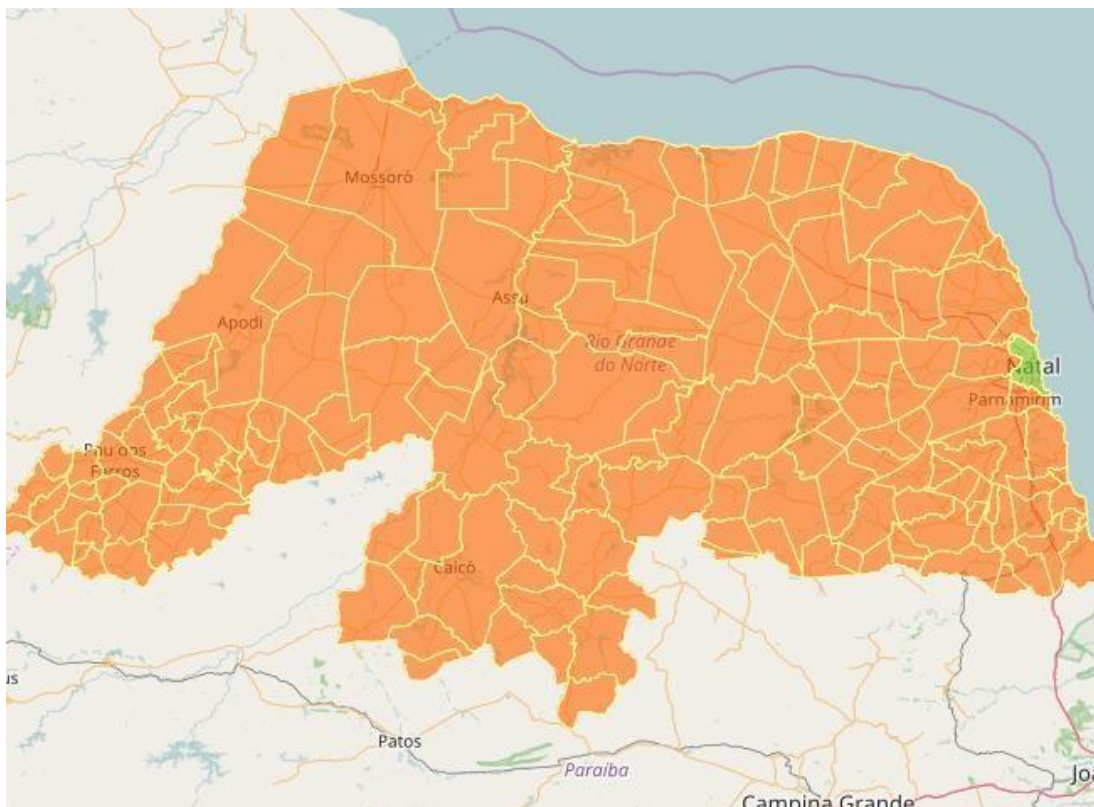
O Rio Grande do Norte, berço de Manoel Dantas e outros intelectuais que lhe foram contemporâneos expressa em sua espacialidade mais do que características geográficas. Concordamos com Medeiros Neta (2007, p. 55) ao afirmar que

O homem é um geógrafo e o lugar é seu espaço de vida no qual as relações se misturam num emaranhado de laços, onde estão presentes os sentimentos pessoais, as memórias coletivas e os símbolos. Desta forma, podemos entender o espaço como produção. O espaço do Seridó escrito por Manoel Dantas (...) é pelos atos de consumo de emoções, linguagens e memória, fazendo o texto do fruto de um complexo sistema de escolhas.

Escolhas que expressam de maneira única como o intelectual compreendia e escrevia sobre sua definição do ser Seridoense, ser norte-rio-grandense, de maneira peculiar a sua relação com o espaço onde habitava. Importante destacar portanto, que conheceremos a educação norte-rio-grandense, sob a visão de Manoel Dantas, este

intelectual que teve suas ações pautadas pelo seu sentimento de Homem-Terra estabelecendo ligação ainda mais profunda com a região onde nasceu. A Figura 2 representa o mapa do RN em seu espaço geográfico.

Figura 2 - Mapa do Estado do Rio Grande do Norte



Fonte: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?coduf=24> Acesso em: 22 de Maio de 2017

Medeiros Neta (2007, p. 61) através de trechos de escritos deste intelectual para jornais como: *O Povo* e *A República*, afirmava que “Para Manoel Dantas, o Seridó deve estar envolvido pela evolução da educação para que o homem e terra tornem-se um só, viverem de suas potencialidades”. Dantas (1996, p. 11) citado por Medeiros Neta (2007, p. 61) acreditava que:

Enquanto não se compreender que na instrução reside primeiro o bem estar de um povo, e esses prejuízos perdurarem, o sertanejo há de ser atrasado, refratário as inovações de progresso e indiferente às lutas que se travam em nosso país.

Manoel Dantas, pertencente e atuante no Rio Grande do Norte através de sua definição de Seridó, compreendia de maneira singular os acontecimentos sócio-políticos de sua época e as ideias estudadas na Faculdade de Direito do Recife.

Os caracteres do homem, republicano, sertanejo implicaram em uma

construção de sentidos que estruturavam esse intelectual, enquanto integrante do Rio Grande do Norte e defensor do progresso e do conhecimento como chave para alcançar o desenvolvimento da sociedade, passíveis de comprovação através de suas ações e registros escritos.

Considerando ser inerente ao contexto histórico do Seridó, percebemos através deste, que as fases da estruturação escolar contribuem para o conjunto atual da educação do Rio Grande do Norte. Esse olhar do pesquisador que encontra-se inserido na cultura de seu objeto de pesquisa, possibilita maior afinidade e fidelidade para com o desenvolvimento do estudo.

O interesse em trabalhar com esta temática partiu de questionamentos que surgiram durante o período da graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Ceres/ Caicó). Ao depararmos com os artigos de Manoel Dantas em prol da instrução pública no jornal O POVO, surgiram inquietações, que fundamentaram a origem de pesquisa na iniciação científica, tendo como resultado a produção monográfica no ano de 2015, intitulada: *A instrução pública sob a ótica de Manoel Dantas*.

Nessa monografia foi utilizada como principal fonte documental os artigos do jornal *O Povo*, a partir do levantamento dos artigos escritos por Manoel Dantas que relatavam a organização da instrução pública nos primeiros anos da república brasileira, ou seja, no início do século XX.

A partir da pesquisa acadêmica de Moraes (2015) que analisou a instrução pública sob a ótica de Manoel Dantas, estabelecemos diálogo teórico com autores tais como (Chartier, 1988) e fontes documentais: o Jornal O POVO que incitaram o aprofundamento de estudos na área da educação potiguar, considerando a atuação de Manoel Dantas e seus discursos como representação social da instrução pública na Primeira República.

Como aluna com matrícula especial no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRN, ingressei no ateliê de pesquisa: *Educação, história e práticas culturais I*, coordenado pelo professor Antônio Basílio Novaes Thomas de Menezes. Este primeiro contato com a pós-graduação foi importante para a realização de profundas reflexões e reestruturação do projeto de pesquisa, bem como do olhar sobre ser pesquisador na área de história da educação.

Assim sendo, surgiu a motivação em aprofundar os conhecimentos a partir do desenvolvimento da pesquisa com ênfase nas contribuições de Manoel Dantas na área da instrução, destacando sua atuação enquanto diretor da instrução pública, jornalista e pedagogo² percebendo-o como intelectual com diversas contribuições ao âmbito educacional do RN na Primeira República.

Em nossa percepção, atribuir a determinada pessoa o título de intelectual ou descrevê-la como tal, envolve perceber suas ações, o cultivo da intelectualidade presente em seus escritos. Um intelectual constituía-se a partir de seu destaque, suas ações e contribuições sociais que marcavam determinada época.

Ao adentrarmos oficialmente no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, enquanto mestranda da linha de pesquisa: estudos sócio - históricos e filosóficos da educação sob a orientação da professora Dr^a. Maria Inês Sucupira Stamatto, as ideias inicialmente apresentadas no projeto foram aprimoradas, resultando no interesse em pesquisar: as contribuições de Manoel Dantas enquanto diretor geral da instrução encontrados nos relatórios do presidente de província do RN e artigos escritos por ele que abordavam a temática da instrução encontrados no jornal A República, e na Revista Pedagogium considerando portanto, sua figura na visão de Sirinelli (2003, p. 235) a partir do conceito de “intelectual ator do político inscrevia obrigatoriamente sua ação no tempo curto do debate cívico” do Estado do Rio Grande do Norte.

Definimos o que seria o intelectual, em concordância com Sirinelli (2003, p.243) ao descrever caracteres que compõem a atuação de um intelectual na sociedade, reconhecendo, portanto, que este se faz notar através de suas ações e a significação destas perante a sociedade em que vivia, afirmando que esta especificidade “legitima e mesmo privilegia sua intervenção no debate da cidade – que o intelectual põe a serviço da causa que defende”.

No caso de Manoel Dantas, este destacava-se na sociedade em que estava inserido considerando a política, cultura, erudição, intelectualidade, tratando especificamente nesse momento acerca da luta e defesa que este intelectual exerceu

² Apesar de não ter formação pela Escola Normal, lhe era atribuído o título de Pedagogo em virtude de sua prática educativa.

no âmbito da instrução.

Intencionamos com este estudo destacar as ações exercidas por Dantas enquanto intelectual, Diretor da Instrução Pública buscando compreender assim, quais foram as suas contribuições educacionais para o Estado do Rio Grande do Norte?

Considerando Manoel Dantas como intelectual, Norte-Rio-Grandense, e que para ser considerado como tal, teve notável destaque por seus discursos e ações, o que o fizeram objeto de estudo sob ótica histórica em diversos momentos, precisamos saber quais foram suas ações marcantes e suas contribuições para a instrução pública do Rio Grande do Norte.

A priori, destacamos que a intensa atuação do intelectual ora perfilado nos afigurou como sendo o marco para a compreensão deste educador. Uma vez que, atuava incessantemente em diversas áreas, dentre elas a instrução, buscando sempre estar atualizado sobre as teorias em voga na época, pelas melhorias do ensino e trabalhava em prol disso.

Em pesquisas anteriores, Moraes (2015) destacou a instrução pública sob a ótica de Manoel Dantas, estudando seus artigos para o Jornal o Povo, a partir de 1889. Posterior a este estudo, buscamos ir além da constatação do que este defendia acerca da instrução, como a compreendia e situava o assunto no periódico.

Buscamos agora compreender o que fez este intelectual em prol da educação ao ter a oportunidade de assumir importante cargo na área, com grande autonomia de atuação e influência que foi o cargo de Diretor Geral da Instrução Pública. Direcionamos nosso olhar para as fontes que nos mostraram o que fez este homem em mais de duas décadas nas quais permaneceu nesta função.

Por ser intelectual de caráter multifacetado, Manoel Dantas não abandonou a imprensa ao assumir o trabalho como Diretor Geral, publicando sobre instrução tanto no Jornal *A República* quanto na *Revista Pedagogium*. Consideramos portanto a sua prática aliada também à imprensa pedagógica. Sobre o trabalho com arquivos de imprensa, destacamos o que afirma Silva (2013, p. 51):

O uso da imprensa nos meios acadêmicos, como fonte para a compreensão dos fatos históricos, é relevante, pois ela, sem dúvida, representa um espaço de manifestações coletivas, no qual ocorrem debates, discussões e polêmicas da época pesquisada, muitas vezes

no afã dos acontecimentos, emergem de forma fecunda.

Tratando especificamente do presente estudo, encontramos nos periódicos, Jornal e Revista anteriormente citados, importantes subsídios para o desenvolvimento da dissertação. Destacamos, portanto, que trabalhar com *A República* e a *Revista Pedagogium* foi fundamental para nossa compreensão do âmbito educacional de 1897-1924. Ressaltamos ainda o que afirma Silva (2013, p. 53):

Sendo a imprensa, na concepção sob a qual nos apoiamos identificada como uma configuração, é possível por meio dela, investigar costumes, hábitos, inclinações políticas, entre outros aspectos. Ou seja, não se trata de analisar os impressos isoladamente, mas perceber as redes de entrelaçamentos que contêm, o que dizem – ou silenciam – como dizem, quando dizem, dentre outros aspectos.

Buscamos através da imprensa enquanto fonte de pesquisa a compreensão sobre os acontecimentos importantes na educação do Rio Grande do Norte, destacando a ótica de Manoel Dantas e sua contribuição para a instrução pública do Estado.

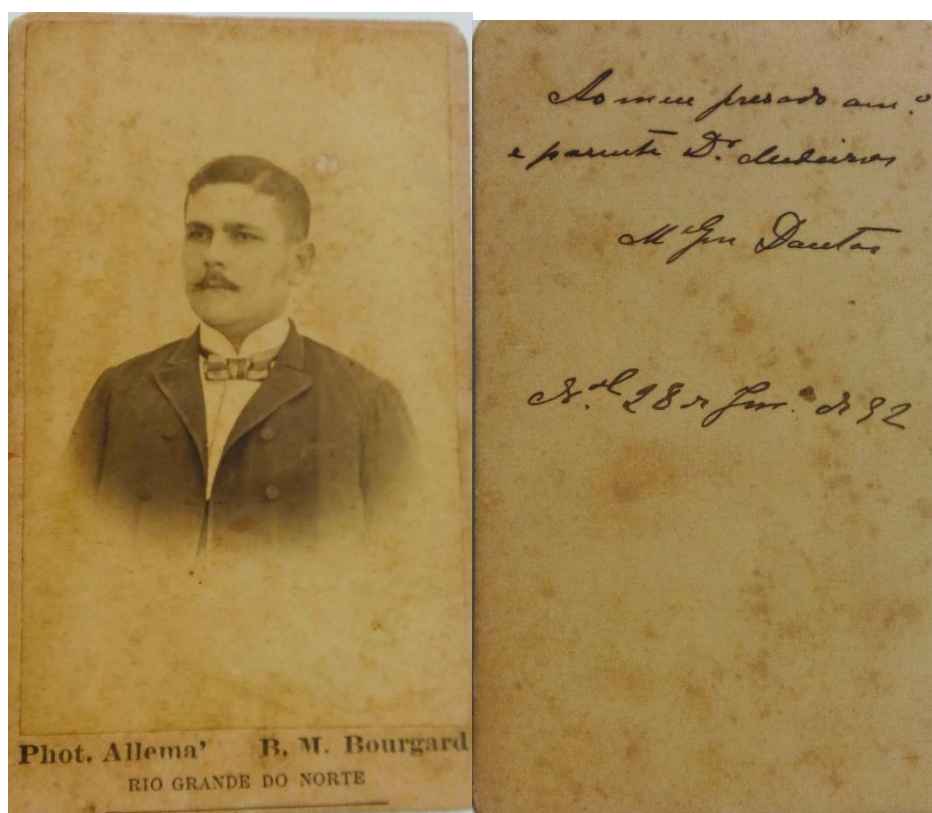
A decisão de trabalhar com esse tema especificamente, surgiu dos diálogos com a orientadora em aulas ministradas ao longo da disciplina: Seminários de Introdução à Pesquisa Histórica, que contribuiu demasiadamente para o amadurecimento e ampliação do conhecimento sobre os autores e conceitos da pesquisa no âmbito da história da educação.

Essa disciplina possibilitou reflexões que culminaram em maior segurança e maturidade para a escolha do referencial teórico deste estudo e clareza de pensamento ao delinear efetivamente o projeto e a escrita da introdução.

Esclarecidas as razões que motivaram a escolha da temática e do intelectual Manoel Dantas como de importância central para o estudo, é válido apresentar ao leitor um breve histórico a seu respeito, enquanto peça chave para a realização do presente trabalho.

Manoel Gomes de Medeiros Dantas foi um homem nascido e criado no Seridó, oriundo do sítio Riacho fundo em Caicó/RN no ano de 1867. Ainda jovem, começou a colaborar na redação do jornal *O Povo* com apenas 22 anos. Na época, era aluno do curso de Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Direito do Recife.

Figura 3 - Manoel Gomes de Medeiros Dantas³



Fonte: Acervo Instituto Tavares de Lyra – Macaíba/RN (Dedicatória: Ao meu presado amigo e parente Dr. Medeiros M Gomes Dantas Natal, 28 de Jun 1892)

Era reconhecido pela sociedade potiguar por sua inteligência e vida profissional promissora tendo em vista que, enquanto jovem integrante da elite seridoense, teve a oportunidade de estudar na Faculdade de Direito do Recife/PE.

Manoel Dantas além de dedicar-se ao curso de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, interessava-se por assuntos políticos, defendendo sua opinião e

³ Bruno Bougard foi um fotógrafo de origem Alemã que estabeleceu-se com sua família no Brasil, onde seu irmão Max já estava estabelecido comercialmente. Junto com este irmão eram responsáveis pela Fotografia Alemã, sendo seu irmão Max, mais voltado para as negociações e Bruno para o aperfeiçoamento da arte da fotografia. Bruno M. Bougard, era responsável por registrar diversas personalidades da época, dentre estas, está o registro que ele fez de Manoel Gomes de Medeiros Dantas. Informações sobre o fotógrafo alemão elaboradas com base no texto do Doutorando em História da Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte: Anderson Tavares de Lyra em seu blog: História e Genealogia. Fonte: <<http://www.historiaegenealogia.com/2012/05/bruno-bourgard.html>> Acesso em: 13/09/2017

professando-a acerca do que acreditava ser necessário para que o povo sertanejo pudesse evoluir e acompanhar a marcha de progresso em que se encontrava o Brasil na nascente república.

Enquanto aluno da faculdade de Direito do Recife, teve uma formação ancorada nos pressupostos das teorias correntes na segunda metade do século XIX com realce para o Positivismo⁴, que influenciou as suas múltiplas ações na região do Seridó, principalmente na difusão da instrução pública.

Podemos perceber esta influência na maneira como ele defende a educação, enquanto fator de progresso para a nação, como um direito de todos, como a luz que dissiparia as trevas causadas pela ignorância. Estas afirmações remetem diretamente a posturas positivistas.

Manoel Dantas demonstrava desde o século XIX sua opinião sobre a importância da instrução pública, criticando também a realidade desta no Rio Grande do Norte e apontando sugestões de melhorias a serem feitas no aspecto educacional. No artigo intitulado como *Vida Sertaneja*, escrito por ele em 1889 no Jornal *O Povo*, estabeleceu um diálogo sobre a instrução pública comparando a realidade educacional onde estava inserido com a de outros países. Segundo Dantas (1889, p. 1)

A instrução pública nos sertões, precisa ser bem estudada para ser bem difundida. Ainda mesmo que o ensino fosse obrigatório, todos não podiam utilizar-se dele, porque a população é muito disseminada e os povoados muito distantes uns dos outros. Um indivíduo pobre, e mesmo rico, morando a 8 e 10 léguas de distância da sede da escola pública dificilmente mandará o filho frequentá-la. Sujeita-se antes a pagar um mestre particular, sistema geralmente seguido. Um meio

⁴ Um dos principais divulgadores do pensamento comtiano no Brasil foi o militar e positivista Benjamin Constant. Professor da Escola Central, posteriormente a Escola Politécnica, possuía grande influência diante dos seus alunos e conseguiu levá-los para o movimento republicano. Alguns jovens militares tinham Benjamin Constant como inspirador do positivismo e da República, o viam como a cabeça pensante da República brasileira (COSTA, 1967). Constant foi um dos colaboradores da construção das primeiras leis republicanas. Seguindo os seus princípios positivistas, umas das primeiras medidas que defendeu foi a separação da Igreja e do Estado. Essa medida veio acompanhada de outras consequentemente, sendo o Estado laico, o ensino público também tornou-se assim, sendo excluído momentos dedicados a religião. Os cemitérios se tornaram secularizados, pertencendo ao governo e o casamento civil passou a ser legalizado no país e tomado pelo Estado como responsabilidade sua. CRUZ (2015, p. 38)

podia se empregar para fazer chegar a esses lugares longínquos os benefícios da instrução. Eram os professores ambulantes pagos pelo Estado, como se pratica na Alemanha e nos Estados Unidos. Por esse modo todo e qualquer indivíduo podia se educar sem sacrifício. É preciso também que se estabeleçam escolas para os adultos. Os regulamentos escolares, segundo cremos, só admitem alunos até os 16 anos, quando muitos nessa idade é que vão à escola. Temos a negligência imperdoável, de desprezar o melhor tempo para a educação que é o da infância, em que o espírito está livre de certas preocupações.⁵

Ressaltava a importância de investir na instrução para a população, na oferta de cadeiras para que as classes populares pudessem ser instruídas, ter ciência de seus direitos, afirmando constantemente a inteligência do povo sertanejo. No mencionado jornal, Manoel Dantas não escrevia apenas os artigos com temáticas voltadas para a instrução pública e política, mas também escrevia poesias assinadas com pseudônimos e redigia artigos sobre as tradições e a cultura da cidade de Caicó.

A pluralidade de interesses intelectuais de Manoel Dantas era notória, advinda da sua formação humanística, incidia diretamente na sua interação sócio educacional. Levando-o a participar ativamente em diversas áreas do conhecimento, entre as quais aqui destacamos a sua contribuição para a pesquisa enquanto diretor geral da instrução pública.

⁵ O Português nas citações históricas foi adequado pela pesquisadora à escrita atual das normas da língua portuguesa.

Figura 4 - Manoel Dantas



Fonte: Acervo do Instituto Tavares de Lyra – Macaíba (Legenda: À Júlia e Chico Nóbrega Off. Manoel Dantas)

A figura de Manoel Dantas já foi mencionada em trabalhos acadêmicos, a nível de pós-graduação como por exemplo, a dissertação: *Ser(tão) Seridó em suas cartografias espaciais* de Medeiros Neta (2007), dissertação: *Em nome(s) dos interesses: imaginários toponímicos do Rio Grande do Norte na Primeira República* de Brito (2012), que estudou a obra de Manoel Dantas de 1922, *Denominação dos Municípios* e o mais recente trabalho em âmbito de pós-graduação, foi a tese defendida em 2016 no programa de pós-graduação da UFPB, da autoria de Mariza Silva de Araújo: *Contribuições do intelectual Manoel Dantas para a Instrução Pública no Rio Grande do Norte (1897/1923)*.

Entretanto, a unicidade desta pesquisa reside no olhar com o qual as contribuições de Manoel Dantas são percebidas. Entendemos Manoel Gomes de Medeiros Dantas como intelectual seridoense, acreditamos que, suas contribuições, influenciaram significativamente a estruturação da Educação Norte-Rio-Grandense no

fim do Século XIX e início do século XX e demonstramos isso através da análise de sua atuação enquanto Diretor Geral através das fontes: Relatório de Presidente de Província, Revista Pedagogium, Jornal A República.

Estudamos suas ações como Diretor Geral e Educador multifacetado, em diversos âmbitos educacionais a partir de seus escritos ou práticas, denotando principalmente sua constante atividade em prol de assuntos sobre instrução pública fortalecendo a hipótese da importância e magnitude de suas contribuições. São vários os registros deste intelectual, o que suscita muitos diálogos e estudos acerca de sua atuação educacional.

Apresentamos como base, o cruzamento entre fontes oficiais aliadas à imprensa educacional. Tendo como principais análises realizadas a partir dos *Relatórios de Presidente de Província*, considerando as páginas dedicadas à instrução pública; os artigos escritos por Manoel Dantas para os jornais: O Povo e principalmente *A República*; bem como os artigos escritos por ele na *Revista Pedagogium*. Ao defini-lo como educador multifacetado, destacamos que ele atuou também em salas de aula. Nesse aspecto, encontramos uma menção a sua prática como professor de Geografia no Ateneu, Veríssimo de Melo citado por Onofre Júnior (2001, p. 173) ressalta que:

Como professor, Manoel Dantas distinguiu-se pelos métodos inovadores que adotou em suas aulas de geografia, no Ateneu. “Foi o primeiro mestre a dar lições de lavoura mecânica acrescentando as vantagens da adubação das terras, seleção de sementes, rotação e mecanização dos trabalhos de campo”.

Esse registro nos mostra o seu pioneirismo na prática educativa no Ateneu, ao utilizar métodos considerados inovadores para a sua época, como as lições de lavoura mecânica. Sua proximidade com assuntos educacionais contribuiu para que ao longo de sua atuação ganhasse experiência no assunto, contribuindo, portanto, com a educação do Estado ao longo de mais de duas décadas enquanto diretor da instrução pública.

O recorte temporal deste estudo apresenta como marco inicial o ano de 1897 quando Manoel Dantas assume o cargo de Diretor Geral da Instrução Pública, passando a atuar de maneira mais ativa no âmbito educacional do RN. Prosseguimos o estudo tendo como recorte final do estudo o ano de 1924 quando ocupava o cargo

de Presidente de Intendência em Natal, que atualmente seria compreendido como a função de Prefeito da cidade Natal.

Temos como objetivo geral da pesquisa compreender e analisar a importância de Manoel Dantas, intelectual Norte-Rio-Grandense para a instrução pública do Rio Grande do Norte. Analisamos portanto suas contribuições através de sua prática em prol do âmbito educacional do Estado enquanto Diretor Geral da Instrução Pública.

Como intelectual republicano, identificamos em seus registros subsídios que indicavam o fortalecimento do nacionalismo, patriotismo, a monumentalização da educação entendida como fator que impulsionaria o progresso da nação. Sob esta ótica, as letras do hino, a bandeira nacional e os prédios escolares constituíam-se enquanto símbolo do ideário da primeira República.

A divulgação do ideário republicano era propagado em âmbito escolar através da prática docente, orientada pelos regimentos escolares que eram definidos por intelectuais, com destaque para Manoel Dantas, que ocupava cargo de importante autonomia no âmbito educacional.

Contextualizando as contribuições deste intelectual para a instrução pública no final do século XIX e início do século XX este estudo levanta a hipótese de que a contribuição de Manoel Dantas, enquanto diretor geral da instrução pública, foi essencial para a educação do estado e fortalecimento do imaginário educacional republicano, em virtude de sua veemente defesa e intensa atuação em prol do ideário educacional. Apresentamos a definição de Sirinelli (2003, p. 246) onde este afirma que os intelectuais são aqueles:

(...) que tiveram importância enquanto viveram, e até a camada, ainda mais escondida, dos “despertadores” que, sem serem obrigatoriamente conhecidos ou sem terem sempre adquirido uma reputação relacionada com seu papel real, representaram um fermento para as gerações intelectuais seguintes, exercendo uma influência cultural e mesmo às vezes política.

O aporte teórico identificado como premissa basilar para este estudo consiste no conceito de Intelectuais de Sirinelli de acordo com a Escola dos Annales sob o viés da História Cultural. Destacamos inicialmente para a compreensão de nossa base teórica o autor Le Goff (1994, p. 11/12), ao tratar sobre a definição do conceito de imaginário também constituinte de nossas premissas teóricas basilares:

O imaginário pertence ao campo da representação mas ocupa nele a parte da tradução não reprodutora, não simplesmente transposta em imagem do espírito mas criadora, poética no sentido etimológico da palavra. Para evocar uma catedral imaginária é preciso recorrer à literatura ou à arte: à Notre-dame de Paris de Victor Hugo, aos quarenta quadros da Cathédrale de Rouen de Claude Monet, à Cathédrale engloutie dos prelúdios de Claude Debussy. Mas o imaginário, embora ocupando apenas uma fração do território da representação, vai mais além dele. A fantasia – no sentido forte da palavra – arrasta o imaginário para lá da representação, que é apenas intelectual.” (1994 págs. 11/12)

A ideia de nação propagada pelos ideais republicanos precisava “conquistar” o interesse da população. Como ressalta Carvalho (1939, p. 18) “Os temas do interesse do indivíduo e de grupos, da nação, da cidadania, encarnados na ideia de república, estavam no centro das preocupações dos construtores da República brasileira

Construir um ideário educacional que fortalecesse os preceitos de progresso, união e fraternidade era o objetivo da educação da época visando à formação das almas imbuídas no patriotismo em consonância com o ideal proposto pelos republicanos. As figuras envolvidas no processo educacional destacam-se nesse momento pela sua importância no processo de redefinição de identidades coletivas. De acordo com Carvalho (1939, p. 32/33):

A busca de uma identidade coletiva para o país, de uma base para a construção da nação, seria tarefa que iria perseguir a geração intelectual da Primeira República (1889-1930). Tratava-se, na realidade, de uma busca das bases para redefinição da República, para o estabelecimento de um governo republicano que não fosse uma caricatura de si mesmo. Porque foi o geral desencanto com a obra de 1889.

As fontes utilizadas na pesquisa para a realização desta escrita dissertativa foram utilizadas a partir da visão destacada por Schwarcz (2002) ao tratar de uma historiografia da reflexão, na apresentação da versão brasileira do livro de March Bloch *Apologia da História*, que considera o passado como estrutura em progresso. Portanto, é necessário saber o que procura, como investigar e onde se quer chegar com o conteúdo desses documentos. De acordo com Schwarcz (2002 p. 5):

‘Documentos são vestígios’, diz Marc Bloch, contrapondo-se à versão da época, que definia o passado como um dado rígido, que ninguém altera ou modifica. Longe dessa postura mais ontológica e retificadora, para o historiador francês o passado era uma ‘estrutura em progresso’. Segundo Bloch, mesmo o mais claro e complacente dos documentos

não fala senão quando se sabe interrogá-lo. É a pergunta que fazemos que condiciona a análise e, no limite, eleva ou diminui a importância de um texto retirado de um momento afastado. Novos tempos levam a novas historicidades; boas perguntas constituem campos inesperados.

Sobre a pesquisa historiográfica, é válido trazer para este momento o que diz Certeau (2002, p.66) ao afirmar que

Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração que circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados, etc.” (2002, p. 66)

A produção intelectual de Manoel Dantas configura-se neste estudo sob a ótica histórica do Seridó potiguar do início do século XX. Destaca-se a sua importância do estudo de seus registros e práticas em prol da educação do RN.

A partir do viés da história cultural, enxergamos a produção deste intelectual como ações impregnadas de sentido, que reforçavam a cultura da sociedade pautada na visão do pensamento positivista, sanitarista e humanista, que no contexto histórico da época, representavam o símbolo do progresso e da modernidade.

De acordo com Berman (1987) a modernidade anula fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, religião, ideologia, segundo as concepções deste autor, a modernidade une a espécie humana, ser moderno é fazer parte da dicotomia entre modernismo e modernização nos processos sociais que inspiram o cultivo da propagação de ideias inclusive sócio-políticas. Nesse sentido, convém destacar o engajamento de Manoel Dantas em prol de melhorias para a Instrução Pública compreendendo esta como instrumento para o progresso.

Destacamos também os processos de transmissão cultural que definem o intelectual a partir da compreensão de Sirinelli (2003, p. 255):

No meio intelectual, os processos de transmissão cultural são essenciais: um intelectual se define por referência a uma herança, como legatário ou como filho pródigo: quer haja um fenômeno de intermediação ou, ao contrário, ocorra uma ruptura e uma tentativa de fazer tábua rasa, o patrimônio dos mais velhos é portanto elemento de referência explícita ou implícita.

Estudar as contribuições do educador em análise nos leva a compreendê-lo

como alguém que teve destaque em sua época, deixando como herança para posteridade seu patrimônio intelectual, concebendo a modernidade de suas ações de acordo com a época em que este viveu.

O ideário republicano esteve presente nas ações de Manoel Dantas, seja nas práticas de sala de aula, seja nos escritos jornalísticos ou ainda sua atuação como Diretor Geral de Instrução Pública. Suas práticas educativas configuraram “[...] representações para conferir sentido ao real. Essa construção de sentido é ampla. Uma vez que se expressa por palavras/discursos/sons, por imagens, coisas, materialidades e por práticas, ritos, performances.” (PESAVENTO, 2012, p.43).

Sob a ótica da história cultural, na qual fundamentamos este estudo, JBS Haldane citado por Burke (1992) considera que “tudo tem sua história”, e a partir desta teorização atribuímos importância aos registros legados por Manoel Dantas nas instituições anteriormente citadas, eles expressam a sua contribuição para o fortalecimento da educação do Rio Grande do Norte. De acordo com Burke (1992, p.11):

Por outro lado, a nova história começou a se interessar por virtualmente, toda a atividade humana. “Tudo tem sua história”, como escreveu certa ocasião o cientista J.B.S. Haldane; ou seja, tudo tem um passado que pode, em princípio serreconstruído e relacionado ao restante do passado.

Realizar este estudo implica reconstituir em parte a história da educação norte-rio-grandense durante as primeiras décadas do século XX. Para a execução deste trabalho dissertativo, foram utilizadas fontes históricas oficiais representadas pelos relatórios da instrução pública e os relatos não oficiais encontrados nos artigos do jornal A República que foram utilizados também por Manoel Dantas como parâmetro para demonstrar sua análise da instrução pública. A respeito do trabalho com fontes da imprensa, concordamos com o que afirmam Lopes e Galvão (2001 p. 87)

Utilizados há mais tempo, e gozando de maior prestígio na pesquisa historiográfica, estão os jornais e as revistas. Os historiadores da educação tem se voltado, sobretudo, para os impressos que, pertencendo a esses gêneros, circulavam especificamente junto a um público escolar. Pesquisas que abordam a imprensa pedagógica (como fonte e/ou objeto) e jornais produzidos por alunos, por exemplo, têm se tornado cada vez mais frequentes.

Com o advento dos estudos sobre cultura escolar⁶, ampliaram-se o conceito de fontes históricas, possibilitando ao pesquisador, maior liberdade e amplitude de escolha do material de pesquisa em história da educação. É importante destacar o trabalho com fontes não-oficiais como o Jornal, uma vez que este proporciona uma outra perspectiva sobre as informações presentes em seu conteúdo.

A primeira etapa desta pesquisa compreendeu a catalogação das fontes e de toda a documentação que foi utilizada neste estudo, visando a transformação dos materiais localizados em documentos que possam ser analisados numa narrativa histórica, ressignificando-os e acessibilizando suas informações, assim como afirma Certeau (2002, p.81):

[...] em história tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar “documentos” certos objetos distribuídos de outra maneira. Esta nova distribuição cultural é o primeiro trabalho. Na realidade, ela consiste em produzir tais documentos, pelo simples fato de recopiar, transcrever ou fotografar estes objetos mudando ao mesmo tempo o seu lugar e o seu estatuto.

Segundo Le Goff (1994, p.245), numa pesquisa histórica entende-se que o documento configura-se como “[...] o resultado inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continua a ser manipulada”. Neste sentido o documento é descrito como resultante de produções humanas diversas, constituindo-se em fontes de pesquisa que possibilitam a percepção de um determinado contexto social e suas transformações.

No caso desta pesquisa, o documento resulta das ações de Manoel Dantas configurados a partir dos interesses peculiares aos ideais educativos do período em

⁶ Para ser breve, poder-se-ia descrever a cultura escolar como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). Normas e práticas não podem ser analisadas sem se levar em conta o corpo profissional dos agentes que são chamados a obedecer a essas ordens e, portanto, a utilizar dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação, a saber, os professores primários e os demais professores. (JULIA, p. 2/3, 2001)

que atuou na instrução pública. Em consonância com as reflexões de Certeau (2002, p.66) acreditamos que “A escrita histórica se constrói em função de uma instituição cuja organização parece inverter: com efeito, obedece a regras próprias que exigem ser examinadas por elas mesmas”.

Defensor destes ideais tão fortes e presentes especialmente no fim do Império, acreditamos que a educação como símbolo do progresso na construção da nação fez-se presente e influente nas ações de Manoel Dantas. A forma como este concebia a educação na época não estava dissociada do contexto social e político com o qual este se identificava.

Os documentos neste estudo estão caracterizados como vestígios que nos mostram os acontecimentos do passado a partir dos condicionamentos previamente estabelecidos por nós que delineiam claramente o que nos propusemos a investigar.

O passado compreendido como uma estrutura em progresso nos atribuiu a responsabilidade em saber interrogar as fontes elegidas para o estudo, pois nosso questionamento conduziu a análise, e o que buscamos nestes documentos consistiu nas contribuições de um intelectual seridoense.

O cruzamento de fontes oficiais como o relatório de Presidente de Província e a legislação educacional potiguar além de fontes não oficiais como Jornais e Revistas oriundos da imprensa norte-rio-grandense possibilitou-nos diferentes possibilidades para estudarmos a atuação do intelectual em pauta nesta pesquisa. Cada fonte representou importância singular para o estudo de maneira que foi válida sua utilização.

Tratando inicialmente do Relatório de presidente de província, que se configura enquanto fonte oficial, concordamos com Burke (1992, p. 15) quando este afirma que os registros oficiais são aqueles “emanados do governo e preservados em arquivos” (...) e o conteúdo destes “geralmente expressam o ponto de vista oficial”.

Em consonância com Burke (1992) situamos os relatórios enquanto fonte oficial, produzida pelos presidentes de província em conjunto com os inspetores e diretores do governo em diversos aspectos dentre eles: a instrução pública na figura do Diretor Geral M. Dantas.

O relatório enquanto fonte oficial do governo nos possibilitou um panorama geral das contribuições anuais na instrução pública em geral, a partir dos registros

encontrados sobre instrução do Rio Grande do Norte. Pudemos identificar nesta fonte: As propostas de criação de escolas, grupos escolares, escolas isoladas, escolas rudimentares, escolas profissionais, cadeiras de instrução; nomeação de professores, propostas de concursos; nomeação e exoneração de professores, bem como de delegados escolares, propostas sobre reforma de ensino e atos em prol da instrução encaminhados ao governo e dados de estatística escolar.

Tivemos acesso a parte das fontes já digitalizadas e disponíveis para pesquisas, em sites da internet. Trazemos neste momento a compreensão de Le Goff (1990, p. 541) sobre a memória coletiva

A memória coletiva valoriza-se, institui-se em patrimônio cultural. O novo documento é armazenado e manejado no banco de dados. Ele exige uma nova erudição que balbucia ainda e que deve responder simultaneamente às exigências do computador e à crítica da sua sempre crescente influência sobre a memória coletiva.

O tratamento dispensado a fonte foi estruturado com base na elaboração de uma matriz de coleta de dados⁷, onde foram estabelecidas as informações importantes para a pesquisa, delimitando o campo de investigação do extenso relatório de presidente de província, para as páginas dedicadas à instrução pública, além de considerar informações específicas do relatório que remetessem diretamente à contribuição de Manoel Dantas.

Isto envolve as suas propostas de criação de escolas, concurso para professores, nomeação de delegados da instrução pública, bem como outros pormenores explicitados na ficha de dados do Relatório no apêndice deste trabalho.

Os relatórios estão disponíveis na internet e podem ser acessados como mostra a Figura 5 representada pela imagem 1 e 2. Na primeira imagem, encontra-se a página inicial do site: “Center for *Research Libraries*”, onde encontramos os nomes dos Estados brasileiros, dentre eles o Rio Grande do Norte, ao selecionar o Estado, chegamos até a imagem 2, onde os relatórios e mensagens do governo aparecem listadas de 1835 até ano de 1930.

⁷ Ficha para coleta de dados no apêndice deste trabalho.

Figura 5 - Site de busca dos Relatórios de Presidente de Província⁸



IMAGEM 1: Relatórios de Presidente de Província dos Estados do Brasil

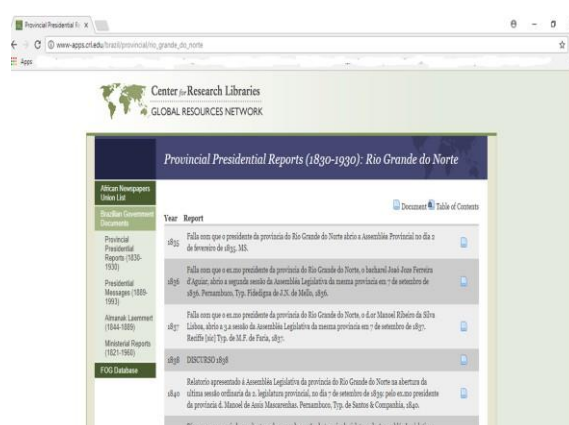


IMAGEM 2: Lista de Relatórios e Mensagens dos Presidentes de Província do RN 1835-1930

Fonte: Registro do site feito pela pesquisadora

O texto foi estruturado em três capítulos, sendo o primeiro capítulo intitulado como: *Cenário Sócio - educacional* em que atua Manoel Dantas. Neste momento da escrita, buscamos através do diálogo com os aportes teóricos da história, refletir sobre alguns pontos mais específicos, tais como: a criação do cargo de Diretor Geral da Instrução Pública, bem como a importância desse cargo considerando o contexto social da época. É demasiado importante considerar o cenário onde atuou o intelectual em destaque nesta pesquisa, para que possamos analisar o objeto do estudo sem desconsiderar o seu contexto histórico e social que muito tem a contribuir para o desenvolvimento da pesquisa.

O segundo capítulo está estruturado de maneira a destacar as: *Concepções de Manoel Dantas sobre Instrução*. Nesse momento, analisamos quais eram as ideias sobre política e instrução pública das quais era adepto Manoel Dantas antes da sua prática enquanto diretor e qual o seu pensamento sobre a temática da instrução no

⁸ A nomenclatura Presidente de Província aparece nas fontes, Mensagens do governo e Jornais, mesmo após a república, onde seria adequado a utilização da palavra Estado e não Província. Ao longo do texto utilizaremos Presidente de Província para designar o cargo Presidente de Estado pois faremos uso da nomenclatura do cargo tal qual encontramos no Jornal A República.

viés político-educacional. Utilizamos artigos escritos por ele para a *Revista Pedagogium*, já adentrando na sua prática enquanto Diretor da Instrução Pública.

O terceiro capítulo consiste em analisar a: *Atuação de Manoel Dantas na Instrução Pública do RN*, tendo como foco investigativo as fontes utilizadas para o estudo, considerando uma análise qualitativa e quantitativa das ações de M. Dantas, da sua atividade constante em prol da instrução, com base em sua produção escrita e os registros de sua prática educacional nos artigos do Jornal *A República*; nos *Relatórios de Presidente de Província*, analisamos as páginas do relatório dedicadas à instrução pública. A prioridade é a análise da atuação de Manoel Dantas, ressaltando as contribuições deste para o fortalecimento do imaginário social da educação sob a ótica republicana, com sua imagem própria de nação e da educação como parte fundamental para o fortalecimento e formação desta.

Após este percurso metodológico adotado ao longo da dissertação, delineamos nossas *Considerações Finais* acerca da realização deste estudo e do que este proporcionou, refletindo sobre os percalços enfrentados ao longo do trajeto e sobretudo dos resultados obtidos com a construção deste. A importância das considerações finais recai sobre a reflexão que esta proporciona ao pesquisador acerca do estudo realizado, uma análise que propicia também a auto - avaliação, imprescindível para impulsionar a construção de estudos futuros.

Encerrar a escrita de um trabalho, a meu ver, é reavivar e ressignificar as concepções sobre a pesquisa científica, a partir do amadurecimento das ideias ao longo da construção da dissertação, fomentando novas experiências e instigando novas inquietações acerca de estudos historiográficos.

2 CENÁRIO SÓCIO-EDUCACIONAL EM QUE ATUAVA MANOEL DANTAS

Duas ideias, no Rio Grande do Norte, não tem sofrido solução de continuidade da parte dos dirigentes, desde a proclamação na República: o problema das secas e a instrução pública.

Manoel Dantas

A educação no Rio Grande do Norte passa por transformações ao longo de sua estruturação. A transição do Império para a República denotava mudanças de teor filosófico, social e histórico delineando através destes tópicos, novo modelo de nação. Com o surgimento de um novo regime de governo para o Brasil, ressaltava-se a importância do fortalecimento de identidade nacional, além da identificação de melhorias necessárias para o progresso da população.

O contexto social no RN a partir de 1889 até 1924 apresentava grande índice de analfabetismo e população de caráter ainda predominantemente rural, porém, em processo de urbanização com o investimento no âmbito escolar. O contexto econômico do Rio Grande do Norte de acordo com Bueno (2016, p. 32/33) nos mostrou que:

Na segunda metade do século XIX, a economia do Rio Grande do Norte estava apoiada basicamente na criação de gado na região Agreste e no sertão do Seridó; na agricultura da cana-de-açúcar no litoral e zona da Mata; e, finalmente, na extração de sal mineral na região Oeste, entre Mossoró, Areia Branca e Macau. Cerca da metade dos 233.979 habitantes da província, em 1872, vivia da pecuária, principal atividade do Agreste e do sertão até fins do século XIX. Contudo a criação de gado começou a se retrair a partir do último quartel do século, em razão do aumento nos preços internacionais do açúcar e do algodão, entre 1860 e 1885 e de 1892 a 1901, mas principalmente pelas periódicas secas que dizimaram o rebanho bovino do Rio Grande do Norte, particularmente a de 1877-79.

Era necessário, portanto, educar a população para o trabalho e para a vida política, tendo em vista o panorama econômico, que demandava agora, trabalhadores não-escravos, aptos a realizarem o trabalho que transcendia do âmbito estritamente rural, para aos poucos adentrar nas atividades industriais, o que gerava necessidade de pessoas aptas com a nova configuração social de urbanização, bem como a conscientização da população sobre a importância da participação ativa nas ações da sociedade, compreendendo as ações coletivas para a melhoria do Estado como um todo. Discursos tipicamente característicos da propaganda republicana. Bueno (2016, p.30) afirmava que:

Os dois textos que abrem este capítulo⁹, escritos com um espaço de

⁹ Texto de abertura do capítulo citado por Bueno (2016): O atual estado de cousas é desanimador, é verdade. O nosso comércio não tem porto nem estradas, a nossa lavoura de exportação não tem

tempo de pouco mais de um ano e meio, durante o qual se situa a Proclamação da República, são ilustrativos de como os republicanos norte-rio-grandenses viram o regime político inaugurado em 15 de novembro de 1889: a panaceia que, como num passe de mágica, estava resolvendo todos os problemas da pobre província potiguar, que vivera um tempo de decadência e estagnação, causada exclusivamente pelo descaso imperial. A “era de decadência” estava sendo superada por outra, a republicana, de prosperidade e desenvolvimento. Dentre as visões que os republicanos do Rio Grande do Norte tinham sobre o governo que queriam implantar no país e na província, a crença otimista de que ele curaria todos os males provocados por 65 anos de Monarquia era uma das mais recorrentes.

Isso aconteceria a partir da educação, que possibilitaria a compreensão destes preceitos, propagados fortemente nas escolas e disseminados pelos educandos em seus âmbitos familiares. Estas características apresentadas, reuniram argumentos significativos para a estruturação de reformas na educação do país.

Surgiram, portanto, educadores e teorias educacionais, edificando a bandeira da educação como instrumento de progresso transformador da nação, visando superar a partir da instrução da população os obstáculos identificados que atravancavam o avanço do país.

Ao tratar sobre o cenário educacional, não podemos deixar de refletir sobre o contexto sócio-político da época. É necessário contextualizar e buscar compreender como se deu a consolidação do ideário político que influenciou a estruturação das leis voltadas para o âmbito educacional, especificamente tratando-se de República no Rio Grande do Norte, onde a força política e o coronelismo apadrinhavam essas mudanças contribuindo ou dificultando esse processo.

máquinas, a cultura dos cereais e legumes é sobrecarregada pela construção de cercas que protegem a lavoura do gado que pasta solto nas zonas agrícolas. (Todos proclamam a urgência de retirar-se o gado do agreste, mas todos igualmente receiam que esta medida de interesse geral vá irritar algum potentado de aldeia, cujo egoísmo antepõe ao bem público os seus prazeres e os seus caprichos). Finalmente a nossa indústria pastoril, de que vive quase metade da população, vegeta numa rotina precursora de decadência, sentindo-se invadir dum desânimo completo. A falta d'água coloca-a na mais assustadora das contingências; o terrível flagelo das secas ameaça-a de aniquilamentos periódicos. Entretanto o solo é de uma uberdade extraordinária, e a falta d'água seria perfeitamente remediável por meio de numerosos açudes (MANIFESTO do Partido Republicano do Rio Grande do Norte, 27 de janeiro de 1889, in: CASCUDO (Org.) Antologia de Pedro Velho, p. 28).

Se voltarmos ao estado desolador em que ela [Natal] se achava, a dois anos passados, veremos como prospera, conseguindo vencer as dificuldades com que tinha de lutar para o seu engrandecimento. Cercada de morros e outros obstáculos materiais, impossível tornava-se o seu comércio com o interior do Estado [...]. Veio, porém, a estrada de rodagem, daqui para Macaíba, remover esta última dificuldade; a abertura da barra, com a extração da cabeça do Negro, já deixou de ser uma esperança vã para se tornar realidade, e com ela a canalização do rio e a arborização dos morros. Iniciadas estão as relações com o estrangeiro; a importação direta vem libertar-nos o comércio do monopólio de Pernambuco. Amplas negociações com o interior, fomentação no comércio marítimo, trânsito mais animado pelas ruas, fundação de novos estabelecimentos comerciais, fábricas etc., tudo atesta uma nova fase de prosperidade para esta cidade, até hoje sem vida” (NATAL progride, Potiguarânia, 24 de setembro de 1890).

Acerca do pensamento político que permeava o contexto histórico que reportava-se ao início da República no Brasil, encontramos no Rio Grande do Norte a efervescência de ideias trazidas por jovens pertencentes a classe intelectual da sociedade das capitais como a Faculdade de Direito do Recife, que por sua vez, embasava sua estrutura teórica nas filosofias positivistas da França. De acordo com Macêdo (2012, p.151):

Três ideologias circulavam no período da instalação da República brasileira, concorrentes entre si na luta pela hegemonia da configuração do perfil republicano em formação: o jacobinismo de inspiração francesa, o liberalismo de feições estadunidenses e o positivismo. Até a virada do século, essas eram as correntes que influíam no debate da nova ordem política.

Com o estabelecimento de grupos políticos voltados para a propagação do ideário republicano, a educação surgiu nesse cenário político com importante função de disseminar o ideal republicano de ordem e progresso, conscientizando a população da importância da leitura e da escrita para a sua participação nas questões políticas enquanto cidadão. A respeito dessa temática, Savianni (2007) citado por Cruz (2014, p. 47) esclarece que:

Tal inspiração veio dos discursos da Revolução Francesa e do liberalismo norte-americano. A primeira apresentando o governo como o responsável pelo ensino, tornando-o público e pertencente ao Estado com a ideia de que todo cidadão deveria aprender a ler e escrever para se tornar ativo nas decisões políticas. A segunda, pela ideia de praticidade, de que era preciso formar o cidadão para a vida prática, para as condições de trabalho da época, já que a sociedade que se pretendia era a industrializada. As ideias liberais contribuíram

para a formação de uma educação pautada na técnica muito mais do que no humanismo. Essa preocupação se dava pela necessidade de mão de obra que fosse capaz de trabalhar operando máquinas nas indústrias que começavam a surgir no Brasil, bem como se defendia a universalização do processo de escolarização, pois o considerava o grande instrumento de participação na política pelo cidadão.

Dentre os fatores que contribuíram para a estruturação do cenário sócio - educacional do Rio Grande do Norte, sobrepunham-se especificamente os assuntos que nos remetem a política, considerando que no referido Estado o apadrinhamento político e o coronelismo constituíam influência na distribuição de recursos para os Estados e os municípios de seus domínios. Macêdo (2012, p. 151) nos diz que:

É evidente que as mudanças políticas e sociais são potencializadoras da invenção de símbolos que têm de dar conta da legitimação do que se pretende como a nova verdade histórica. Nesse momento, trava-se uma verdadeira luta simbólica pela fixação da nova ordem. Esse foi um problema particularmente difícil na instauração da República Brasileira, cuja Proclamação não contou com o concurso do povo, que bestializado chegou a confundir, na capital do país, a movimentação das tropas republicanas com uma parada militar.

Como afirma Macêdo (2012, p. 152) “Proclamada a República, os seus militantes no Seridó – que também não conseguiram a cumplicidade da população quanto ao republicanismo – não se furtaram ao esforço de legitimação simbólica que a nova ordem exigia”. Dessa forma, tornava-se mister o apoio da população na empreitada da construção desse novo modelo de sociedade embasado no ideário republicano. Portanto, estratégias foram traçadas visando maior possibilidade de aceitação das ideias republicanas e o sucesso destas na construção de identidade nacional pautada no lema de ordem e progresso.

Bueno (2016) ao narrar em suas *visões de República* a economia do Rio Grande do Norte, mostrava quão precária economicamente falando estava a estrutura deste Estado, baseando-se na agropecuária, no algodão, cana de açúcar, na indústria, e no comércio, sem no entanto, alcançarem grandes índices econômicos, especialmente em períodos de seca, onde o boa parte do gado, importante para o setor econômico, era dizimado pelas duras condições climáticas.

Os fatores econômicos não eram os únicos atingidos pela precariedade em decorrência de períodos de seca no sertão, mas também o setor educacional encontrava-se fragilizado nesse período, informações a este respeito podem ser

encontradas em mensagens do Governo do RN nas páginas onde o Diretor Geral falava sobre a instrução pública. No ano de 1899 o Diretor Geral, reportava-se ao então Presidente de Província, Joaquim Ferreira Chaves, sobre a educação e a seca. Dantas (1899, p.1):

Dando-vos como me cumpre, conta do desenvolvimento geral do ensino público oficial, devo declarar-vos que é menos lisonjeiro que no anos anteriores. A seca que assolou o interior do Estado determinou o abandono de muitas escolas por parte dos respectivos professores, e a benevolência criminosa nos exames preparatórios trouxe, mais uma vez, a completa desmoralização do ensino secundário.

A situação alarmante da educação do RN identificada pelos governantes através de estatísticas da época, podem ser identificadas na pesquisa de Paiva e Medeiros Neta (2015, p. 88). Ao tratar sobre a escola pública no Rio Grande do Norte, as referidas autoras apresentam um quadro demonstrando o índice de analfabetismo presente na população norte-rio-grandense durante o período da primeira república.

Quadro 1 - Índice de analfabetismo no Rio Grande do Norte – Primeira República

Especificações	1890	1900	1920
Total	14.333.915	17.388.434	30.635.605
Sabem ler e escrever	2.120.559	4.448.681	7.493.357
Não sabem ler e Escrever	12.213.356	12.939.753	23.142.248
% de analfabetos	85	75	75

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Anuário Estatístico do Brasil, 1936 In: PAIVA E MEDEIROS NETA, 2015, p.88

Podemos constatar a partir deste quadro, que ao final da Primeira República, o índice de analfabetismo diminuiu em apenas 10% da população. Comparando com os dados dos anos 1890, 1900 e 1920, resultando portanto em mudanças numéricas pouco significativas perante os primeiros 30 anos de governo republicano.

As autoras Paiva e Medeiros Neta, (2015, p.89) ressaltam que não se detiveram em seu estudo a analisar o ensino promovido em “residências, nas cidades ou no meio rural, mas precipuamente nas escolas públicas, lócus específico da ação do Estado”. O enfoque atribuído as escolas públicas justifica-se ao considerarmos o significado atribuído pelos republicanos aos prédios da escola pública.

O locus da ação do Estado em âmbito educacional incide na figura dos grupos escolares, para expressar através da monumentalidade do prédio e das práticas escolares pautadas pela pedagogia moderna para a época, a ação republicana na sociedade. Ou seja: demonstrando que o novo modelo de governo era eficaz em trabalhar com empenho por melhorias para a sociedade.

A escola republicana aliava, trabalho a moralidade, bem como a higiene corporal e mental, cultivando a disciplina e o respeito à hierarquia. Dessa forma, os preceitos teóricos exercidos nos grupos escolares, vivificavam o suprasumo do ideal republicano de progresso.

No Estado do Rio Grande do Norte esse entusiasmo em reformas e construção de grupos escolares não fugiu à regra. A aprovação de reformas e da institucionalização do ensino foi realizada neste Estado visando contribuir para a melhoria da instrução pública, acompanhando de perto a modernidade de teorias e práticas educativas de instituições consideradas modelo durante o período da Primeira República.

Ao falar sobre instrução no ano de 1908, o Presidente de Província Alberto Maranhão mencionou o Grupo Escolar Augusto Severo. Maranhão (1908, p.6)

O Grupo Escolar Augusto Severo – fundado pelo meu ilustre antecessor – serve atualmente de escola de aplicação, na qual fazem sua aprendizagem os estudantes da Escola Normal. No mesmo dia da inauguração desse grupo – 12 de junho - começou a funcionar, anexa ao teatro Carlos Gomes – uma modesta escola de música. O ensino secundário continua a ser ministrado no Atheneu Rio-Grandense, cujo professorado, competente e assíduo, preenche os fins exigidos pelo curso de madurez. Quando nos for possível a criação de um Liceu de artes e ofícios e de uma escola de agricultura estará completo o nosso elenco de instrução primária, secundária, normal, artística e profissional.

Na figura 6, temos a imagem do primeiro grupo escolar de Natal em sua monumentalidade. Construído no governo do Presidente de Província Antônio de Mello e Souza, tendo sua inauguração já no governo de Alberto Maranhão a imagem do Grupo Escolar neste trabalho nos remete a imponência da propaganda republicana materializada através dos belos grupos escolares.

Figura 6 - Grupo Escolar Augusto Severo, considerado cartão postal em 1910 na cidade de Natal/ Rio Grande do Norte



Fonte: Acervo Instituto Tavares de Lyra - Macaíba-RN

Além de representarem em sua estrutura física, a ordem e progresso proposto pelos republicanos, esses prédios construídos para a instrução pública eram considerados verdadeiros difusores do ideário republicano, considerando que os alunos levariam para suas residências esses novos modelos formadores de sociedade e nação propagados em sala de aula através dos símbolos da educação republicana. Dessa forma, Cruz (2014, p. 51) afirmava que:

Portanto, os elementos que compunham a influência positivista na educação se caracterizava pela manutenção da hierarquia e da ordem, pelo utilitarismo da educação científica e voltada para a técnica, como também pela perspectiva de progresso, que o ensino das ciências conduziria a humanidade”.

É importante realçar também o papel da imprensa que desenvolviam em seus artigos discursos em prol da instrução pública, bem como descrever a real situação do cenário educacional, que muitas vezes diferia drasticamente do que estava proposto nos documentos oficiais, denotando falta de recursos e outras

irregularidades ocorridas na trajetória escolar.

Em 1889 os dados estatísticos do estudo de Paiva e Medeiros Neta (2015) apontam para o fato de que “1,7% da população norte-rio-grandense frequentava a escola pública. Diante desse cenário, a educação adquiriu a dimensão de salvadora da pátria, estimuladora da ordem e do progresso social” surgindo no horizonte da nação republicana como chave mestra para o desenvolvimento e a estruturação desse novo modelo de sociedade. Paiva e Medeiros Neta (2015, p.90) vem elucidar que:

Inicialmente, em 30 de maio de 1892, sancionou a lei nº 06, que ‘Auctoriza o Governador do Estado a fazer a reforma do ensino’. Nessa lei, o governador propõe ampla reforma para a educação no Estado, A referida lei abrangia o ensino primário, secundário, formação de professores e favorecia a produção bibliográfica, com a criação de um periódico, que seria a revista oficial da instrução pública, e, ainda previa a reorganização da biblioteca do Atheneo, a escola secundária da capital” (Rio Grande do Norte 1892)

As autoras Paiva e Medeiros Neta (2015) apontam que os quatro títulos a que referia-se o regulamento normatizador da instrução primaria e secundaria, bem como das atribuições da Diretoria Geral da Instrução, e da instrução pública como geral definia em seu título 1 a dedicação organizacional da estrutura administrativa da instrução pública em geral.

No 2º título o enfoque é atribuído ao ensino primário, que neste momento foi detalhado através do regulamento estruturado em sete capítulos, a construção e organização da rede de ensino em geral e seis capítulos para a disposição do ensino primário, de maneira a contemplar suas especificidades, atribuindo ênfase nesse regulamento para os conteúdos e métodos de ensino a ser utilizados no ensino primário. O método de ensino presente no regulamento direcionava para a utilização da Lição de coisas¹⁰, bem como dos exames escolares. Os títulos III e IV remetem-se

¹⁰ As lições de coisas são rudimentos de ciências (Físicas e químicas) e história natural sob forma concreta, na escola primária. Seu fim, diz o Dr. Devaud, é fornecer à criança representações nítidas, vivas, completas, e por percepção direta a intuição imediata. Este ensino traz-lhe uma certa soma de conhecimentos elementares, tirados do meio local; retifica completa as noções adquiridas já; instrui sobre as partes dos objetos e dos seres, suas propriedades, suas qualidades, sua origem, seu emprego. Ao mesmo tempo, o educando aprende a denominar os objetos, a falar sobre eles, repetindo os diversos conhecimentos que lhe foram transmitidos. Não padecem dúvida a máxima importância e

respectivamente aos outros ramos de ensino e das disposições gerais deste. A partir da informações encontradas em Rio Grande do Norte (1892, p. 210) citado por Cruz (2014, p. 62/63) percebemos que:

No Rio Grande do Norte, as primeiras discussões e legislação instituídas acerca da educação começaram através do decreto nº 18 de 30 de setembro de 1892. O Governador do Estado e também líder do Partido Republicano, Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, depois de três anos da Proclamação, colocou em desuso a legislação de 1887, referente ao ensino (Decreto nº 32 de 11 de janeiro de 1887), alegando que essa não correspondia mais as necessidades educacionais e não condizia com os progressos da Pedagogia Moderna. O Decreto nº 18 de 30 de setembro de 1892, era destinado a todos os graus de instrução existentes no Estado, a saber, o primário, secundário e profissional. Distribuída como deveria ser organizado o ensino público através dos diversos cargos de fiscalização, sendo reservado ao Conselho Literário¹³ no Parágrafo 4º, “estudar, discutir, fiscalizar tudo que for referente a organização do ensino público, à construção de casas para a escola, mobília e material escolar.

A partir da Reforma Pinto de Abreu aprovada pelo então governador José Mello e Souza no ano de 1907, é autorizada a reforma da instrução pública, sendo instituída a partir desta, a criação da considerada mais moderna expressão de escola introduzida com a República: o grupo escolar. As autoras Paiva e Medeiros Neta (2015) apontam ainda para o decreto nº174, de 05 de março de 1908 que assinala a data da criação do primeiro grupo escolar do Estado do Rio Grande do Norte, situado no bairro da Ribeira em Natal, denominado como: Grupo Escolar Augusto Severo, homenageando assim uma figura apontada como heroica da aviação norte-rio-grandense e irmão do ex-governador Pedro Velho.

No Rio Grande do Norte o movimento republicano reconhecia a importância de defender seus ideais, mostrando a população as melhorias sociais estruturadas para a nova forma de governo para a recém proclamada República brasileira, e passava então nesse período transitório a tornar-se uma sociedade com regime de

a utilidade das lições de coisas. Importância educativa porque o estudo das coisas desenvolve as faculdades de observação e percepção (os sentidos), a memória, o juízo, o raciocínio, a abstração, a generalização, etc.; utilidade porque instrui a criança com os conhecimentos que lhe são necessários. Elas são portanto, educativas e instrutivas. LIMA, Nestor. In: *A REPÚBLICA*, n. 156, 26 de Julho (1911, p. 2.)

governo pautado na democracia. Cruz (2014, p. 53) afirma que:

A educação foi surgindo no cenário nacional como esta via de modelagem da nação brasileira, no qual as novas gerações trariam em si arraigadas tais ideias e assim construiriam uma nação aos moldes republicanos. Nela poderia ser forjado o sentimento de pertencimento ao país. A escola seria um dos lugares escolhidos pelos republicanos para disseminar os seus valores e para construir e consolidar o imaginário republicano. A imagem de que a República era a grande responsável pela modernização que o país estava passando, pela efetivação de um novo tempo, pela propagação do progresso nacional.

As melhorias a serem realizadas no país em geral assinalavam para a urgência em atitudes voltadas para a saúde e educação da população. Nesse momento, uma estava interligada à outra, aliava-se informações de saúde à instrução da população, educando, portanto, o povo para uma nova forma de vida pautada em preceitos higienistas.

Como foi demonstrado anteriormente em estatísticas que apontavam grande índice de analfabetismo no Estado do Rio Grande do Norte, foi constatado o despreparo da população mediante o novo modelo social, de maneira a impulsionar reformas no sentido de orientar a educação moral do indivíduo, nos moldes adequados para a época, envolvendo conceitos básicos de higiene, além da valorização pelos códigos éticos de conduta para se viver em sociedade.

Diversas campanhas foram planejadas e algumas executadas nos Estados do Brasil, assim como no Rio Grande do Norte, tendo por intuito educar a população de acordo com o modelo de cidadania previsto para a nação brasileira no contexto democrático do país republicano como afirma Cruz (2014, p. 51):

Ensinar aos alunos a adotarem hábitos higiênicos que os prevenissem de doenças partia do pressuposto de cuidar dos futuros cidadãos, na perspectiva de que o Brasil podia ser regenerado. A educação entrava nesse contexto como veículo de propagação dessas ideias e lugar de formação de um povo sanado, curado.

O pensamento higienista encontrava adeptos aliados ao partido republicano, o que corroborava para a aliança entre o higienismo e a educação. Nesse contexto, a influência dessas duas temáticas propiciava a propagação do ideário de progresso que seria alcançado de maneira plena, quando atingisse a população, levando-a a compreender sua nova função perante a nova identidade nacional que estava sendo criada, com base nas teorias positivistas.

Dessa forma, a mensagem higienista encontrava ambiente propício e fértil para a propagação de suas ideias nas cadeiras escolares, influenciando não apenas no currículo, mas também na arquitetura dos grupos escolares.

Menezes (2015) ao tratar sobre a presença do movimento higienista na educação potiguar a partir da perspectiva educacional do intelectual Nestor Santos Lima, situa a relação entre educação e higienismo no século XIX nas ciências humanas em sua forma organizacional. De maneira a estabelecer novo quadro de saberes que intencionavam modelar o indivíduo em sua multiplicidade condicionando-o aos aspectos de trabalho, vida biológica e linguagem sob a orientação de determinado padrão. Menezes (2015, p. 125/126):

Os pressupostos higienistas no discurso educacional da década de 1920 circunscrevem, no Brasil, um recorte histórico que contempla o final do século XIX, o advento da República e as três primeiras décadas do século XX, de consolidação da nova ordem. Período caracterizado por todo um quadro de conformação da sociedade brasileira concomitante as mudanças operadas no *status quo*. (...) Sanear as cidades, modelar os costumes, disciplinar as populações, higienizar a sociedade de todos os males que obstem o progresso são então perspectivas de intervenção social desse período que se coloca no contexto histórico de uma efervescência cultural articulada sobre os eixos do saber médico e pedagógico, enfatizado no papel social da educação em torno da proposta de uma formação completa – física, intelectual e moral – do brasileiro capaz de delinear uma identidade nacional para o Brasil Republicano.

A relação estabelecida entre educação e higienismo estavam estruturadas dentro do contexto histórico do início da República no Brasil e durante os trinta primeiros anos da consolidação desse novo modelo de governo. O pensamento higienista adotado pelos republicanos surgiu no discurso educacional com intuito de contribuir para a elaboração de nova identidade nacional, pautada no ideário republicano de ordem e progresso.

As teorias educacionais da época provinham do exterior do país, mais precisamente do continente europeu. Os professores deveriam seguir os modelos educacionais que estavam em voga na época e estarem aptos para executar a sua função nos grupos escolares. Houve investimento em arquitetura na construção de grupos escolares e na compra de livros de diversos assuntos para as bibliotecas.

Aos poucos os grupos escolares foram ganhando espaço expandindo-se das capitais para os interiores sendo construídos nas cidades mais populosas do estado.

Essa situação de caráter nacional, aplicava-se também ao Estado do Rio Grande do Norte. Sobre as teorias educacionais, concordamos com o apontamento feito por Cruz (2014, p.56/57):

A respeito das propostas pedagógicas, os grupos adotaram o método intuitivo ou Lição de Coisas que tinha por objetivo despertar no aluno os sentidos e a observação na aquisição de conhecimentos. Contudo, desde a década de 70 do século XIX, os discursos acerca da escolha desse método já existiam. Começaram a se preocupar com as relações pedagógicas de ensino e aprendizagem, especialmente sob a influência do educador Jean- Henri Pestalozzi. Na lição de coisas, o professor deveria criar condições para o aluno ver, sentir e observar os objetos, aprender a partir do concreto até o abstrato, método marcado pela influência do cientificismo com característica enciclopédica e com o uso de diversos materiais dentro de sala de aula.

A escolha das teorias pedagógicas e as propostas metodológicas dos ambientes escolares acompanhavam o cientificismo da época, o que estava sendo propagado por renomados educadores no século XIX, era selecionado e adaptado aos objetivos dos governantes para a educação do povo.

Para os republicanos, o culto à bandeira e ao hino nacional realizado em âmbito escolar, bem como o respeito às tradições, revelavam a importância da valorização e reconhecimento da proclamação da República entendida naquele momento como a salvação para a pátria brasileira, que com a instrução pública, traria as luzes do conhecimento para o desenvolvimento da população.

2.1 A Criação do cargo de Diretor da Instrução Pública

O marco para a criação do Cargo de Diretor da Instrução Pública prescinde do Império no Brasil tendo como data oficial diferentes registros de acordo com a data específica em que cada província instituiu a função de diretor geral. Quanto ao Rio Grande do Norte, Stamatto (2011, p. 11) nos esclarece que:

Em diferentes momentos, e por meio de variada legislação, o governo de cada província instituiu a função do Diretor de Instrução Pública, no sentido de organizar melhor o ensino. Em 1845, pela Lei nº 135 de 7 de novembro, foi o caso da província do Rio Grande do Norte. Três anos depois, pela Lei nº 191, de 4 de novembro de 1848, colocava-se o Diretor do Ateneu acumulando o cargo de Diretor da Instrução Pública, unificando-se, assim, o ensino primário e secundário sob um único comando. Em 1852, pela Resolução nº 253 de 27 de março, o governo provincial criava o cargo de inspetor para cada cidade e de delegado para povoados e, para o estabelecimento de escolas particulares, seria necessária a licença governamental.

Instituído com o intuito de colaborar para a organização e fiscalização do Ensino na Província, o cargo de Diretor Geral encontra-se descrito na Lei nº 135 do ano de 1845, sendo efetivamente estabelecido no Rio Grande do Norte com a Lei nº 191 de 1848. Nesta conjuntura ficava definido que o Diretor do Atheneu assumiria também a função de Diretor Geral, responsável pela instrução primária e secundária.

Nos relatórios de Presidente de Província, a fala do então Presidente Benvenuto Augusto de Magalhães Taques em Natal, 3 de Maio de 1849, colocava em primeiro lugar como necessidade para o melhoramento da instrução, o melhoramento dos professores que de acordo com a sua análise da época não encontravam-se devidamente preparados. E em segundo lugar, destacava a fiscalização do ensino, para auxiliar no melhoramento da atuação dos professores, com o acompanhamento do desenvolvimento e atuação destes na educação. Na conclusão de seu artigo, Taques (1849, p.12) afirmava:

O ensino depende de muito zelo e dedicação; para mantê-la é necessário uma inspeção forte, e mais ainda no estado de relaxação em que tudo por aí vai. Sem inspeção severa nunca haverá ensino satisfatório em nossas escolas. Mas onde encontra-la quando domina por toda parte a fraqueza, a benevolência, a desatenção aos maiores interesses sociais? Parece-me infelizmente que as combinações mais engenhosas não poderão suprir a vigilância natural que em outros países exercem sobre ensino um Clero ilustrado e cheio de devotação, ou grande número de homens inteligentes, zelosos, dotados de espírito de ordem, e verdadeiramente empenhados na educação pública. Quanto, porém, mais difícil é a corrente que temos de vencer, maiores esforços cumpre opor-lhe. Tentem-se e multipliquem-se todos os meios de inspeção, que talvez sustentem-se reciprocamente, e deem algum resultado.

A direção e a inspeção ocupavam no registro do referido Presidente, a responsabilidade em aumentar as chances de sucesso da reforma que este pretendia para a instrução. O insucesso, atribuído em grande parte ao despreparo dos professores, seria corrigido com a fiscalização feita pelo profissional designado para tal.

A impressão que ficou após a leitura deste registro de 1849, é que, destarte os esforços despendidos para a reforma do ensino, esta não surtiria efeito satisfatório sem a atuação da direção e inspeção do ensino, que garantiriam o cumprimento do que estava proposto na reforma e buscariam zelar para o sucesso desta.

Posteriormente foi registrada a resolução nº 253 de 1852, estruturando o cargo de Inspetor de Ensino de maneira a auxiliar o Diretor Geral na tarefa de manter organizado a instrução pública e privada, com a ressalva que para a existência de instituições privadas era necessário obter licença governamental regularizando sua existência. Ficando, portanto, designado o Inspetor de Ensino a auxiliar o Diretor Geral inspecionando as cidades que contassem com Grupos Escolares e os Delegados Escolares para atender aos povoados e vilas.

No mês de Setembro de 1845, o então Presidente de Província do Rio Grande do Norte proferiu uma mensagem endereçada à população da época, tratando sobre a educação no Estado do RN e suas constatações sobre o assunto. O Dr. Casimiro de Abreu esclarecia que eram necessárias medidas para a melhoria do Ensino Primário e Ensino Secundário, figurado pelo Atheneu, sobretudo investindo em prédios adequados, bem como à qualificação dos profissionais da educação. Ressaltando na mensagem de Governo a necessidade de regularizar a educação do Estado o Dr. Casimiro em Mensagem (1845, p. 12) afirmava que:

(...) finalmente será conveniente que sujeiteis toda a Instrução da Província a um Diretor, que não deve jamais ser Professor algum, ao qual se atribua a faculdade de nomear e demitir Delegados de sua confiança e todos os lugares onde houverem Mestres Públicos ou Particulares, não sendo lícito a ninguém abrir Aula de Instrução à mocidade sem prévia licença do Governo. Por este modo, ficando toda a Instrução Pública da Província sujeita à um centro, poderá ser regularizada e uniformizada, sairá do estado de torpor e abandono em que infelizmente se acha, e virá a florescer e prosperar, proporcionando os incalculáveis benefícios que resultam das ciências e das luzes, sem as quais nunca país algum pode ser livre e feliz.

De caráter fiscalizador e unificador do Ensino, surgia então na Província do Rio Grande do Norte o Cargo de Diretor Geral da Instrução Pública descrito na Lei nº 135 de 7 de Novembro de 1845. Como podemos constatar em Rio Grande do Norte (2004, p. 31):

Lei nº 135 – de 7 de novembro de 1845

Regulamenta a função de Diretor de Instrução Pública Criando um Diretor para inspecionar as aulas de Instrução Pública da Província, e dando outras providências a este respeito. O Dr. Casimiro José de Moraes Sarmiento, Presidente de Província do Rio Grande do Norte. Faço saber a todos os seus habitantes, que a Assembléia Legislativa decretou e eu sancionei a lei seguinte (...)

Percebemos que desde a sua criação, a conjuntura de responsabilidades envolvendo o cargo de Diretor Geral denotava a importância dessa função, logo não seria qualquer um a ser designado a exercê-la. Escolhido através de nomeação, o Diretor Geral necessitaria ao assumir a função, prontificar-se a investigar o que acontecia na Instrução Pública da Província, sendo o responsável pelo aspecto educacional, influenciando, portanto, um importante aspecto da sociedade. Das atribuições do cargo a legislação educacional detalha os requisitos necessários para o exercício da função em quatro artigos. De acordo com Rio Grande do Norte (2004, p.32):

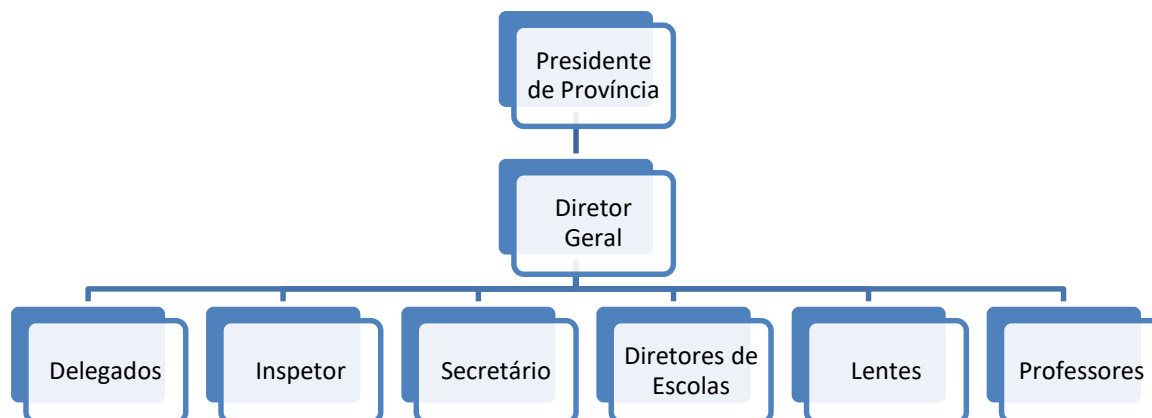
Art. 1º - Fica criado nesta Capital um Diretor, ao qual se encarregará a inspeção de todas as aulas de Instrução Pública pelos cofres provinciais; além deste empregado haverá, nos diferentes termos da mesma, tantos Delegados quantos o Presidente da Província julgar necessário. Art. 2º - O Diretor será nomeado pelo Presidente de Província, e os Delegados pelo Diretor, recaiando sem que tais nomeações em pessoas, que não sejam empregadas na Instrução Pública; e tanto um como outros serão conservados enquanto bem servirem. Art. 3º - As obrigações destes funcionários serão marcadas pelo Presidente de Província nos estatutos do Atheneu, e nos das aulas de Latim, e Primeiras Letras, que o mesmo Presidente fica autorizado a reformar, se assim julgar conveniente; submetendo-os depois à aprovação da Assembleia Legislativa Provincial. Art. 4º - Ficam revogadas todas as Leis e disposições em contrário. Dr. Casimiro José de Moraes Sarmento.

No art. 1º, ficava explícito o encargo do Diretor quanto a inspeção pública e pelos cofres provinciais, bem como em administrar a atuação dos delegados, que seriam designados por ele, na quantidade que o Presidente de Província julgasse necessário. Interessante perceber, que a simples nomeação dos delegados não denotava a seguridade na função, mas sim o seu desempenho, como claramente explicita o art.2º.

Das obrigações dos delegados escolares, o art. 3º esclarece que estas seriam definidas pelo Presidente de Província inseridas no Estatuto do Atheneu, bem como no estatuto das aulas de Latim e Primeiras Letras, tendo portanto o Presidente a liberdade para reformá-lo caso julgue conveniente, encaminhando em seguida a proposta de reforma submetendo-a à Assembleia Legislativa Provincial. O art. 4º reforça o que foi registrado nos artigos anteriores revogando as disposições em contrário, determinando que se fizessem cumprir o que estava na referida Lei. Observando a Figura 7, podemos ver mais claramente onde se encaixava o Diretor

Geral na conjuntura hierárquica em relação ao cargo à que se encontrava subordinado e aos que coordenava:

Figura 7 - A posição do Diretor Geral na Hierarquia dos Cargos



Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir das informações descritas em Lei sobre o Cargo de Diretor Geral

Os Estatutos do Atheneu, citado no art.3º em parágrafo anterior, que continham em sua estrutura normas que o Diretor Geral tinha autoridade para modificar de acordo como definisse ser mais pertinente, submetendo-a à aprovação da Assembleia Provincial. No referido documento, presente na Lei do ano de 1848, encontramos subsídios em Rio Grande do Norte (2004, p. 35/36) para compreender a atuação do Diretor Geral naquele contexto:

Estatutos do Atheneu na Cidade do Natal – 4 de novembro de 1848: Regulamento para a Instrução Pública Capítulo I – SEÇÃO 1ª – Do Diretor da Instrução Pública Art. 3º - O Diretor exerce no Atheneu as atribuições seguintes: § 1º - Convocar congregação ordinária e extraordinária e presidi-la em seus trabalhos. §2º - Manter a correspondência oficial da Congregação com o Presidente da Província. § 3º - Remeter ao Presidente de Província nos meses de abril e novembro mapa geral dos alunos § 4º - Requisitar quando for preciso para o expediente do Atheneu § 5º - Participar ao Presidente da Província a vaga das cadeiras e impedimento de quaisquer dos Lentes. § 6º - Ordenar por seu despacho a matrícula dos estudantes que lhe requererem § 7º - Dar atestado de frequência dos Lentes § 8º - Fazer admitir a exame os alunos ouvindo os respectivos Lentes, e a qualquer outro Estudo que requerer seu examinado § 9º - Comunicar examinadores, pessoas estranhas na falta de Lentes que deve nomear a Congregação. § 10 - Conceder até 8 dias de licença em cada um

ano a quaisquer dos Lentes e ao Porteiro quando tenham para isso justo motivo § 11 – Rubricar os Livros com termo de abertura e encerramento. § 12 – Repreender aquele aluno que perturbar dentro do Atheneu. § 13 – Assistir ao exame dos opositores e ao de qualquer; votar com os examinadores ou escrutínio secreto a aprovação ou reprovação daqueles; levar ao conhecimento do Presidente da Província; o seu juízo será motivado sobre a instrução e moralidade do opositor ou opositores que forem aprovados a fim de ser nomeado o mais idôneo.

Os atributos do Diretor Geral, explicitados nos Estatutos do Atheneu mostram o quão ativo seria o Diretor que acompanhasse todas as atividades dispostas no Regulamento, as atribuições eram importantes e o colocavam em verdadeira imersão no âmbito educacional da Província. Era preciso conhecer o lócus onde estava inserido. Quanto mais informações e maior dedicação do Diretor Geral, mais organizados seriam os seus relatórios.

Vale ressaltar que para reunir todos os dados da educação da Província, o Diretor dependia também das informações dos delegados escolares, quanto mais falhas e incompletas fossem as informações enviadas pelos delegados, mais difícil tornava-se a missão do Diretor Geral. O que justificava também a falta de padronização dos relatórios, que apresentavam constituição diversa a cada ano, uns mais extensos que outros.

Os mapas escolares, descritos no Estatuto do Atheneu, eram elaborados pelo Diretor ou pelo Secretário, e consistiam em tabelas com informações importantes organizadas e anexadas ao Relatório da Instrução Pública. Exemplificando um mapa geral dos alunos ainda no período do Império, a Figura 8 retrata o Mapa 2 do Relatório de Presidente de Província do ano 1845, elaborado pelo Secretário da Província João Carlos Wanderley registrando o demonstrativo das Aulas Públicas de Primeiras Letras existentes na Província do Rio Grande do Norte.

Figura 8 - Mapa demonstrativo das Aulas Públicas de Primeiras Letras na Província do Rio Grande do Norte, com declaração do número de Professores, Professoras, e dos alunos que os frequentaram no ano de 1845, coordenado segundo os mapas ultimamente enviados à Secretaria da Presidência

N.º 2.					
MAPPA demonstrativa das Aulas Públicas de Primeiras Letras existentes na Província do Rio Grande do Norte, com declaração do número de Professores, Professoras, e dos alunos que os frequentaram no presente anno de 1845, coordenado segundo os mappaes ultimamente enviados à Secretaria da Presidência.					
TERMOS.	LUGARES.	Nomes dos Professores.	AULAS.		ALUNOS.
			Para meninos.	Para meninas.	
Natal	Cidade	Jose Góthardo Emmerenciano	1	116	
	Idem	Josefa Francisca Soares da Camara	1	1	29
	Ribeira	Jose Alves da Silva	1		35
Villa de S. José	Villa de S. José	Vicente Ferreira Alvares	1	62	
	Idem	Florinda Joaquina Alvares	1	1	16
	Papari	Bazilio Freire de Alustau Navarro	1	45	
Goianinha	Villa de Goianinha	Antonio Martins da Silva	1	20	
	Aréz	Jose Graciano de Cois Lira	1	24	
	Serra de S. Bento	Joaquim Ildelfonso Emmerenciano	1	24	
Flor	Villa Flor	Ignacio Francisco Dantas	1	29	
	Tamatanduba	Francisco de Paula Rego	1	18	
S. Gonçalo	Villa de S. Gonçalo	João Manoel de Carvalho Botelho	1	33	
Estremoz	Villa de Estremoz	Jose Bento da Fonseca	1	38	
Touros	Villa dos Touros	Manoel Filippe Rapozo da Camara	1	43	
Angicos	Villa de Angicos	Primo Filiciano Martyr	1	12	
	Guamaré	Nicolao Vieira de Mello	1	37	
Santa Anna do Mattos	Macáu	Francisco José de Mello Guerra	1	23	
	Villa de S. Anna do Mattos	João Mendes de Sousa Guarim	1	8	
Prinzeza	Villa da Prinzeza	Jose Felix do Espirito Santo	1	43	
	Idem	Maria Joaquina Izaquiel da Trindade	1	1	13
Acari	Campo-grande	Vaga	1		
	Mossoró	Francisco de Paula Rodrigues de Paiva	1	54	
Port'alegre	Villa do Acari	Vaga	1		
	Conceição	Idem	1		
Maioridade	Villa de Port'alegre	João Gualberto Soares da Camara	1	19	
	Pau dos Ferros	Vaga	1		
Apudi	Villa da Maioridade	Francisco Xavier da Cunha	1	55	
	Villa do Apudi	Joaquim Manoel Carneiro da Cunha Beltrão	1	33	
Principe	Villa do Principe	Matheus Antonio Vianna	1	22	
	Serra Negra	Vaga	1		
TOTAL	Jardim de Peranhas	Idem	1		
			28	3	793
Secretaria do Governo do Rio Grande do Norte, em 4 de Setembro de 1845.					
O Secretario da Presidencia					
João Carlos Wanderley.					

Fonte: Relatórios do Presidente de Província do Rio Grande do Norte Moraes Sar*ento, 7 de setembro de 1845, Mapa 2 anexado pelo secretário João Carlos Wanderley Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/833/000019.html>> Acesso em: 18/10/2017

O Mapa 2, representado na Figura 8, contém importantes informações para a instrução pública da época, o que nos chama atenção é o detalhamento das informações cuidadosamente dispostas no Mapa. Quanto mais informações forem enviadas sobre cada cidade e vila contribuía para a construção de um mapa mais detalhado. Destacamos portanto o trabalho do Diretor, do Secretário e dos delegados

escolares nesse intento.

Até chegar ao Presidente de Província, as informações adquiridas pelo Diretor demandavam um processo minucioso da investigação das vilas e cidades da Província, o conhecimento do panorama geral da educação, era sem dúvida necessário para o processo de organização e unificação da Educação. E com as responsabilidades surgiam também os empecilhos que dificultavam o cumprimento das funções designadas ao Diretor.

As dificuldades do cargo de Diretor Geral da Instrução Pública implicavam, dentre outras coisas com relação à inspeção do Ensino e incidiam sobre o que relata o Presidente de Província Antônio Bernardo de Passos em uma Mensagem (1855, p. 9)

A inspeção deste serviço, nas circunstâncias em que nos achamos, é embaraçada por muitas dificuldades. Poucos se prestam a exercer as funções de Delegados de instrução pública. Dos que aceitam, muitos não cumprem seus deveres com a devida exatidão: um nomeado houve, que declarou ao Inspetor aceitar o cargo por obsequia-lo, mas que pediria sua demissão logo que lhe fossem exigidas as primeiras informações. O receio de se comprometer, que a tantos domina infelizmente, é um tropeço para certos Delegados: evitam por todos os modos as ocasiões de exercer qualquer ato em que é mister alguma severidade, mesmo quando pouca. A parcimônia, com que a Repartição da Inspetoria, aliás tão importante, está montada, não prejudica pouco o serviço: todo o trabalho de seu expediente, correspondência e registro, está a cargo de único Empregado, o Inspetor que não vence ordenado algum. A falta de correios para diversos pontos da Província enerva também de algum modo a ação da Inspetoria. Infelizmente está em vossas mãos remediar semelhantes males.

A partir desta mensagem, identificamos elementos que nos auxiliam a pensar na dificuldade por trás da elaboração de um Mapa escolar. O Diretor depende da atuação dos delegados, e a falta de compromisso destes, comprometia e tornava mais complicada a atuação do Diretor, mesmo que este tivesse plena disposição para atuar. Percorrer a Província demandava muito tempo e apresentava dificuldades que rogavam o trabalho coletivo para o bom funcionamento da organização dessa verdadeira rede de informações que eram colhidas pelos diversos delegados, inspetores escolares e pelo Diretor da Instrução Pública.

Tanto o cargo de Diretor quanto o de Inspetor e o de Delegado escolar, demandava significativas responsabilidades que exigiam compromisso do sujeito que

se dispusesse a assumir a importante função perante a Instrução Pública.

Os compromissos do cargo incluíam os demais funcionários envolvidos no processo educacional, tais como os Presidentes de conselhos municipais, responsáveis por informar sobre o número de cadeiras criadas no município, matrícula e frequência nas escolas municipais.

A deficiência dessas informações prejudicava a elaboração do Relatório e constituía uma dificuldade para o trabalho do Diretor Geral quanto aos verdadeiros dados estatísticos escolares. No Relatório de 1900 no governo de Alberto Maranhão, o Diretor Manoel Dantas afirmava a dificuldade registrada devido a falta de informações mais precisas sobre os dados escolares. Dantas (1900, p. 5):

Ensino Municipal

São deficientes os dados fornecidos pelos presidentes dos Conselhos Municipais, apesar de reiteradas recomendações desta Diretoria Geral, sobre a criação de cadeiras, provimento, matrícula e frequência das mesmas. Entretanto, já é grande o número de cadeiras criadas e providas em quase todos os municípios antes mesmo da Lei n. 131 de 13 de setembro do ano passado, salientando-se os de Mossoró e Macau, tanto no número das cadeiras como na matrícula e frequência.

Com a expansão da oferta de cadeiras de instrução, nas cidades em diversos estados do país, surgiu a necessidade da criação de cargos que auxiliassem na organização das informações de âmbito escolar, dialogando com os professores e organizando em forma de relatórios a situação da educação em cada estado e reportando estas informações para o presidente de província, possibilitando assim uma análise melhor elaborada da situação dos grupos escolares e reportando-as aos presidentes de província. Otimizando assim a relação entre os professores e os presidentes de província, e sobretudo a fiscalização por parte do governo do funcionamento dos grupos escolares. Como afirma Stamatto, (2005, p. 5)

Em 1834, com o Ato Adicional de 12 de agosto, as decisões e legislações sobre o ensino elementar secundário passavam para a alçada das províncias, o que possibilitou a instalação de serviços de instrução diferenciados. Entretanto, diferentemente do que se possa imaginar, mantinha-se o esforço governamental, agora conferido aos governos locais, de enquadrar a conduta dos professores e exercício do magistério nas normas estabelecidas. Em 1836 criava-se a primeira inspetoria escolar para o Município da Corte. A função da fiscalização da profissão surgia. Até então, o controle da profissão era moral e ideológico, feito a partir da conduta da vida particular do mestre, dos livros empregados, da observância às práticas religiosas vigentes. A

partir de agora, o controle seria exercido também sobre suas práticas profissionais.

A partir do ano de 1836 iniciava-se oficialmente uma forma de fiscalizar a prática docente. O controle que antes era delegado ao exame de conduta da vida particular do mestre transcende agora para a sua ação profissional em âmbito escolar, o que denota indícios de uma evolução no que refere-se à prioridade da qualidade do ensino.

Stamatto (2005) através de fontes históricas, revela que “com os artigos 3, 4, e 5 de novembro de 1836 da província do Rio Grande do Norte: Art. 3. Os Professores e Professoras serão examinados nas matérias em que forem obrigados a ensinar”. A partir destes 3 artigos de 1836, fica instituído no Estado do Rio Grande do Norte que os professores passariam por exames para provarem sua capacidade para lecionar nas matérias em que fossem designados.

A Resolução nº 350 de 26 de Setembro de 1856 instituída pelo então Presidente de Província do Rio Grande do Norte, Antônio Bernardo de Passos, registrava a inauguração do Atheneu Norte-Rio-Grandense, destacando a figura de Diretor Geral, designando que o Diretor da referida instituição de Ensino Secundário, assumiria a direção do Atheneu e a Direção da Instrução Pública da Província, como podemos ver na Legislação do Rio Grande do Norte (2004, p. 57)

CAPÍTULO II – Da Instrução Pública em Geral

Art. .26 – O Diretor do Atheneu será também o Diretor Geral da Instrução Pública, e, por meio da secretaria deste estabelecimento se expedirá toda a correspondência sobre instrução primária e secundária da Província. Art. 27 – Ao mesmo diretor compete por si e seus delegados a direção e inspeção de todos os estabelecimentos de Instrução Pública ou particular, pela forma determinada nas leis em vigor. Art. 28 – Ficam em vigor a resolução nº 27 de 5 de novembro de 1836, a lei nº 135 de 7 de novembro de 1845, e mais legislação relativa à instrução primária da Província, no que não for oposto à presente lei, e revogadas quaisquer disposições em contrário. Antonio Bernardo de Passos. LS. Selada e publicada nesta secretaria do governo, aos 26 de setembro de 1856.

A Tabela 1, retratada logo abaixo, apresenta um mapa do relatório do presidente da província do Rio Grande do Norte, contendo uma lista com os nomes de todos os funcionários que já exerceram o cargo de Diretor da Instrução Pública, do ano de 1834 até o ano de 1897, onde aparece pela primeira vez o nome de Manoel

Gomes de Medeiros Dantas, que no mesmo ano, já escreve e assina o relatório de Diretor da Instrução Pública do Rio Grande do Norte.

Tabela 1 - Relação com os nomes dos Diretores de Instrução Pública do RN a partir do ano de 1834 até 1897

Relação nominal dos Directores da Instrução Publica do Estado do Rio Grande do Norte, a contar de 1834 até a presente data, com algumas de suas nomeações, posses e dias em que deixaram o respectivo exercício			
Datas com algumas nomeações	Posses	Data que deixaram o exercício	Observações
1834		1838	
20 de nov. de 1845			
1848	1848		
1849	1849		
22 de Julho de 1850	22 de janeiro de 1850		
1858			
1859			
1860	1860		
1861	1861		
1861			
1862			
1862	1862		
1863	1863		
1866			
1866	1866		
1866	1866		
1867	1867		
1868	25 de Agosto de 1868		
1869	1869		
1870	1870		
1870	1870		
1871	1871		
1872	1872		
25 de Janeiro de 1872	1872		Era secretario quando assumiu o exercício
27 de Dezembro de 1872	1872	29 de Abril de 1876	
13 de Fevereiro de 1877	13 de Fevereiro de 1877	22 de Setembro de 1877	

21 de setembro de 1877	21 de setembro de 1877	21 de Março de 1878	
22 de Maio de 1878	22 de Maio de 1878		
1879			
21 de Setembro de 1879	21 de Setembro de 1879	11 de Outubro de 1879	
22 de Março de 1880	22 de Março de 1880		
31 de Julho de 1880	31 de Julho de 1880	21 de Maio de 1885	
11 de Fevereiro de 1881	11 de Fevereiro de 1881	4 de Maio de 1885	Exercício Interino
20 de Agosto de 1883	20 de Agosto de 1883	11 de Setembro de 1883	
21 de Maio de 1885	25 de Maio de 1885	12 de Agosto de 1885	
23 de Setembro de 1885	21 de Setembro de 1885	18 de Junho de 1887	Effectivo em 24 de Novembro de 1885
21 de Outubro de 1886	21 de Outubro de 1888	19 de Dezembro de 1888	
21 de Junho de 1889	21 de Junho de 1889	2 de Agosto de 1889	
21 de Agosto de 1889	21 de Agosto de 1889	18 de Novembro de 1889	
17 de Novembro de 1889	19 de Novembro de 1889	1 de Março de 1890	
8 de Março de 1890	8 de Março de 1890	20 de Outubro de 1890	
21 outubro 1890	21 de Outubro de 1890	21 de Março de 1891	
31 de Março de 1891	31 de Março de 1891	1 de Junho de 1891	
22 de Junho de 1891	23 de Junho de 1891	23 de Junho de 1892	
23 de Junho de 1892	2 de Agosto de 1892	8 de Abril de 1895	Entr. em 4 de Jan de 1896
8 de Abril de 1895	4 de Maio de 1895	29 de Dezembro de 1896	
22 de Janeiro 1897	2 de Janeiro de 1896		

Fonte: Relatório do presidente de província do RN Joaquim Ferreira Chaves Disponível em:
<<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u716/000127.html>>

A partir dos relatórios elaborados pelo diretor e também da figura do inspetor da Instrução, enviados ao Presidente de província encontrava-se um resumo geral da real situação da educação do estado. Todas as reivindicações eram reportadas ao Diretor Geral da Instrução Pública e a situação vivenciada por cada grupo escolar era presenciada pelo inspetor que estava inserido naquela realidade e transmitia suas informações via relatório escrito que corroboravam para a análise do Diretor Geral da Instrução.

Aos poucos a educação vai delineando-se através de Leis que corroboram para a sua organização, com ênfase na fiscalização da prática docente e da estruturação do currículo, como demonstrou as citações da legislação da época.

Todavia, é preciso considerar que não estava prevista punição alguma para o não cumprimento das referidas leis, o que incitava questionamentos acerca do cumprimento destas e da real situação em que se encontrava a educação em cada província.

Com a proclamação da República no Brasil, no ano de 1889, ocorreram diversas mudanças no setor educacional, porém preservou-se a existência das funções do diretor e do inspetor da instrução pública. Essa é uma das características que a educação republicana conservou do período imperial. Esta observação reporta a uma ressalva importante em pesquisas sobre república.

É preciso desmistificar a noção de que a partir da proclamação da República a educação e suas reformas começaram do zero, abandonando todas as medidas do Império, ou a opinião de que nada foi feito durante o período Imperial. Concordamos com o que aponta Cruz (2014, p.64) ao afirmar que:

Ao desvalorizar a imagem do adversário, ou seja, do Império, os republicanos buscaram construir uma nova, com um discurso de exaltação aos feitos que seriam realizados pela República na área educacional. O Rio Grande do Norte, inserido no contexto nacional de disputa pelo alcance do imaginário social, utilizou a instituição educacional como veículo, pois pretendia “dotar a sociedade de coesão através da educação do povo e da criança do novo regime” (BENCOSTTA, 2005, p.96). A institucionalização do ensino foi o carro chefe para alcançar o povo, mesmo que nem todos tivessem acesso à educação institucionalizada, ao verem prédios próprios para tal fim era construída a imagem de poder e do benefício que o novo governo estava trazendo para o Estado.

Compreendemos a necessidade do reconhecimento de que durante o império, no Brasil foram criadas leis e realizadas reformas que contribuíram para a educação do país e que embora muito houvesse a ser melhorado em âmbito educacional, não foi desconsiderado pelo novo regime de governo todas as ações do império. As leis e cargos criados no período imperial consideradas importantes e que colaboravam positivamente com o progresso da educação brasileira foram mantidas. Assim sendo, os cargos de diretor e inspetor, criados antes da proclamação da república permaneceram ativos após a instalação desse novo regime governamental.

O Diretor da Instrução pública assume função de grande responsabilidade perante a educação do Estado. Quanto mais ativo o diretor, melhor saberá identificar os problemas que atrasam o progresso em âmbito educacional, buscando expressar

em seus relatórios e refletindo sobre possíveis soluções para as problemáticas identificadas.

No relatório do Presidente de Província do Rio Grande do Norte do ano 1897, o nome de Manoel Gomes de Medeiros Dantas aparece pela primeira vez na tabela da relação nominal dos empregados da diretoria e Secretaria da Instrução Pública do Estado com a data de 22 de Janeiro de 1897, como é possível constatar através do registro da Tabela 2:

Tabela 2 - Relação Nominal dos empregados da Diretoria e Secretaria da Instrução Pública do Estado

DIRECTORIA	NOMES	ANTIGUIDADE EM EXERCÍCIO	OBSERVAÇÕES
Director	Doutor Manoel Gomes de Medeiros Dantas	22 de Janeiro de 1897	
Vice-Director	Doutor Eutiquio de Albuquerque Autran	11 de Março de 1897	Interino
Secretario	Francisco Theophilo Bezerra da Trindade	6 de Junho de 1888	
Amanuense Bibliothecario	Americo Vespucio Simonetti	4 de Janeiro de 1893	Já era empregado na Secretaria do Governo em 14 de Fevereiro de 1887
Porteiro Archivista	Francisco Emygdio Seabra de Mello	10 de Janeiro de 1893	Empregado de 1892
Continuo Bedel	Antonio Pereira de Mello	3 de Janeiro de 1893	Empregado de 1895
Continuo Correio	Bernardino Nestor de Vasconcellos	23 de Abril de 1894	
Secretaria da Instrução Publica do Estado, 1 de Julho de 1897. O Secretario: Francisco Theophilo Bezerra da Trindade			

Fonte: Relatório do Presidente de Província do Rio Grande do Norte Joaquim Ferreira Chaves Filho, Mapa elaborado pelo Secretário Francisco Theóphilo Bezerra da Trindade, 1897. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u716/000123.html>>

O relatório assinado pelo então secretário, Francisco Theophilo Bezerra Trindade registra a data de 1 de Julho de 1897 da sua publicação. A partir de então, Manoel Dantas começa a assinar os relatórios como Diretor da Instrução Pública. Além de assinar os relatórios da instrução pública na função de diretor, Manoel Dantas redige também artigos no jornal “A República” da cidade de Natal/RN.

2.2 Manoel Dantas e a educação Republicana

A educação representava para os intelectuais republicanos, importante instituto de transformação e forte campo de atuação conquistando a população de maneira a direcionar a sua atenção para o ideal democrático do novo governo. De acordo com (CRUZ, 2014, p. 46/47)

Com esse intuito a educação era tida como o carro-chefe das ações da República. A escolhida para ser a via de implantação dos valores do novo regime. O setor educacional, que outrora não possuía um local de prestígio nas ações governamentais passou a ser visto como espaço de formação, de construção da nação brasileira. O setor educacional, nesse período, passou a ser relevante na formação do cidadão brasileiro, veículo de construção do sentimento de pertencimento à nação, onde as ideias que norteavam a noção de nacionalismo no Brasil iam sendo difundidas por meio dessa instituição.” (CRUZ, 2014, p. 46/47)

No Rio Grande do Norte não foi diferente. Os republicanos, inspirados nos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade da revolução francesa, almejavam o sucesso em sua empreitada social, reestruturando a forma de pensar e ser cidadão, inculcando novos valores a serem admirados e seguidos pela população. Era indispensável convencer a população, considerando os seus conceitos filosóficos iluministas e renovadores de transformação social.

Ao estudar sobre história política ou educacional, pode-se perceber que estas temáticas cercam-se de representações coletivas de determinado ideário conceitual e cultural. O domínio estratégico destas representações coletivas incidem em importante ação para atingir bons resultados de acordo com os objetivos traçados pelas mentes que idealizam novas formas de poder.

O domínio social atinge maiores proporções através do convencimento da população de maneira a conceber a sociedade como parte ativa na construção do ideário a ela apresentado. Através da potencialização do enfoque na cultura, hábitos e no âmbito intelectual da população, buscava-se enraizar novos conceitos e tradições reestruturando a sociedade de acordo com os novos entendimentos almejados.

O século XVIII, conhecido como século das luzes intensifica a utilização do simbólico e do imaginário para atingir as mentalidades mostrando novos ideais políticos e sociais para a vida coletiva. Esta influência perpetua-se no decorrer do

século XIX, bem como na Primeira República no início do século XX.

Os republicanos, intelectuais adeptos do progresso, da valorização do raciocínio sobre o emocional e das teorias científicas da época utilizaram símbolos, expressando através de discursos, imagens, de maneira a inculcar no imaginário coletivo referências de um novo ideal de sociedade à moda republicana. No Estado do Rio Grande do Norte a situação não diferia desta descrição. Os adeptos dos ideais republicanos no RN, adequavam seus ideais e traziam consigo os símbolos dessa era republicana para a sociedade, incutindo-os no imaginário coletivo através da cultura, da política bem como da educação. O âmbito escolar pode ser considerado como o mais influente para o domínio do imaginário coletivo, principalmente se apreendermos que a escola enquanto um órgão social que não está isolado, mas faz parte do todo e influencia fortemente a estrutura social.

O movimento Republicano no Rio Grande do Norte, apresenta em sua composição figuras consideradas ilustres pela sociedade da época, conhecidos por estarem inseridos na elite intelectualizada, embasada nos princípios positivistas bem como na filosofia Comtiana no que refere-se à República.

Ao assumir o ideal de *liberdade, igualdade e fraternidade* professado como lema da revolução francesa, estes intelectuais desenvolvem um senso crítico pautado no ideário que acreditam e professam como sendo o mais adequado para estruturar uma sociedade evoluída de acordo com as atribuições do pensamento moderno em voga na época.

Como exemplo do simbolismo republicano materializado na arquitetura imponente e reformas realizadas na capital, encontramos no Jornal *A República*, uma página quase inteiramente dedicada ao tema: *Melhoramentos na Capital* com imagens que indicam símbolos valorizados pelos republicanos na construção de um ideário de poder.

Os símbolos aparecem materializados sob o aspecto do Congresso do Estado, expressando a política em sua essência parlamentar, O Grupo Escolar Augusto Severo em seu auge, denotando a importância da educação para o governo republicano, a indústria da pesca por sua vez, surgiu enquanto símbolo do avanço na economia e a valorização dos produtos do Estado e a residência do governador, inserida como melhoramento para a capital, curioso perceber como a residência

particular do governador é percebida para o fortalecimento do imaginário republicano como podemos ver na Figura 9.

Figura 9 - A República - Melhoramentos na Capital



Fonte: Jornal A República, 15 de Junho de 1911 – Registro da pesquisadora

Os intelectuais republicanos buscaram estruturar sua estratégia intencionando atingir o cerne do ambiente sociocultural através da utilização do discurso, da escrita e das alegorias (imagens). Sua atuação estava inspirada nas concepções políticas e filosóficas que embasavam seu ideário de República e nação. Carvalho (1939, p.129) afirma que:

Suas armas foram a palavra escrita e os símbolos cívicos. Por eles e

com eles lutaram com dedicação apostólica (seus inimigos diriam obsessão de fanáticos). Daí merecerem atenção especial. Há pelo menos dois pontos que podem ajudar a entender sua atuação. O primeiro e mais óbvio é a própria doutrina comtista; o segundo é a concepção dos ortodoxos sobre a tática política que deveria ser adotada no Brasil para levar adiante as reformas indicadas por Comte.

De caráter filosófico, o positivismo Comtiano adotado pelos republicanos do Rio Grande do Norte considerava a aliança entre os aspectos religioso e cívico da sociedade, ressaltando a importância do altruísmo e da valorização das tradições, da família e o amor à pátria. Carvalho (1939, p.130):

Em vez de uma simples filosofia ou uma filosofia da história, o positivismo comtiano evoluiu na direção de uma religião da humanidade, com sua teologia, seus rituais, sua hagiografia. Pretendendo ser uma concepção laica, fundia o religioso com o cívico, ou melhor, o cívico se tornava religioso (...) Comte colocou o sentimento do altruísmo, substituto da caridade católica. Ainda na esteira do comunitarismo católico, salientou as instituições de solidariedade, hierarquizando-as. Na base, ficava a família, seguida da pátria e, como culminação do processo, a humanidade.

Manoel Dantas, adepto e defensor dos ideais republicanos, adotava uma postura ativista desse modelo de governo, apresentando em suas ações os aspectos característicos que compunham o ideário político da época.

Além de redator de jornal, é reconhecido também pela excelência na oratória, tendo inclusive palestras publicadas posteriormente em forma de livros, bem como sua atuação enquanto Diretor da Instrução Pública. Nesse sentido, é evidente que a produção de conhecimento de Manoel Dantas registrada nas fontes históricas, apresenta-se como importante fonte de pesquisa para compreender a política republicana do RN.

Ao reunir características específicas dos registros e da atuação de Manoel Dantas na Educação do RN, professando os princípios políticos do qual era defensor, este constituiu-se ao longo da história como uma figura de destaque no cenário educacional, cultural e histórico para o estado do Rio Grande do Norte tornando-se também representante dos valores professados por essa doutrina política de caráter histórico-filosófico positivista que defendeu durante sua vida pública. Macêdo (2012, p. 168):

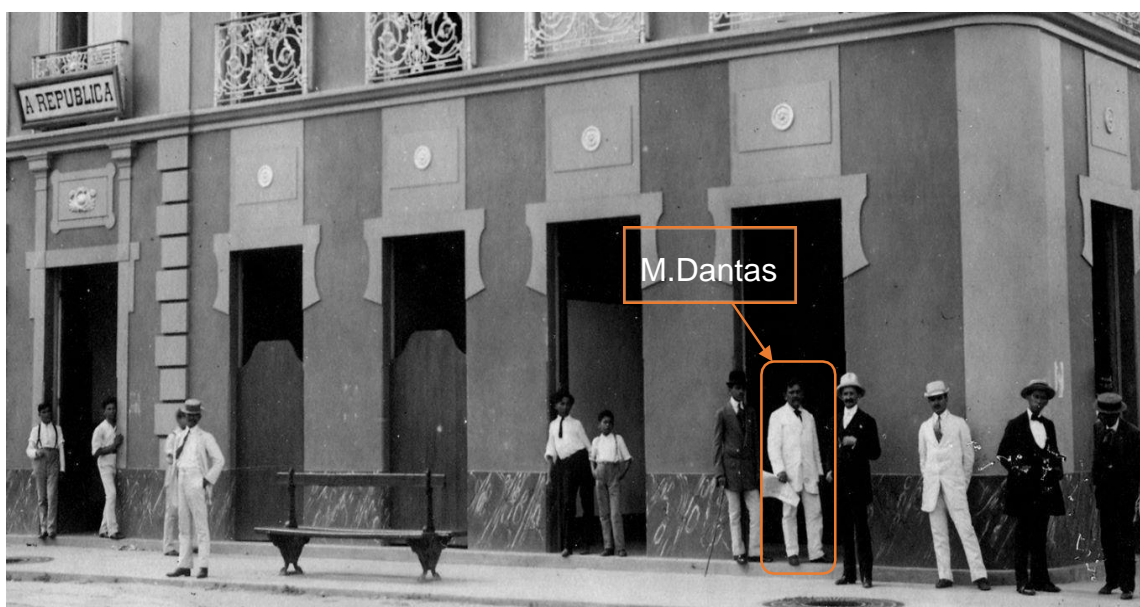
A proposta fundamental que Manoel Dantas apresenta, para destruir

a indiferença cultural do sertanejo pelo seu destino, passa, pois, pela educação d'O Povo. Para ele, nada poderia brotar em termos de superação dessa inércia no sertão, que não partisse primeiramente da mudança qualitativa dos costumes, eivada que se encontrava a cultura sertaneja de formas atrofiadoras da potencialidade dos homens que habitavam os grotões do sertão.

Os redatores dos jornais, voltavam-se para questões importantes em seus artigos, e ao que refere-se à instrução pública, Manoel Dantas desenvolveu em seus artigos no periódico “A República” sua visão profunda a respeito da instrução do Rio Grande do Norte, analisando-a a partir de diferentes aspectos, desde as condições precárias a que encontravam-se alguns grupos escolares, o atraso do salário dos professores, até a análise da importância da educação para o sertanejo que era ativo e inteligente, bastava ter o incentivo e oportunidade para aprender.

Na figura 10, Manoel Dantas, aparece em seu cenário jornalístico. Em frente à sede do jornal A República, de posse de um exemplar do periódico, Dantas foi registrado, juntamente à outras pessoas que possivelmente também faziam parte do jornal, ou simplesmente apreciavam e acompanhavam os escritos publicados no referido jornal.

Figura 10 - Manoel Dantas segurando um jornal na sede do Periódico A República



Fonte: Acervo Instituto Tavares de Lyra - Macaíba-RN.

É perceptível nos diferentes recursos utilizados para a construção do conhecimento dessa época, a presença de um ideal comum, que destacava-se nas práticas dos intelectuais. Embora expresso de diversas maneiras, a mensagem do

ideário republicano estava sempre presente. Os artigos do jornal A República, reportavam-se e diversas ocasiões à reflexão dos temas relacionados à Educação do Estado e da importância desta para o progresso da nação, tratando especificamente do Estado do Rio Grande do Norte.

2.3 A Importância da Função de Diretor da Instrução Pública no Contexto Sociocultural da Primeira República

Com a definição do novo modelo de governo no Brasil, esta função permanece e ganha destaque em sua relevância social, na medida em que a bandeira educacional torna-se um dos principais emblemas do governo republicano, ganhando mais ênfase do que no Império.

A propaganda republicana utilizava-se da educação como símbolo de seu ideário, e os diretores proclamados nesse contexto reafirmavam em seus discursos a função da instrução e sua contribuição ímpar para o progresso do país. Em seus relatórios, ao identificar as falhas em âmbito educacional, o diretor oportunizava de maneira pontual que o governo tomasse ciência da real situação em que encontrava-se a educação, tornando-a mais sistematicamente organizada.

O diretor possuía informações privilegiadas, uma vez que, mantinha comunicação com os diretores dos grupos escolares nas diversas províncias do Estado, conhecendo cada dificuldade de determinado grupo, dialogando com os profissionais da educação, compreendendo melhor o universo escolar e a importância da valorização da educação para o progresso da nação.

Esta profissão denotava grande responsabilidade, logo aqueles que assumiam o cargo de diretor da instrução pública, seria respeitado em seu meio social, devido ao contexto sócio-político que colocava em evidência a importância da educação. A institucionalização da educação e a fiscalização do funcionamento desta, contou com a colaboração efetiva dos diretores de instrução, sendo inclusive algumas reformas de ensino redigidas por diretores da instrução como é o caso do Estado de São Paulo e outras localidades.

No jornal A República n. 121 de 27 de Janeiro de 1919, destacamos o artigo intitulado “Pelo Ensino” título que de maneira recorrente aparecia nas edições diárias do periódico trazendo informações sobre a atuação da Diretoria Geral da Instrução Pública. A República (1919, p.1):

Respondendo a uma consulta que lhe foi feita sobre a recondução dos professores, de que trata o art. 190 da Lei da Reforma de Ensino, o Dr. Manoel Dantas, diretor geral da Instrução Pública, declarou que o professor que completar cinco ou dez anos de serviço, a contar da data da posse, requererá sua recondução ao governador do Estado por intermédio da Diretoria Geral da Instrução Pública, que dará sua informação.

Nesse trecho específico podemos observar a resposta do Diretor Geral Manoel Dantas à uma carta de um professor, esclarecendo-lhe sobre o regulamento da instrução de acordo com a Lei da Reforma de Ensino. O Diretor assumia a postura de orientar e esclarecer sobre o devido funcionamento da instrução.

Como autoridade nesse aspecto, tinha o domínio sobre a legislação e os regulamentos que os professores e diretores deveriam seguir em suas práticas educativas, logo, recorrentes eram os textos em que o Diretor esclarecia dúvidas acerca do procedimento mais adequado nos diversos aspectos do Ensino do Estado. A criação de cargos como o de diretor da instrução pública e o de inspetor, são de extrema importância nesse momento de mudanças no cenário educacional. Surge a motivação para a criação dos cargos, ao considerar a importância dessas respectivas funções no melhoramento da estrutura educacional da época. De acordo com Paiva e Medeiros Neta (2015, p. 91):

Enquanto no nível federal o Governo criava órgãos como a Secretaria da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, que poderiam dar maior organicidade à instrução pública, nas unidades federadas seus governantes, como Pedro Velho, no Rio Grande do Norte, em um consequente desencadeamento de ações, estabeleceu esse *Regulamento da instrução primaria e secundaria* que iria normatizar a *Directoria Geral da Instrucção Publica* e a instrução pública em geral, adequando-as aos ditames da pedagogia moderna. O Regulamento estava dividido em quatro títulos.

A criação de determinada função social, surge de necessidade pontual para a estruturação organizada de um sistema. Assim surge o cargo de Diretor da Instrução pública, que aparece no cenário educacional para auxiliar na organização e fiscalização da estrutura educacional do país.

A figura do Diretor representava em cada Estado o elo entre as escolas e o Estado. O responsável por repassar a situação específica de cada grupo escolar ficava a cargo do diretor de cada instituição. De posse dos informes, solicitações e questionamentos de cada grupo escolar, o Diretor da Instrução Pública elaborava um

relatório traçando um panorama das necessidades e avanços do setor educacional do Estado pelo qual estava responsável.

Analisando a função sob o prisma social, percebe-se que, longe de ser apenas mais uma função dentro do sistema educacional, o propósito a que se dispunha o Diretor da Instrução assinalava grande responsabilidade, uma vez que as suas ações perante a função para qual fora designado refletiam diretamente na sociedade.

Através dos relatórios do Diretor da Instrução Pública, o Presidente de província tomava ciência da situação geral da educação do país, e a partir da análise dos elementos contidos no relatório do Diretor, poderia traçar diretrizes mais precisas para o aprimoramento do setor educacional.

Um cargo que tinha autonomia no governo Provincial, na área da instrução, estava ligado a diversas pessoas. E o Diretor Geral estava subordinado em âmbito estatal somente ao Presidente de Província.

Sua figura estava presente nas festividades escolares sempre ao lado do Governador¹¹. Prestigiado pela sua função, o cargo de Diretor Geral era considerado no contexto social como nobre missão, dada as dificuldades do seu exercício. Suas decisões poderiam implicar em positivas ou difíceis consequências para a educação do Estado. E a responsabilidade em criar regimentos escolares adequados para o funcionamento dos grupos escolares, escolas isoladas e os demais segmentos de âmbito educacional.

Quanto maior o alcance social das ações de um cargo, maior influência no contexto sociocultural a ele será atribuído. A educação de vilas e cidades desde o menor dos interiores do Estado estava sob a tutela do Diretor Geral que através da proposta de criação de grupos escolares, escolas ambulantes, cadeiras escolares, fiscalização da atuação profissional e criação de concurso para provimento de professores, influenciava na vida de muitas pessoas.

Podemos inferir que o reflexo de suas ações poderiam ser mais fortemente comprovadas à longo prazo, uma vez que os resultados em âmbito educacional não

¹¹ Durante a Primeira República, encontramos menção ao Presidente de Província outras vezes ao Governador da Província ou Governador do Estado. Ambas as definições aplicavam-se ao mesmo cargo, o de Presidente de Estado.

são conquistados imediatamente. Principalmente considerando a luta estabelecida no Rio Grande do Norte contra o analfabetismo.

3 CONCEPÇÕES DE MANOEL DANTAS SOBRE INSTRUÇÃO PÚBLICA

É relativamente fácil instruir, porém é muito difícil educar uma geração, dando-lhe, sobretudo, a educação moral e cívica, o pendor para o trabalho, o amor à vida, o respeito de si próprio e dos outros, as bases sobre que repousam os grandes princípios da solidariedade humana.

Manoel Dantas

3.1 Contextualização Histórico-Educacional do RN

Neste momento, buscamos reconstituir o embasamento sócio-político e filosófico que constituía o discurso de Manoel Gomes de Medeiros Dantas, considerando como marco inicial sua formação acadêmica no fim do Império, enfatizando o ano de 1889 até 1924, traçando um panorama da construção e evolução do discurso de Dantas.

A partir da literatura que demonstra a visão de República no Rio Grande do Norte no fim do século XIX ao início do século XX, intencionamos delinear a trajetória das contribuições de um intelectual, formado no período imperial.

Conforme já foi mencionado, o cenário sócio-político em que M. Dantas estava inserido constitui importante ligação com a instrução pública. As reformas e planos de ensino da época tinham como base o ideário republicano personificado nos intelectuais que o divulgavam.

No contexto que marca a fundação do Império do Brasil no ano de 1822, atentamos para a orientação direcionada à política educacional que surge com a Constituinte de 1823, já sob o impulso da Revolução Francesa, onde encontravam-se a figura dos liberais, que propagavam a defesa pelo desenvolvimento do espírito nacional observando sob um novo prisma os problemas do país, atentando-se para a educação popular. A defesa deste movimento constituía-se através da elite culta como nos apresenta Azevedo (1976) composta por sacerdotes, bacharéis e letrados. Todavia, a referida Constituinte, foi dissolvida ainda em 1823, mas resultam desta, a lei de 20 de outubro de 1823. Azevedo (1976, p. 72) destaca que tal constituinte:

[...] aboliu os privilégios do Estado para dar instrução, inscrevendo o princípio de liberdade do ensino sem restrições; o artigo 179, nº XXXII, da Constituição outorgada pela Coroa, em 11 de Dezembro de 1823, que garante “a instrução primária e gratuita a todos os cidadãos”; e, afinal a lei de 15 de outubro de 1827, - a única que em mais de um século se promulgou sobre o assunto para todo o país e que determina a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugarejos (art. 1º) e no art. XI, “escolas de meninas nas cidades e vilas mais populosas

Apesar da criação destas leis, na prática constatamos através de Azevedo (1976), que os resultados oriundos desta lei fracassaram por motivos econômicos, técnicos e políticos. Vale ressaltar, que nesse contexto, não havia fiscalização para o

cumprimento do que dispunha a lei, tampouco punições na falta do cumprimento desta. Assim sendo, a educação popular permanece desorganizada, com poucas escolas criadas funcionando, tendo como procedimento metodológico basilar, o método Lancaster ou de ensino mútuo.

Em 1834, o autor assinalou no âmbito do desenvolvimento do sistema educativo e cultural do país que lentamente vinha estruturando-se, a presença do ato adicional aprovado em 6 de agosto de 1834, resultado de ideias vitoriosas de tendências descentralizadoras do governo, dominantes na época, que visavam estabelecer o ensino através de uma unidade orgânica, propondo a organização escolar da União, na capital do Império, bem como as instituições nacionais de ensino superior, em vários pontos do território. Traçando considerações sobre as consequências do ato adicional, Azevedo (1976, p. 75) afirma que:

A descentralização do ensino fundamental, instituída pelo ato adicional e mantida pela República, quanto ao ensino primário, atingindo um dos pontos essenciais da estrutura do sistema escolar, não permitiu, durante um século, edificar, sobre a base sólida e larga da educação comum, a superestrutura do ensino superior, geral ou profissional, nem reduzir a distância intelectual entre as camadas sociais inferiores e as elites do país. O ensino público estava condenado a não ter organização, quebradas como foram as suas articulações e paralisado o centro diretor nacional, donde se devia propagar às instituições escolares dos vários graus uma política de educação, e a que competia coordenar, num sistema, as forças e instituições civilizadoras esparsas pelo território nacional.

A fragmentação do ensino como consequência do ato adicional de 1834, bem como a estrutura do ensino superior com um caráter profissionalizante inaugurado com Dom João VI marcariam por mais de um século como assinala o autor, a fisionomia fragmentária da educação institucional. Azevedo (1976) atribui ainda a ausência de pensamento coletivo ou de unidade na orientação da educação do país como resultado do caráter fragmentário assumido pela educação, impedindo assim a consolidação de um sistema educacional de ensino público com uniformidade e centralização, ou ao menos subordinado a diretrizes comuns. Azevedo (1976, p. 76) esclarece que:

A educação teria de arrastar-se, através de todo o século XIX, inorganizada, anárquica, incessantemente desagregada. [...] Não se pode inferir, porém, do fato de não ter organização, que não houvesse ensino básico geral e mesmo algum ensino superior desinteressado. Havia certamente. O que não existia (e nesse ponto são unânimes os

depoimentos) era um plano geral de organização.

Todavia, diante da desordem educacional em virtude da falta do plano geral de organização para a instrução pública, destacava-se o surgimento de aulas e liceus apontados por Azevedo (1976), como por exemplo o Liceu Paraibano (1842); Colégio Brandão, em Cajazeiras (1866) dentre outros. Azevedo (1976, p. 78) assinala que “a única instituição de cultura geral, criada desde a Independência até a República, foi o Colégio Dom Pedro II, fundado em 1837”.

Ao analisar a estruturação educacional até o momento histórico de nossa reflexão, percebemos que este período, demarca também a formação da elite intelectual da sociedade, através de um sistema de ensino secundário, assinalado pelo autor como sendo de caráter literário e retórico, e o ensino superior com características profissionais, como mencionado anteriormente.

O que faltava na estrutura curricular destas instituições educacionais era a presença do embasamento crítico, principalmente no ensino superior. Fazia-se notável a ausência de instituições direcionadas para pesquisas de cunho filosófico, metódicos e à pesquisa científica incentivando a ciência experimental e a observação dos fatos. Neste período, desenvolvia-se na Europa o positivismo. A ciência positivista consistia justamente na proposição científica experimental e crítica, considerando como método científico a observação e análise dos fatos, o que não aparentava ser prioridade ou ter grande destaque neste contexto do cenário educacional no Brasil.

Desenvolvendo-se lentamente através de tentativas e erros, a instrução pública vai estruturando-se no Brasil sobrevivendo com recursos limitados, ficando também a mercê das influências partidárias de determinados grupos políticos, além de contar com docentes sem preparação ou fiscalização específica, o que dificultava seu avanço e melhorias. A escassez do ensino público e a inexistência do ensino técnico preconizam o desenvolvimento do ensino secundário, de caráter literário, que tinha como finalidade o encaminhamento dos alunos para o ensino superior igualmente livresco. Sobre a fiscalização do ensino Azevedo (1976, p. 95) afirma que:

[...] só em 1854, pelo decreto nº 3.331 – A que cria o Conselho Diretor da Instrução Pública se estabelecem medidas mais eficientes com o fim de desenvolver, elevar e fiscalizar o ensino primário e somente depois de 1870 se construíram os primeiros edifícios escolares, com os recursos de uma subscrição feita para erguer uma estátua a Pedro II e convertida, por vontade expressa do Imperador, “na construção de edifícios apropriados ao ensino das escolas primárias”. Assim, em

1872, para uma população recenseada de cerca de 10 milhões de habitantes, a matrícula geral nas escolas primárias não excedia a 150 mil alunos, e se calculava, segundo dados oficiais, em 66,4 a percentagem de analfabetos.

A fiscalização do ensino constituiu-se de extrema importância para a reorganização posterior da instrução pública, contribuindo para o seu desenvolvimento, averiguando na prática o funcionamento e cumprimento dos direitos previstos em leis para o funcionamento da educação pública. Até o momento, alguns aspectos destacaram-se no cenário educacional: a ausência da fiscalização sistêmica do ensino; poucos recursos e instituições adequadas para o seu funcionamento, bem como oferta insuficiente de vagas na instrução pública e falta de profissionais qualificados, resultando no prevalecimento de elevado índice de analfabetismo na população já nos anos de 1870.

A falta de unicidade e planejamento geral para o ensino, bem como um fortalecimento basilar científico e filosófico no currículo educacional, propiciava uma estrutura frágil na qual estava edificando-se a educação do Brasil no Império. O conceito federalista incitou o discurso que cerceou o poder do governo imperial, com o ato adicional de 1834, que materializava o caráter de descentralidade na educação no Brasil. A marca da descentralização que caracteriza os ideais federalistas, liberais perpetuou-se ainda na transição do Império para a República em sua constituição de 1891, como vemos em Azevedo (1976, p. 118/119) ao afirmar que:

Sob o influxo dessas ideias vitoriosas, a constituição de 1891 institui a forma federativa e retoma a tradição do Império que vinha do Ato Adicional de 1834, transferindo a instrução primária aos Estados, aos quais ficou assegurada a organização do ensino em geral e reservando-se, mas não privativamente, a atribuição de criar instituições do ensino secundário e superior nos Estados e prover à instrução no Distrito Federal, antigo Município Neutro. A instrução secundária e superior na capital do país foi posta diretamente sob a jurisdição do governo central que transferiu (lei de 20 de novembro de 1892) à órbita dos poderes municipais do Distrito o ensino primário e profissional que estava, quanto ao Município Neutro, a cargo da União, no Império.

A elaboração constitucional, em 1891, esboçava a fragmentação que simbolizava a falta da unicidade de ideias políticas no contexto do início da República no Brasil, demonstrando a instabilidade política na qual encontrava-se a sociedade perante o fim do regime Imperial, que realizou reformas em prol da educação, porém

apresentando fragilidades em sua base, tendo algumas dessas fragilidades, expressas no caráter de descentralização permanecido no período inicial da República.

3.2 Contextualização Teórico Educacional da formação de Manoel Dantas

Em um primeiro momento, percebemos a influência da formação literária e retórica, herança da educação Jesuítica. Mesmo após as mudanças educacionais ocasionadas pelas reformas pombalinas, o estilo de educação voltado para a retórica e com base curricular determinada e dominada pelos religiosos, fez com que os ideais científicos, já estudados na Europa no século XVIII demorasse um pouco para chegar até a elite brasileira.

O surgimento das Universidades ainda no Império e as mudanças proporcionadas por teorias educacionais, formaram uma elite que décadas à frente, estariam ativamente defendendo o novo regime de governo no Brasil. A transição para a República, não ocorreu de forma espontânea e imediata, mas foi deflagrada em decorrência de diversos fatos que antecederam e contribuíram para mudanças político-culturais que culminaram com a proclamação da República no Brasil em 1889.

Ao longo dessas reflexões percebemos que a função da educação surgiu nesse momento como de importância crucial para a construção de uma nação pautada no ideário de República, do progresso e das luzes.

O caráter científico positivista que dominou o século XVIII estimulou o fortalecimento de discussões filosóficas e teórico-científicas nas academias de ensino superior, influenciando na construção do pensamento diferenciado de uma elite intelectualizada, que tendo acesso ao conhecimento a partir de uma diferente proposta pedagógica, caracterizava-se como revolucionária.

Ao estimular questionamentos e avanços sociais através do conhecimento, a proposta pedagógica utilizada nas faculdades e universidades frequentadas pelos jovens intelectuais propiciou a atuação destes no cenário social.

Situando as informações até agora sistematizadas neste estudo percebemos a partir da formação educacional de Manoel Dantas que sua instrução primária na década de 1870, secundária 1880 e superior 1890, demarcam uma influência mais fortemente interligada com a intelectualidade proposta para uma elite racional, que embora estivesse no Estado do Rio Grande do Norte, sob forte domínio religioso, já

apresentava currículo diferenciado.

Mas a possibilidade de ampliar o pensamento surgiu mais intensa no Ensino Superior, através da estrutura curricular proposta pelo curso de Direito da Faculdade de Direito do Recife, na qual ingressa ainda nos anos 1880 e alcança o grau de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais no ano de 1890. Em 1870, teve início a introdução de correntes de pensamento europeus influenciando o currículo escolar, Segundo Carvalho (1996, p.76):

A vida intelectual do país começou a mudar significativamente no início da década de 1870, com a introdução de outras correntes europeias de pensamento, sobretudo o positivismo e o evolucionismo. A essa altura a sólida homogeneidade da elite política começava a ser minada por vários fatores. O ensino das Escolas de Direito aprofundou a tendência à maior diversificação e pragmatismo já presentes nos estatutos iniciais. A reforma de 1879 dividiu o curso em ciências jurídicas e ciências sociais, as primeiras para formar magistrados e advogados, as segundas diplomatas, administradores e políticos.” (1996, p. 76)

O ensino secundário no Atheneu e o superior na Faculdade de Direito do Recife, possibilitaram maior acesso e conscientização dos ideais aos quais aderiu Manoel Dantas. No declínio do Império, portanto já apresentava um discurso fruto da educação que recebeu. Aliado à outros jovens componentes da elite seridoense, que enxergavam a sociedade fortemente sob prisma político aliando o avanço à educação, lutando portanto pelo domínio político no contexto social, bem como a estruturação do imaginário da população através da educação como elemento de conscientização e transformação dos indivíduos.

As mudanças ocorridas em âmbito educacional foram pensadas e estruturadas de acordo com ideários que traçavam como objetivo o avanço e melhorias da sociedade sob o prisma filosófico que defendiam e consideravam como mais adequado para o progresso, ideal esse que fortalecia-se atrelado ao ideário de nacionalidade envolvendo portanto todos os sujeitos que nela estavam inseridos.

O panorama geral porém, demonstrava a disparidade intelectual que agigantava-se perante a oferta do ensino que era direcionada para a elite e para a população, resultando portanto em um contexto onde prevaleciam ideias heterogêneas sobre como ampliar a visão de progresso e a conscientização da necessidade deste para o mundo extra - elite, minoria perante a grande parcela que

permanecia analfabeta, sem acesso ao ensino que fraquejava perante a ausência de fiscalização e recursos, tendo sua base fragilizada pelo caráter descentralizador que dificultava a unicidade de ideias em prol da melhoria da oferta do ensino público.

À medida que aprofundamos nossas reflexões acerca da estruturação do panorama político e educacional do Brasil, percebemos as dificuldades que atravancavam seu progresso fortemente defendido nos discursos dos intelectuais da época que apresentavam soluções com base em ideários políticos, mas que na prática refletiam as dificuldades ainda insuperadas em decorrência da estrutura na qual estava delineada a educação.

Sob a ótica cultural, o âmbito social do interior do Estado do RN, apresentava grandes desafios, considerando a economia e o contexto histórico estabelecido onde, apenas a elite tinha acesso à educação, uma vez que as crianças em idade escolar encontravam-se auxiliando seus pais no trabalho da zona rural, localizada à considerável distância das cidades onde situavam-se as instituições escolares, e mesmo as residências de professoras e professores, ainda figuravam-se distante da realidade destas crianças que quando tinham acesso à instrução, contentavam-se em aprender a ler, escrever e contar.

As dificuldades encontradas pela educação ainda no Império, agravaram-se na República, melhorando, porém, no forte incentivo atribuído ao estímulo da melhoria e da importância da oferta de uma educação pública de qualidade. Sobretudo o caráter de fiscalização, bem como de um estudo voltado para a situação geral na qual encontrava-se a educação do país para estruturar então medidas de urgência pondo em prática planejamentos visando avanços reais no âmbito educacional.

Acreditamos que as ideias propagadas por Manoel Dantas em sua época, não estavam desprendidas de conceitos filosóficos que o inspiravam, suas reivindicações políticas e culturais, estavam profundamente associadas à matrizes teóricas e literárias que pautavam suas ações. A educação que recebeu nos anos de 1870, perpassando o período imperial, influenciou fortemente a escolha do percurso político e social trilhado por Dantas.

Nascido no ano de 1867, em um sítio, denominado Riacho Fundo, na cidade de Caicó no Estado do Rio Grande do Norte, pouco antes do surgimento dos primeiros partidos republicanos nas capitais brasileiras. Foi alfabetizado em casa, ficando esta

tarefa a cargo de sua avó paterna¹².

A família percebendo o interesse de Manoel Dantas pelos estudos, matriculou o menino no ensino secundário, com aulas de latim na cidade de Caicó, ministrado pelo padre Brito Guerra, por volta ainda de 1870 início de 1880, período em que acirravam-se ainda mais mudanças curriculares, com introdução de novas matérias no currículo das escolas secundárias e superiores, estimulando já a necessidade de um ensino menos livresco.

Após concluir o ensino secundário, seu pai o enviou então para cursar seu ensino superior na Faculdade de Direito do Recife, considerada para a época como um foco de modernidade no que referia-se às teorias lá difundidas. De acordo com Carvalho (1996, p. 65):

De modo geral, os alunos das escolas de direito provinham de famílias de recursos. As duas escolas cobravam taxas de matrícula (que no primeiro ano de funcionamento foi de 51\$200 réis). Além disso, os alunos que não eram de São Paulo ou do Recife tinham que se deslocar para essas cidades e manter-se lá por cinco anos. Muitos, para garantir a admissão, faziam cursos preparatórios ou pagavam repetidores particulares. Esses custos eram obstáculos sérios para alunos pobres, embora alguns deles conseguissem passar pelo peneiramento. (...) As pessoas de menores recursos podiam completar a educação secundária nos seminários ou em escolas públicas. A partir daí a escolha podia ser os seminários maiores, para uma carreira eclesiástica, a Escola Militar, sucessora da Academia de 1810, para uma carreira no exército, a Politécnica ou a Escola de Minas, para uma carreira técnica.

Manoel Dantas, concluiu seus estudos acadêmicos em 1890, na Faculdade de Direito do Recife, já atuando nessa época como redator do Jornal O POVO, professando abertamente com apenas 22 anos seu posicionamento político demonstrando caráter esclarecido perante o cenário da época. A Figura 11 retrata Manoel Dantas, ladeado por outros intelectuais Seridoenses no ano de sua formatura na Faculdade de Direito do Recife em 1890:

¹² Informação com base nos estudos de Medeiros Filho (1988) no livro Caicó cem anos atrás e confirmado em diálogo informal com Edgard Ramalho Dantas, neto de Manoel Gomes de Medeiros Dantas.

Figura 11 - Manoel Dantas e amigos Seridoenses na Faculdade em 1890



Fonte: Acervo Instituto Tavares de Lyra – Macaíba

Até chegar às faculdades de Direito situadas no Brasil, faz-se mister apreender o trajeto que conduziu até este contexto, que remonta portanto aos primeiros incentivos que ocorreram ainda no Império, quando os jovens da elite buscavam outros horizontes para sua educação, indo estudar em Coimbra/ Portugal, onde teriam maior oportunidade de formação acadêmica em consonância com os ideais europeus.

Carvalho (1996) aponta em seus estudos, a homogeneidade ideológica que se buscava para as elites brasileiras incentivadas por Portugal, aparecendo, portanto, neste cenário a presença de jovens brasileiros indo estudar em Coimbra, em sua maioria direcionados para a formação jurídica. Pode-se inferir, portanto, que estes mesmos alunos de Coimbra futuramente atuariam ministrando aulas nas Faculdades de Direito das capitais brasileiras, nas quais posteriormente estudariam jovens da elite de todo o país, inclusive Manoel Dantas. Segundo, Carvalho (1996, p. 55):

ELEMENTO PODEROSO de unificação ideológica da política imperial foi a educação superior. E isto por três razões. Em primeiro lugar, porque a educação superior se concentrava na formação jurídica e

fornevia, em consequência, um núcleo homogêneo de conhecimentos e habilidades. Em terceiro lugar, porque se concentrava, até a Independência, na Universidade de Coimbra e, após a Independência, em quatro capitais provinciais, ou duas, se considerarmos apenas a formação jurídica. A concentração temática e geográfica promovia contatos pessoais entre estudantes das várias capitanias e províncias e inculcia neles uma ideologia homogênea dentro do estrito controle a que as escolas superiores eram submetidas pelos governos tanto de Portugal como do Brasil.

Em questões estatísticas podemos ver que em cada estado, havia uma parcela de estudantes em Coimbra, como nos apresenta Carvalho em um quadro representativo dos índices por Província dos anos de 1772-1872, bem como assinalando a distribuição provincial da população no ano de 1823.

Quadro 2 - Estudantes Brasileiros Matriculados em Coimbra, por Província, 1772-1872, e Distribuição Provincial da População, 1823

Capitania/ Província	% de Estudantes	% da População
Pará	3,70	3,13
Maranhão	8,78	2,41
Piauí	0,08	2,41
Piauí	0,08	2,84
Ceará	0,40	6,40
Rio G. do Norte	0,08	2,01
Paraíba	1,21	3,64
Pernambuco	11,52	11,73
Alagoas	0,08	3,20
Sergipe	0,24	3,13
Bahia	25,93	15,44
E. Santo	0,24	2,13
Rio de Janeiro	26,81	10,70
Minas Gerais	13,61	15,11
São Paulo	3,70	9,21
Santa Catarina	0,00	1,69

Rio G. do Sul	1,53	5,07
Mato Grosso	0,40	0,85
Goiás	1,21	1,31
Cisplatina	0,48	?
Total	100,00	100,00

Fontes: Para o número de estudantes, Francisco Morais, Estudantes Brasileiros na Universidade de Coimbra (1772-1872), Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, LXII (1940), p. 137-335. Para a população, Memória Estatística do Império, autor desconhecido, Revista do Instituto Histórico e geográfico do Brasil, Tomo LVIII, Parte I (1895), p. 91-99. (In: CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem.** A elite da política Imperial. 2. Ed. Ver. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relumbre-Dumará, 1996. P. 63)

Os partidos políticos no Império não eram homogêneos, mas figuravam-se heterogêneos nos ideais que propagavam e em suas reivindicações, cada um definindo a partir de suas próprias compreensões qual o roteiro mais seguro para o Brasil alcançar progresso evoluindo enquanto nação, economicamente, social e culturalmente falando.

O surgimento de grupos sociais direcionados para formar oposição política não ocorreu subitamente, mas foi algo elaborado ao longo dos anos, materializando-se aos poucos, ganhando espaço social à medida que a liberdade de tomada de decisão do governo imperial ia aos poucos sendo cerceada por leis que inviabilizavam a ação dos imperadores com total liberdade. Segundo Carvalho (1996, p. 34):

O Brasil dispunha, ao tornar-se independente, de uma elite ideologicamente homogênea devido a sua formação jurídica em Portugal, a seu treinamento no funcionalismo público e ao isolamento ideológico em relação a doutrinas revolucionárias. Essa elite se reproduziu em condições muito semelhantes após a Independência, ao concentrar a formação de seus futuros membros em duas escolas de direito, ao fazê-lo passar pela magistratura, ao circulá-los por vários cargos políticos e por várias províncias.

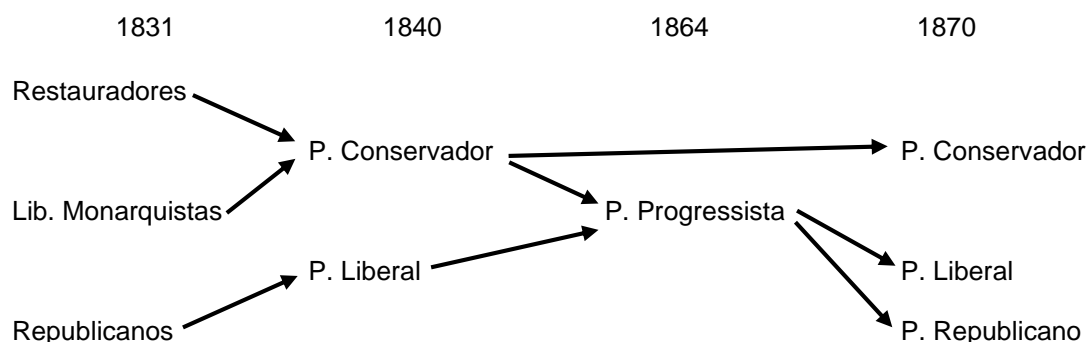
O ato adicional de 1834 teve grande parcela de influência em modificações realizadas tanto em âmbito educacional, quanto político refletindo diretamente na sociedade da época, suscitando discussões e a formação de partidos políticos em oposição ao Império, surgindo assim o Partido Conservador, propondo reformas nas leis, fortalecendo o discurso de descentralização, organizando posteriormente o Partido Liberal. Carvalho (1996, p.184) esclarece que:

As consequências da descentralização pelo Código de Processo

Criminal de 1832 e pelo Ato Adicional de 1834 e as rebeliões provinciais da Regência é que iriam, ao final da década, possibilitar a formação dos dois grandes partidos que, com altos e baixos, dominaram a vida política do Império até o final. O Partido Conservador surgiu de uma coalizão de ex-moderadores e ex-restauradores sob a liderança do ex-campeão liberal Bernardo Pereira de Vasconcelos e propunha a reforma das leis de descentralização, num movimento chamado pelo próprio Vasconcelos de Regresso. Os defensores das leis descentralizadoras se organizaram então no que passou a ser chamado de Partido Liberal.

Nessa perspectiva, observemos a estruturação dos partidos políticos no Brasil, no período Imperial, a partir do estudo elaborado por Carvalho (1996), que nos mostra em diferentes décadas a construção e desenvolvimento de partidos contrários ao regime de governo imperial, delineando a formação dos partidos políticos até chegar ao partido republicano no ano de 1870:

Gráfico 1 - Evolução do Sistema Partidário do Império, 1831 – 1889



Fonte: CARVALHO, José Murilo de. Os partidos políticos imperiais: composição e ideologia. In: **I A Construção da Ordem**. 2.ed.rev. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume-Dumará, 1996

A organização da elite em prol da oposição ao governo regente era perceptível, todavia, faltava a unicidade e coerência de pensamento na construção de uma forte oposição, ao passo que os fatos encaminharam-se para o surgimento de diferentes vertentes oposicionistas. Importante destacar, que há dois partidos liberais: o partido dos liberais monarquistas, criado ainda em 1831, e os liberais do período de 1870 mais próximos do partido republicano. Os partidos liberais (Monarquista e Republicano) apresentam diferenças entre si.

Ao alcançar as décadas finais do Império, foi elaborado então o discurso que deu origem ao Partido Republicano, que fortalecendo-se vai dominar o sistema político no cenário social da Primeira República do Brasil. Sobre as modificações ocorridas no

cenário político, Carvalho (1996, p. 184/185) vem esclarecer que:

As únicas modificações importantes no sistema partidário, do ponto de vista formal, se deram com o surgimento dos partidos Progressistas, curta duração e Republicanos. O Partido Progressista surgiu da Liga Progressista, em torno de 1864, sendo ambos produto do movimento de Conciliação iniciado em 1853 pelos conservadores. Compunha-se de conservadores dissidentes e liberais históricos. O Partido dissolveu-se em 1868 com a queda de Zacarias. Parte dos progressistas formou o novo Partido Liberal, parte ingressou no Partido Republicano fundado em 1870. Até o fim do Império o sistema partidário permaneceu tripartite, tendo, de um lado, os dois partidos monárquicos, e de outro, o Partido Republicano.

Os primeiros discursos de Manoel Dantas para o Jornal O POVO, ainda em 1889, registram a influência do Partido Liberal, que aparece triunfando no cenário político, sendo defendido inclusive por Dantas. No entanto, as ideias republicanas prevaleceram no cenário da política do Rio Grande do Norte, transcendendo o Partido Liberal.

É importante destacar que através do discurso de Manoel Dantas no jornal, este era adepto inicialmente do Partido Liberal em seu segmento progressista com objetivos mais afins com o posterior partido republicano. No trecho abaixo, podemos ver a opinião política de Dantas e sua simpatia pelo partido liberal, em sua vertente progressista em oposição ao partido conservador. Em um artigo redigido para o jornal O POVO, denominado como “*A nova situação*”, Dantas (1889, p. 1) afirmava que:

Sobe portanto o partido liberal cercado das simpatias da parte sã do país, mas ao mesmo tempo com a responsabilidade imensa que essas simpatias lhe criaram; responsabilidade dupla porque o partido liberal não tem somente que combater a oposição do partido conservador, seu adversário natural tem que encarar as tendências republicanas que se levantam pujantes em toda a nação e cuja propaganda o partido liberal precisa garantir como um direito legítimo que tem todo brasileiro de pensar livremente, e adotar a melhor forma de governo que lhe convier.

Ganhou força o ideário Republicano no cenário político do Brasil, atraindo para si, mais adeptos. A propagação e fortalecimento desse ideal sem dúvida constituiu-se como essencial para seu triunfo. Sobre a propaganda republicana, Carvalho (1996, p. 216) vem afirmar que:

A propaganda republicana usava como um dos argumentos em favor do novo regime a integração do Brasil no modelo adotado por todos os outros países da América. Com a República, realmente, o Brasil

deixou de se distinguir dos países latino-americanos em termos de elite política. Passada a fase de acumulação primitiva do poder, para a qual se revelara particularmente adequada a elite imperial, tivera início na República a fase em que a participação se tornava um problema maior e novas elites teriam que ser forjadas mediante mecanismos distintos. (...) Uma das fraquezas das elites vitoriosas é sua incapacidade de reproduzir novas elites adequadas para novas tarefas. Elas são as primeiras vítimas de seu próprio êxito.

A partir de então, o cenário social do Brasil modificava-se fortemente diminuindo as diferenças entre a política acumulativa de poder com a qual a elite vinha conduzindo o país desde o Império, propondo agora sob o viés republicano uma fase que demandava maior protagonismo social, ampliando, portanto, a responsabilidade pelo progresso do país.

Porém, o motivo que dificultava esse processo recaía justamente na ausência de uma população devidamente preparada para assumir tal protagonismo social, o que deu força à justificativa pela defesa da educação pública de qualidade, que serviria para contribuir com a formação de uma nação consciente para assumir o papel de cidadania proposto pela República.

Observamos, portanto, o Império considerando uma divisão temporal feita por Carvalho (1996 p.51), que considera este período dividido em cinco fases assim definidas: “1. Primeiro Reinado, 1822-1831; 2. Regência, 1831-1840- 3. Consolidação, 1840-1853/ 4. Apogeu, 1853-1871 e 5. Declínio e Queda, 1871-1889”. Nesse ínterim, podemos ver, a busca pela homogeneidade social através da educação, influenciando assim nas decisões políticas a posteriori. De acordo com Carvalho (1996, p.37) a homogeneidade da elite estruturava-se da seguinte forma:

A homogeneidade da elite pela educação comum na tradição do absolutismo português e pela participação na burocracia estatal fazia com que o fortalecimento do Estado constituísse para ela não só um valor político como também um interesse material muito concreto. Desse modo, o objetivo da manutenção da unidade da ex-colônia raramente seria posto em dúvida por elementos da elite nacional, talvez até mesmo independentemente de estar essa unidade em acordo ou desacordo com os interesses dos grupos econômicos dominantes.

Nesse cenário, surgiu a revolução industrial, causando profundas mudanças

econômicas tal como o surgimento da mão de obra assalariada, que necessitaria estar apta para atuar no cenário econômico. Essas modificações no contexto econômico fizeram com que aos poucos o país fosse deixando de ser puramente agrário, assumindo também interesse no setor industrial. Diante disso, os partidos políticos da época, posicionaram-se acerca desta temática. Sobre este assunto, o autor, Carvalho (1996, p. 38/39) nos revela que:

Em outras palavras, a modernização conservadora exigira a presença de interesses industriais capazes de impulsionar a transformação mais rápida e plena do campo na direção da economia industrial. A situação brasileira foi algo contraditória na medida em que os elementos mais reformistas da elite e da burocracia tiveram frequentemente que se aliar a elementos mais retrógrados da sociedade a fim de implementar reformas. Esses desencontros levaram à incapacidade final do sistema em acompanhar as transformações políticas e à sua queda pela cisão entre os setores civil e militar da burocracia.

É importante perceber que a economia, política e educação estavam interligadas. A situação econômica criava uma demanda social que necessitava de sujeitos aptos e instruídos para o cenário industrial, recebendo, portanto, um ensino técnico.

A elite estava na base de toda a elaboração do sistema social vigente, ideias eram propagadas a partir dos desígnios de pequena parcela influente da população do Brasil. Cada Estado tinha em sua composição, uma parcela de intelectuais, formada nas capitais do país, buscando cursar o Ensino Superior e retornar ao seu lugar de origem trazendo consigo ideias renovadoras para pôr em prática. Carvalho (1996, p. 39) considera que:

Mas o mais importante aqui não é o declínio, mas o fato de que a elite foi formada por desígnio político e foi em parte fruto da própria estrutura estatal por ela criada. E não surgiu simplesmente porque havia demanda social, como queria Mosca. Igualmente, ao cair a elite, não substituiu outra adequada às novas tarefas exigidas pelas transformações havidas na economia e na sociedade. Pelo contrário, os anos iniciais do novo regime padeceram de grande falta de elementos capacitados, tendo-se muitas vezes que recorrer aos políticos da antiga escola. Na verdade, os líderes republicanos que mais salientaram na consolidação da República foram os remanescentes da elite imperial, como Prudente de Moraes, Campos Sales, Afonso Pena, Rodrigues Alves etc.

A essência filosófica que caracterizava o iluminismo ao qual teve acesso à elite letrada do Brasil, no fim do Império, os colocava em posição de verdadeiras ilhas,

inseridos em um mar de iletrados. Com acesso a ensino superior, essa pequena parcela da sociedade, composta pelos jovens intelectuais da elite de seus respectivos Estados dissonavam profundamente em formação intelectual e cultural da época. Carvalho (1996, p.57) afirma que:

Surgindo nesse contexto, o Iluminismo português ficou mais próximo do italiano do que do francês. Preparados pelos padres do Oratório, com Luís Antônio Verney à frente, esse Iluminismo era essencialmente reformismo e pedagogismo. O seu espírito não era revolucionário, nem anti-histórico, nem antirreligioso, como o francês; mas essencialmente progressista, reformista, nacionalista e humanista. Era o Iluminismo italiano: um iluminismo essencialmente cristão e católico.

A respeito da influência do ensino superior na formação da elite intelectual que posteriormente viria a contribuir de maneira ativa para a mudança no cenário político-social, Manoel Gomes de Medeiros Dantas fazia parte de parcela privilegiada da sociedade. Nos anos de 1870, período que marca também o surgimento dos primeiros partidos políticos em prol da República no Brasil, Dantas ingressou no curso de Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Direito do Recife, formando-se no ano de 1890.

Este seridoense recebeu uma educação dentro do contexto social da época que repercutiu em seus discursos e ações em âmbito social. Identificando-se inicialmente com os ideais liberais, situamos o discurso de Manoel Dantas a partir de sua formação superior, na ciência positivista que chegava ao Brasil e influenciava fortemente o movimento Republicano a partir das ideias de August Comte.

Pelas características do discurso de Manoel Dantas, situamos as origens de seu embasamento teórico nos ideais que compõem o positivismo ilustrado, que como bem afirma Paim (1979, introd.) no texto introdutório da obra: *positivismo ilustrado* apostava nas consciências para a mudança e progresso da nação, aferrando-se ao aspecto pedagógico do pensamento de Comtiano. Barreto (1986, p. 19/20) descreve as características do ensino na perspectiva do positivismo ilustrado da seguinte forma:

Vós sabeis que estamos atravessando um momento histórico, em que de todos os lados se pede a reorganização do ensino, em que se pedem escolas e mais escolas. A opinião que prevalece é que o nosso ensino deve ser exclusivamente prático; que as nossas escolas devem ser estritamente técnicas. A quadra, que atravessamos, é de horror às teorias (...) Antigamente, é verdade, a prática precedeu a teoria; mas as conquistas destes últimos cinco séculos inverteram de tal modo os papéis, que hoje, o método didático é exatamente o inverso; é a teoria

que hoje guia, ilumina e fecunda a prática. É sobre as teorias que estão fundadas todas as indústrias modernas. A agricultura, sob qualquer forma que se apresente, não é em definitiva, senão um ramo de indústria. Querer-se um ensino exclusivamente prático, é simplesmente querer-se retrogradar para os tempos primitivos; é desconhecer o que de mais essencial nos tem trazido a civilização moderna.

Constatamos que a educação no Brasil ao fim do Império demonstrava um caráter fortemente retórico e livresco, apesar de ter passado por mudanças curriculares. A necessidade da implementação do ensino técnico no Brasil, impulsionaria a formação de pessoas capacitadas para atuar em suas profissões contribuindo assim para o progresso nacional, colaborando também como solução para o novo contexto de mão-de-obra livre e assalariada, concernente com o contexto das revoluções industriais.

Por esta razão há a preferência pelo ensino técnico, todavia não se descartava a importância teórica no contexto educacional, uma vez que, uma boa prática não está desassociada da teoria, ambas estão interligadas. A crítica no contexto político-educacional da época recaía sobre o excesso da teoria em detrimento da técnica. Ainda tratando sobre a questão educacional e sua estrutura positivista e o contexto inicial da República no Brasil, vale ressaltar o que relata Sales (1891, p. 45):

Não é necessário grande esforço especulativo para ver-se que uma boa prática só pode nascer de uma boa teoria e que um governo forte e responsável só pode funcionar no seio de um povo instituído e moralizado. Mais moral e menos política é a grita geral que se levanta hoje em todos os países em que vigora o regime representativo; não será demais por isso mesmo prender-se à consciência da responsabilidade e do poder ao grau da evolução intelectual e moral das classes sociais.

O projeto de nação estava traçado no plano das ideias dos intelectuais da época, que encontravam a justificativa motivacional para a mudança sociocultural, na fragilidade da estrutura em que encontrava-se a nação, atribuindo a responsabilidade das falhas e do atraso ao antigo governo do Império.

Embasados teoricamente, os intelectuais traçaram objetivos que transformariam a sociedade, adotando em seus discursos o ideário de ordem e progresso, imbuídos no ideário republicano, acreditavam e propagavam que a solução para o avanço do Brasil, era a construção de uma nação instruída, consciente de sua cidadania e participação ativa na contribuição para o avanço da nação. Esse avanço

ocorreria através da instrução, que culturalmente influenciaria a sociedade, surgindo como o elemento transformador para a nação almejada pelos republicanos.

Entretanto, seguindo a estrutura lógica do projeto, a dificuldade encontrava-se no que concernia aos procedimentos metodológicos para atingir os objetivos traçados para materializar o projeto de nação idealizado. Para os intelectuais da época era iminente a importância de reorganizar o ensino refletindo sobre a forma de materializar seus objetivos na construção de uma nação republicana.

Percebemos no discurso positivista de Sales (1891, p.51), que a situação educacional do país ocupava lugar de destaque na estruturação organizacional do governo republicano ao afirmar que: “A questão da educação é uma questão suprema, não somente sob o ponto de vista das nossas faculdades intelectuais, como ainda em relação às nossas faculdades ativas ou práticas.” Continuando suas reflexões acerca dos aspectos metodológicos para a materialização de seu ideário de nação, em consonância com o positivismo ilustrado, Sales (1891, p. 51) afirmava que:

Resta, todavia, indagar os meios apropriados à elaboração dessa doutrina, e não vejo nada mais adequado a esse fim do que a organização sistemática do ensino público. A educação é uma grande força modificadora de que é preciso lançar mão constantemente no regime democrático. Quase todos os governos tem compreendido essa necessidade e por isso mesmo têm procurado por todos os meios imagináveis aumentar as facilidades do ensino, ampliando cada vez mais a esfera da instrução popular, já por meio de melhores dotações às escolas, já por meio de regulamentos, tornando a frequência obrigatória. Esta tendência do governo nos revela bem o caminho que é preciso seguir para a elaboração de um verdadeiro regime democrático.

Na citação acima, percebemos alguns aspectos destacados que necessitavam de melhoria na educação, tais como: a obrigatoriedade da frequência na escola; dotar o âmbito escolar com uma estrutura apropriada, colaborando assim com o fortalecimento da melhor estruturação do ambiente das instituições escolares, adequadamente planejadas através de regulamentos para propiciar uma educação pública qualificada nos moldes republicanos.

Com a sistematização do ensino público a partir da reorganização de sua estrutura, os republicanos consideravam a instrução da população como meio eficaz para atingir os objetivos do ideário democrático proposto pela República.

Reforçando a importância do investimento na educação pública, como

instrumento para a construção de uma sociedade culturalmente edificada na intelectualidade e moral embasadas nos preceitos republicanos, Sales (1891, p. 52) afirmava que:

Não é certamente uma tarefa insignificante procurar levantar o nível intelectual e moral dos povos, derramando prodigamente a instrução por todas as camadas sociais, esclarecendo as consciências na justa compreensão das realidades da vida e abrindo a todas as carreiras, a todas as vocações diversas, uma porta franca de ingresso à conquista de todas as posições ainda as mais eminentes, pelo esforço e pelo merecimento pessoal, sobretudo quando se pensa que a tendência predominante na maioria dos indivíduos, como nos mostra Huxley, é para se deixar adormecer indolentemente nas baixas regiões dos sentidos em vez de fitar pelas noites sombrias da ignorância a coluna de fogo que se ergue rubra no horizonte a apontar o espírito humano, em seus momentos de vacilação e de fraqueza, a longa estrada da civilização e do progresso.

Notavelmente destacava-se pelo fervor dos discursos positivistas, a importância e a função que assumia a educação perante a construção de uma nação democratizada pelo ideário de República que regia o novo sistema político. A partir desse momento histórico social do Brasil, percebemos que o Estado do Rio Grande do Norte imanava-se destes mesmos preceitos professados na capital do país, incorporando para si, os discursos e as teorias que povoavam as mentes e simbolizavam o imaginário de nação republicana.

Buscava-se, portanto, reorganizar o sistema de ensino norte-rio-grandense, refletindo os mesmos objetivos e reivindicações para a elaboração de um sistema educacional pautado em preceitos seguros que resultariam na formação e uma nação instruída e politizada. A educação como sinônimo de progresso era a bandeira que encontrava defesa nos preceitos republicanos.

Embora alto nível de analfabetismo ainda pairasse pelo estado do RN, os intelectuais, seguiam otimistas, embora reconhecessem a dificuldade em superar esta dificuldade, começavam, portanto, a perceber quão árdua estava sendo a batalha contra a falta de instrução do povo e que muito havia por fazer para modificar esse cenário.

3.3 Ideais de Manoel Dantas na Instrução Pública: contribuições em artigos da *Revista Pedagogium*

Suas reivindicações encaixavam-se com o contexto político e educacional de sua formação acadêmica, a defesa em prol da instrução pública como elemento de transformação da sociedade e mecanismo de progresso nacional advém sob a ótica deste estudo, das ideias propagadas pelos denominados positivistas ilustrados.

Compreendendo a organização política, social e educacional da época e o cenário em que atuou como homem público, torna mais claro a sua inclinação filosófica para a defesa de determinados ideários.

Os escritos materializavam-se nas ações realizadas em âmbito educacional, e atividade constante em prol da qualidade da instrução e a importância desta para o progresso do Estado e conseqüentemente da nação. Buscando assim em uma visão republicana, a unicidade do progresso do país através da educação pública.

Manoel Dantas escreveu importantes artigos para a Revista da Associação dos Professores. A *Revista Pedagogium*, onde teceu considerações sobre assuntos pertinentes à educação da época, falando com propriedade enquanto Diretor Geral da Instrução Pública. Percebendo a imprensa pedagógica enquanto documento na perspectiva que trata Silva (2013, p. 53) entendemos que:

Segundo a imprensa, na concepção sob a qual nos apoiamos identificada como uma configuração, é possível por meio dela, investigar costumes, hábitos, inclinações políticas, entre outros aspectos. Ou seja, não se trata de analisar os impressos isoladamente, mas perceber as redes de entrelaçamento que contêm, o que dizem –ou silenciam- como dizem, quando dizem, dentre outros aspectos.

De maneira explícita, os artigos escritos por Dantas expressavam informações sobre a educação da época e de maneira implícita, o conhecimento e a visão dele sobre o assunto. Seu olhar e posicionamento sócio-político, a ótica do Diretor Geral e o conhecimento que demonstrava sobre a área educacional.

Na década de 1920, surgiu uma revista organizada pela Associação dos Professores, denominada *Pedagogium*, lá eram publicadas conferências de

intelectuais, como o Diretor da Escola Normal, Professores de Grupos escolares, poesias, teses de alunas da escola doméstica, textos informativos sobre a educação da época. Em suas primeiras edições, a revista continha textos de Manoel Dantas, enquanto Diretor Geral da Instrução Pública, tecendo seu posicionamento sobre temas educacionais.

Delineamos, portanto, reflexões sobre os temas desenvolvidos por Dantas em seus artigos na revista *Pedagogium*, publicados nos anos 1921 e 1922, onde M. Dantas escreveu três artigos. Esse período demarca duas décadas de atuação deste intelectual como Diretor Geral na educação do Estado, o que o possibilitava grande familiaridade com o cargo e com os assuntos educacionais.

Na primeira edição da *Revista Pedagogium* organizada pela Associação dos Professores, Manoel Dantas publica um artigo denominado *Escolas Rudimentares*. Onde delineava interessantes reflexões sobre a trajetória da Instrução no Rio Grande do Norte e a posição dos Governantes perante o combate à dois percalços enfrentados desde a proclamação da República: o problema das secas e a instrução pública.

Na visão de Manoel Dantas, desde o Primeiro Governador, Pedro Velho e o então presidente de Província em 1921, Antônio de Souza, refletiam a constante preocupação com o combate à seca e a elevação do nível intelectual do povo do Rio Grande do Norte através da instrução. Esse discurso permaneceu, portanto, desde o início da República em 1889 até 1921, ou seja, trinta e dois anos e o problema ainda não havia sido solucionado.

Entretanto, o intelectual alertava em sua fala que, os discursos dos Governadores não limitavam-se apenas à exposição doutrinária quanto à resolução dos problemas enfrentados pela Província, mas sempre que possível, o discurso se transformava em fatos. Segundo Dantas (1921, p.32) “todos que tem passado pela alta administração do Estado jamais descuraram¹³ esses problemas vitais, procurando encaminhá-los dentro dos recursos de que dispomos”.

¹³ Significado de Descurar: Descuidar; deixar de cuidar; não amparar nem tratar de algo, de alguém ou de si mesmo. Fonte: Dicionário Online de Português Disponível em: <https://www.dicio.com.br/descurar/> Acesso em: 23/10/2017

Demonstrando domínio da situação, expondo cuidadosamente os problemas não superados, mas ressaltando o esforço dos governantes pela resolução da situação, Manoel Dantas expunha a realidade enfrentada pela sociedade, e as falhas do governo republicano, sem no entanto indispor-se com os governantes com os quais mantinha relação cordial, uma vez que há muito já acompanhava a trajetória destes políticos no movimento republicano e trabalhando diretamente com eles enquanto diretor Geral há mais de uma década.

Quanto aos erros e acertos cometidos pelos governos ao longo das décadas para a solução do problema das secas e da instrução pública, Dantas (1921, p. 32) afirmava que, “em sempre as medidas terão produzido o resultado em vista; mas isso pouco importa, porque jamais descoroçou¹⁴ o poder público, nem o impediu de agir no sentido de acertar”.

Sobre a instrução pública, Dantas (1921, p. 32) considerava que pouco a pouco o problema estava sendo resolvido e que este estava seguramente embasado nos moldes de organização moderna. Passando a descrever importantes feitos dos governos da Província do RN, para a organização da instrução pública, ele destaca a criação de instituições educativas, ressaltando a criação do grupo escolar Augusto Severo em 1907, pelo governador Antônio de Souza; A criação da Escola Normal no governo de Alberto Maranhão, que também estabeleceu o decreto do Código de Ensino, que disseminou os grupos escolares em diversas localidades do interior do Estado.

Já no Governo de Ferreira Chaves, Manoel Dantas prossegue, destacando a continuação da criação de Grupos Escolares na Província, bem como o decreto da atual Reforma do Ensino, Dantas (1921, p. 32) afirmava: “que o Congresso Legislativo converteu na lei n. 405 de 29 de Novembro de 1916, verdadeiro monumento de sabedoria, porque, em mais de cinco anos de execução, ainda não precisou de retoques”.

Referindo-se a Reforma do Ensino, M. Dantas definia que esta, estava

¹⁴ Significado de Descoroçoar: Fazer perder o ânimo ou a coragem; descorçoar, desacoroçoar, desacorçoar. Fonte: Dicionário Online de Português <https://www.dicio.com.br/descorocoar/> Acesso em: 23/10/2017

servindo à organização e aperfeiçoamento dos diversos ramos do ensino público. Este ensino comportava em sua estrutura, o ensino rudimentar, definido por Dantas (1921, p.33) como escolas distribuídas pelos núcleos de população rural compreendendo “ensino primário elementar, nos grupos e escolas isoladas, criados nas sedes dos municípios e povoações de grande desenvolvimento; ensino primário superior, nos cursos complementares criados nas cidades mais importantes do Estado”.

Ao governador Antonio de Souza, cabia sob a ótica de Dantas, complementar a organização do ensino primário do Rio Grande do Norte através da instalação dos cursos complementares e disseminação das escolas rudimentares em diversos povoados do interior. De acordo com Dantas (1921) as bases das escolas rudimentares com a criação das escolas ambulantes destinadas a terem seu funcionamento fora dos grandes povoados, alternando sua localidade em pontos diversos da Província, com programas especiais, material escolar e pedagógico restrito e estruturada sob às regras comuns de higiene. Tudo isso foi possibilitado a partir da Lei da Reforma de Ensino. De acordo com Dantas (1921, p. 33)

Posteriormente, uma lei do Congresso, a lei n.471 de 3 de Dezembro de 1919, ampliou o dispositivo da Lei da Reforma, autorizando o governo a criar escolas rudimentares em todos os povoados com uma população escolar superior a cinquenta pessoas. Dando execução à lei, o governador do Estado já instalou dezenove escolas rudimentares, confiadas a professores idôneos. O regimento interno que a diretoria Geral da instrução pública elaborou para a boa organização e funcionamento dessas escolas deu-lhes uma movimentação e elasticidade tais que permitem deslocá-las de uma para outra parte, acomodá-las ao meio local, sem alteração dos programas.

Manoel Dantas segue descrevendo a escola rudimentar, esclarecendo que esta, pode ser fixa, noturna e ambulante, ou seja, apresenta-se em um tríplice aspecto. Seguem o mesmo programa que consistia em proporcionar no período de dois anos o ensino em curso graduado, de leitura, escrita e contabilidade, até as quatro operações com ligeiras noções de conhecimentos gerais e instrução cívica, alertando que o maior ou menor desenvolvimento do programa dependia do que ele definia como capacidade técnica e pedagógica do professor.

Para M. Dantas o que caracterizava especialmente a feição pedagógica dos programas de ensino nas escolas rudimentares consistia no fato de que seu curso reduzido de dois anos não representava a finalidade de um sistema particular de

ensino direcionado às classes rurais, mas sim ao primeiro estágio do ensino geral. Frequentando a Escola Rudimentar, o estudante aprenderia a ler, escrever e contar, ficando ao mesmo tempo habilitado a dar continuidade ao aperfeiçoamento de seus conhecimentos educacionais nos grupos escolares e escolas complementares. Dantas (1921, p. 34) ainda afirmava “a escola rudimentar não é um corpo estranho, uma organização à parte, no sistema geral de ensino, porém, ficou incorporada nele de modo racional”.

Em âmbito geral, Dantas (1921) descrevia que o ensino primário da província estava organizado de modo a completar-se em um período de seis anos, sendo destes, quatro, destinados ao ensino elementar proporcionado pelos grupos e escolas isoladas e dois para o ensino primário superior ministrado nos cursos complementares nas cidades mais importantes do Estado.

O aluno poderia, portanto, completar sua instrução primária, iniciando-a no grupo escolar ou escola isolada tendo o curso de quatro anos de duração nestas duas instituições tendo ainda a opção da escola rudimentar que tinha o currículo similar ao das instituições escolares anteriores, porém o tempo de curso era reduzido, sendo concluído em dois anos.

No caso desta última, o curso corresponderia em linhas gerais aos dois anos dedicados ao curso infantil das duas instituições escolares anteriores. O Regimento interno de Ensino vigente nas instituições educativas, preceituava que o aluno ao sair da escola rudimentar estaria habilitado a se matricular nos cursos complementares dos grupos escolares. Dantas (1921, p. 34)

A escola rudimentar fica assim, nos povoados e nas fazendas, como a sucursal¹⁵ dos grupos escolares que, pela sua organização mais complexa, se destinam aos centros de maior movimento e mais intensa população. É um meio racional e econômico de disseminar o ensino oficial. Se o Estado não pode criar um grupo escolar em cada povoação, poderá criar uma escola rudimentar que funcione isoladamente, ministrando as primeiras noções do ensino primário, desanalfabetizando o povo.

¹⁵ Significado de Sucursal: Diz-se da empresa subordinada a uma matriz. Etimologia (origem da palavra sucursal): do francês succursale. Fonte: Dicionário Online de Português <https://www.dicio.com.br/descorocar/> Acesso em: 23/10/2017

Assim, a escola rudimentar ocupa importante função no cenário educacional. Visto a suntuosidade de diversos grupos escolares, realmente não se poderia conceber aos cofres públicos, tamanho investimento para a instrução pública com a criação de um grupo escolar em cada povoação como afirmava Dantas. Porém, a criação da escola rudimentar nas populações mais distantes e rurais, propiciaria um maior acesso ao ensino, mesmo que o básico, auxiliando fortemente na diminuição do número de analfabetos no Estado do Rio Grande do Norte. Dantas (1921, p. 34/35) prossegue:

A organização do ensino no Rio Grande do Norte visa difundir a instrução primária com o maior proveito. No grupo escolar, em sua constituição mais simples de três cadeiras: uma infantil mista e duas elementares, três professores podem dar a cento e vinte alunos o ensino elementar completo. Para difundir o ensino pelo maior número e tendo em vista as condições financeiras do Estado, a Lei da Reforma criou as escolas isoladas, com os mesmos programas dos grupos escolares. Desdobrando o horário dessas escolas em dois tempos, de duas horas cada um, o professor pôde aumentar consideravelmente o número de matrícula. Há professores de escolas isoladas que, por esta forma, lecionam com proveito mais de sessenta alunos.

Os benefícios da criação das Escolas Rudimentares demonstravam em primeiro plano a expansão de matrículas e da oferta de ensino para aqueles que não tinham condições de deslocarem-se de lugares longínquos para a capital em busca de instrução nos grupos escolares.

Destacamos também o programa descrito por M. Dantas para o funcionamento das escolas rudimentares que mostrava-se flexível proporcionando ao professor maior alcance na atuação com os alunos atendendo considerável número de educandos nas escolas isoladas. Dantas (1921, p. 35) dando continuidade às suas considerações complementa:

Nos grupos escolares, três professores ministram anualmente o ensino até cento e vinte alunos; nas escolas isoladas três professores podem ministrar o ensino, anualmente, até a duzentos e quarenta alunos. Nas escolas rudimentares, cujo curso é de dois anos, três professores, em quatro anos, dão as primeiras noções de leitura, escrita e contabilidade a quatrocentos e oitenta alunos, que poderão completar o curso primário nos grupos escolares. Esta organização, se não é a mais perfeita, é racional, contribuindo eficazmente para combater o analfabetismo.

Considerando o período de quatro anos demasiado longo na luta contra o

analfabetismo do Estado do RN, uma opção considerada foi a redução em várias organizações escolares, causando efeitos descritos por Dantas (1921, p. 35) que paralisavam “de alguma sorte a marcha geral do ensino, para descongestionar, por meio de um curso especial de dois anos, a grande massa de analfabetos, continuando depois o ensino aperfeiçoado”. Podemos inferir a partir de tais considerações que o ensino ministrado nas escolas rudimentares em tempo reduzido, estava direcionado à instrução básica da população em massa, visando diminuir as estatísticas de analfabetismo na Província.

Finalizando suas colocações na posição de Diretor Geral da Instrução Pública e demonstrando entendimento de sua profissão e conhecimento no âmbito educacional, Manoel Dantas (1921, p. 35) considerava que:

Nossa organização não sofreu solução de continuidade e representa grande árvore que, pelas suas mais delicadas radículas, fosse procurar seiva em camadas profundas do solo. A escola rudimentar do mais ínfimo lugarejo está enquadrada na organização geral do ensino que funciona como uma engrenagem perfeita, por meio dos diversos estabelecimentos, harmônicos entre si, servindo desde as populações dos campos até as grandes cidades. Calculo em quarentam mil a população escolar do Rio Grande do Norte. Distribuída essa população pelas escolas rudimentares, conforme a organização que o Governo do Estado lhes deu, quinhentos professores bastariam para ensinar a ler, escrever e contar a todos os analfabetos no Rio Grande do Norte. Natal, -Maio-1921

Reafirmando, portanto, a importância das escolas rudimentares e escolas isoladas, Manoel Dantas finaliza seu registro para o primeiro número da *Revista Pedagogium*. Em sua edição publicada em Natal em julho de 1921, porém a assinatura do texto escrito por Manoel Dantas consta do mês de maio do mesmo ano.

O artigo de Manoel Dantas para a *Revista Pedagogium*: A Ação Social e Educativa da Escola Doméstica, (p. 20 da segunda edição do periódico em 1921) conta com a colaboração textual das teses de formatura de duas alunas: Alzira Azevêdo e Ignez Dantas¹⁶. As respectivas teses estão denominadas como: *A Dona de casa como cidadã* e a segunda tese: *As rendas de nossa terra*.

Iniciando o texto, Manoel Dantas (1921) destacava o avanço da Escola Doméstica e a superação da expectativa que esta estava causando nas previsões de

¹⁶ Filha de Manoel Gomes de Medeiros Dantas e Aluna da Escola Doméstica

seus fundadores. Visando inicialmente o aperfeiçoamento da qualidade feminina enquanto Dona de Casa, direcionada fortemente para a vida no lar. O perfil da Escola Doméstica em Natal estava adquirindo aspecto mais amplo, de acordo com Dantas (1921, p. 20) “vai se encaminhando para a solução do problema moderno do feminismo que coloca a mulher a par do homem, como fatores iguais de atividade e de progresso”. Sob esta ótica, a atuação da mulher ia um pouco além da formação para a vida no lar em sua visão romântica, onde a mulher não necessitava da instrução, necessitando apenas de sua docilidade para com o marido.

De acordo com Dantas (1921, p. 20) a ação da mulher na vida dos povos, foi uma das consequências trazidas com a grande guerra. Nesse contexto, a mulher não era simplesmente a companheira romântica do homem, mãe de família confinada ao lar, mas sim como “força ativa e eficiente, força por vezes dirigente, influenciando e participando em todos os domínios da atividade humana”. Dantas (1921, p. 20) prosseguia seu discurso afirmando:

O advento do Cristianismo foi a libertação da mulher elevada, perante a religião e a moral, ao mesmo nível do homem. O catolicismo mundial, que abalou a civilização ocidental, quebrou as últimas cadeias com que os preconceitos sociais e políticos prendiam a mulher num pressuposto mal entendido de inferioridade que nem a ciência, nem os fatos justificavam. A Escola Doméstica constituiu-se o cadinho onde, em nosso meio, se estão apurando as qualidades superiores da mulher norte-rio-grandense, quer dizer da mulher brasileira.

Na perspectiva apresentada até o momento, a opinião definida por Dantas (1921) quanto à ação social e educativa da Escola Doméstica de Natal refletia o perfil sócio - educacional atribuído à referida instituição, podemos inferir, que implicitamente é possível identificar o que se esperava das mulheres que lá estudavam. Com a proposta de uma formação para o lar em uma nova perspectiva, visando apurar qualidades superiores da mulher, podemos perceber que nesse novo contexto, após a formatura esperava-se certo nível de compreensão literária das alunas, o que era atestado através da escrita das teses produzidas por estas.

A Escola Doméstica ao formar sua primeira turma de alunas encaminhou o pensamento das teses de formatura das alunas diplomadas em 1921, Alzira Azevêdo e Ignez Dantas para a *Revista Pedagogium*. As respectivas teses foram incorporadas no artigo de Dantas (1921, p. 22) que, ao apresentar a tese de Alzira registrava que:

A primeira tese é um capítulo bem desenvolvido e bem estudado sobre a ação social da mulher brasileira, ação de primeira ordem nos meios de pequena como nós de grande cultura onde ela é chamada a agir como fator preponderante na sociedade civil e política. Muitos de nós que vamos descendo na jornada da vida temos alguma coisa a lucrar na leitura das considerações apresentadas na tese, que sinto-me feliz em incorporar a este estudo, ilustrado assim com as manifestações de um belo espírito feminino.

A autora da tese *A Dona de Casa como cidadã*, Alzira, delineou em sua escrita os cuidados com a alimentação, Azevêdo inserida no texto de Dantas (1921, p. 23/24) destacava que:

Cabe à dona de casa, que é sempre a mais interessada e deve ser a mais entendida neste assunto começar o esforço afim de melhorar as condições atuais. O que ela precisa compreender é que a dona de casa é cidadã desta república, tanto quanto o homem é cidadão e tem suas responsabilidades para com a Pátria e seus deveres cívicos que cumprir. Não há ninguém a quem este apelo possa ser tão propriamente dirigido. Nunca os encargos foram colocados tão pesadamente sobre os ombros da mulher como agora. É que ela tem de passar de simples consumidora à produtora. Ontem, a dona de casa precisava ocupar-se fatigantemente nos labores domésticos. Hoje, devido ao progresso do mundo, já estes labores diminuíram um pouco.

No texto de Alzira, foi desenvolvido o conceito de que a mulher enquanto cidadã e dona de casa, assumiria a função de organizar o lar e ter conhecimento sobre agricultura, provendo através de seu trabalho alimentos para serem utilizados no lar. Além de ressaltar a importância da Escola Doméstica para a educação feminina no Estado do Rio Grande do Norte.

Ao descrever a próxima tese, que trata sobre *As rendas de nossa terra*, Dantas (1921, p. 26) afirmava que esta tratava da obra educativa e social que a mulher tinha de realizar, começando no lar, estendendo-se às fábricas até chegar às organizações operárias. A autora Ignez Dantas, sendo sua filha, suscitou maior descrição de Dantas (1921, p. 26/27) acerca da formação da autora:

A aluna Ignez Dantas tem se educado, desde o berço, numa atmosfera de trabalho que teve maior e mais forte eclosão nos cursos da Escola Doméstica. Ela, como muitas outras patrícias, tem tido muitas vezes os seus caprichos de vaidade feminina satisfeitos por meio desses adornos admiráveis das rendas de nossa terra que julgaríamos fabricadas por mãos de fada, quando na realidade o são por mãos rudes de operárias que vivem num estado por vezes de miséria. A Escola Doméstica ensinou-a a considerar todas estas coisas não só

sob o ponto de vista do dever de solidariedade humana que nos prende a todas estas criaturas até agora abandonadas, como também sob o aspecto social e econômico do desenvolvimento de uma grande indústria. Todos lerão com prazer os períodos em que a aluna Ignez Dantas, na simplicidade de sua narrativa, adquiriu o direito de figurar neste quadro, pela maneira porque soube dissertar sobre.

As rendas de nossa terra tratava em seu conteúdo principal do fator econômico do Estado e a função da mulher perante este contexto, tratando especificamente das rendas, que a autora classifica dividindo em duas partes: a renda da agulha e a de bilro, destacando o trabalho com a renda de bilro, argumentando que esta apresentava-se mais delicada e graciosa.

A autora inicia a sua tese traçando a história da agulha desde o fim do século XV até o século XVI definindo este século como o marco para a disseminação da agulha pela Holanda e França. Prosseguindo-se no texto, Ignez Dantas trata ainda do histórico das rendas de bilro desde o início de sua produção delineando seus métodos de produção, tratando também sobre as rendeiras definindo-as como verdadeiras artistas, dado o teor de seu trabalho. Ignez Dantas inserida no texto de Dantas (1921, p. 29/30) dizia que:

Não podemos imaginar como uma mulher ignorante, sem a mínima cultura, possa executar obras tão lindas e preciosas. Elas trabalham na sua maioria sem ordem, sem conforto, sem o tempo necessário, tendo mil coisas que fazer na mesma hora, sentadas na areia, rodeadas dos filhos que as chamam de quando em vez, das filhas às quais procuram ensinar a arte desde crianças, cercadas quase sempre das galinhas e porcos que criam, deixando por vezes a tarefa em que se empenham para atizar o fogo, temperar a panela, lavar a roupa da casa, que sei eu? ... para atender aos mil labores de uma dona de casa pobre que tem de fazer todos os serviços. E estas rendas saem perfeitas e limpas como se a artista que as executava tivesse todo o conforto e uma sala de trabalho convenientemente preparada. E estas rendas com tanto sacrifício feitas, são depois vendidas por um preço que mal cobre as despesas das linhas e alfinetes, deixando alguns vinténs à heroína que as executou.

Argumentando que outros países tem investido na produção econômica, a autora questiona se não poderia ser melhorada a situação das rendeiras que tanto se esforçam em sua produção econômica. Nesse cenário entra a mulher formada na Escola Doméstica incentivando o valor da renda produzida no Estado, impulsionando o progresso econômico da produção de renda, estudando as dificuldades enfrentadas pelas rendeiras esforçando-se para melhorar a situação destas, buscando auxílio do

governo. Fundando grêmios que procurassem meios de aperfeiçoar a arte da renda e proporcionar maior conforto àquelas que a produzem.

Após as teses das alunas da Escola Doméstica, Manoel Dantas (1921, p. 31) prossegue em sua escrita afirmando que “a mulher está, hoje mais do que nunca preocupada com as coisas sérias, transformando o velho conceito de “anjo do lar” no princípio moderno de dona de casa”.

Considera como se dava o papel da mulher na França, afirmando que, nas fazendas a sua influência sobre o homem é tamanha que o governo em 2 de Agosto de 1918, considerou indispensável a criação de um ensino para as moças, sendo este paralelo ao que já existia para rapazes, uma vez que naquela conjuntura a instrução profissional da moça era considerada socialmente necessária, considerando um interesse superior da coletividade social.

Dantas (1921, p. 31) afirmava que “nos termos dessa lei, o ensino doméstico em França é dado em escolas fixas, escolas ambulantes e na *Ecole Supérieure et ménagère de grignon*, em casos que vão de seis meses a seis anos”. Dantas (1921, p. 31)

A instrução, ao mesmo tempo teórica e prática compreende geralmente cursos e trabalhos manuais adaptados às condições econômicas da região. O programa prevê a economia doméstica (papel da mulher: habitação, alimentação, puericultura); a cozinha (provisões, preparações culinárias, conservas, confeitos); a contabilidade agrícola; os trabalhos de leitaria, queijaria, apicultura, arboricultura frutífera, a horta e o jardim; o galinheiro; a criação de gado; as obras de mutualidade agrícola &&. Depois de passarem pelas escolas domésticas, as moças continuam a instruir-se nos *Círculos de Fazendeiras*, que têm por fim trabalhar pelo progresso e a difusão da ciência doméstica e agrícola, desenvolver o amor do lar e o apego ao solo. Os círculos não são simplesmente associações de recreio, porém, sobretudo, organismos de ensino servindo de prolongamento às escolas domésticas. Eles se dirigem às antigas alunas dessas escolas desejosas de aperfeiçoar seus estudos e a todas as mulheres em geral, para lhes procurar os conhecimentos profissionais domésticos que lhe são indispensáveis.

Finalizando o artigo, Dantas (1921, p. 31/32) considerava que “A Escola Doméstica de Natal, desde 1919, criou os Clubes de Extensão, que funcionaram como o organismo mais ou menos idêntico” ao programa acima descrito.

Em discurso pronunciado na sessão inaugural do Congresso Pedagógico, dirigindo-se ao Governador do Estado, ao Presidente da associação dos professores

e aos demais presentes na sessão, Manoel Gomes de Medeiros Dantas iniciou a preleção falando sobre sua trajetória na instrução pública, que no dia 22 do referido mês, completou 25 anos de sua atuação na Instrução Pública, enquanto Diretor Geral. Função à qual estava dedicando ininterruptos esforços para bem exercê-la. Em suas palavras Dantas (1922, p. 15) expressa:

A 22 do corrente mês, completei 25 anos de diretoria de Instrução Pública e é natural que tenha conquistado alguns apreciadores do meu esforço que, se não tem sido dos mais inteligentes e profícuos, tem sido mais pertinaz, dedicado e ininterrupto. Ao completar a idade do jubileu, que muitos consumam celebrar, devo ter aprendido alguma coisa.

Ao delinear a reflexão de sua trajetória na instrução pública, Dantas traça com modéstia e clareza sua opinião sobre o cargo que exercia propondo a tese da sua inutilidade. Dantas (1922, p. 15), argumentava que “com o mesmo proveito e grande economia, poderia ser exercido por uma seção da secretaria do governo” apontando que assim era feito pelos Estados considerados líderes em matéria de ensino oficial.

Ao realizar tal crítica ao cargo do Diretor, Manoel Dantas, claramente não diminuía a importância da atuação do Diretor na Instrução pública, porém direcionava seu olhar para que seria muito mais proveitoso, destacando no momento o fator econômico, que a função do Diretor Geral fosse incorporada à Secretaria do Governo, uma vez que, Dantas afirmava que o a direção geral do ensino era responsável apenas (1922, p. 16) “a atribuição burocrática de visar atestados, encaminhar pedidos de licença e comunicar o exercício de professores”.

Descrevendo-se como “um devotado à causa do ensino” e reconhecendo o sentimento de “vergonha da ignorância das gerações que se tem formado dentro do regime republicano” Dantas (1922, p. 16) afirmava sua empolgação para com a organização da Associação de Professores, que em sua opinião viria a encaminhar a “classe dos abnegados sacerdotes do ensino na defesa inteligente dos seus interesses e na propaganda e aperfeiçoamento da instrução, feitos por quem mais competente é para o êxito deste grande movimento”.

Reconhecia, portanto, que os mais adequados a participarem ativamente da reforma de ensino, eram justamente os professores, que a partir de suas práticas na instrução, conheciam profundamente o que necessitava o ensino. Além de merecerem o reconhecimento pela sua ação civilizadora de levar a instrução até mesmo aos

centros mais afastados.

De acordo com Manoel Dantas, a figura do professor, havia substituído as figuras dos bacharéis e padres a quem durante tanto tempo vinham sendo atribuídas congratulações pela civilização do Brasil e pelo fato de levar o ensino à populações do interior que viviam isoladas do resto do mundo “sem meios de transporte e sem convívio intelectual” afirmando que as figuras do bacharel e do padre simbolizaram naquele contexto “o traço de união entre os diversos elementos da civilização dos povos”.

Com o passar do tempo, os bacharéis exerciam agora outras funções, dedicando-se à indústria, à agricultura, à profissão de caixeiro viajante, político, dentre outras funções. E o padre, nas palavras de Dantas (1922, p.16) seria pelo menos “aspirante a bispo e cardeal”. De modo que, o foco da instrução ficou direcionada aos profissionais que exerciam a prática educativa e eram formados para tal: os professores. Que levavam o ensino não somente ao interior, mas também à capital, pois Dantas (1922, p.16) reforçava que “poderia dizer: a todos os centros, porque, mesmo nas grandes cidades, a treva da ignorância é mais espessa e profunda do que se supõe, se há instrução, falta educação” Dantas (1922, p. 16/17) afirmava:

Há um capítulo interessante no desenvolvimento dos povos que é a ação social do professor, maior do que parece. Ação que não está nas leis e regulamentos, porém, decorre do sacerdócio; é como que o munus¹⁷ do mestre, formador de caracteres, modelador de inteligências, diretor de espíritos. Quando vejo o professor sair da escola normal para os campos, ainda muito moço, sem prática da vida, tremo, às vezes, ao pensar na grande responsabilidade que pesa sobre seus ombros, imaginando o que de bom ou mau haverá para a

¹⁷ Múnus é um substantivo masculino de dois números na língua portuguesa, e significa a função ou obrigação que deve ser exercida por alguém. A palavra múnus se originou diretamente do latim munus, que quer dizer "dever", "ônus", "função" e "encargo". O termo múnus é principalmente utilizado dentro do âmbito jurídico, como um conjunto de obrigações de um indivíduo. O múnus também pode ser considerado o emprego ou cargo de uma pessoa, levando em consideração a necessidade de cumprir obrigações durante o trabalho. Fonte: <https://www.significados.com.br/munus/> Acesso em: 23/10/2017

geração confiada à sua direção, conforme a boa ou má orientação de sua ação social.

Na visão de Dantas (1922), a ação social da figura do professor, refletia fortemente de maneira positiva ou negativa na sociedade, de acordo com a sua boa ou má atuação. O fato é que para ele, a sociedade constituía-se mais fortemente para o progresso com a boa ação do professor, daí a importância da sua ação social, enquanto símbolo “formador de caracteres, modelador de inteligências, diretor de espíritos”.

Situando o contexto do discurso de Dantas (1922), importante destacar o esclarecimento de que naquele ano comemorava-se o centenário da Independência do Brasil, simbolizado pela data do *Sete de Setembro*. Sob essa ótica Dantas ressaltava em sua fala a importância da valorização dos símbolos cívicos e a importância do cultivo desse ideário para o fortalecimento do conceito da sociedade cidadã.

A figura do professor cumpriria importante papel disseminando no Grupo Escolar Antonio de Souza, colocado também enquanto um símbolo, não somente pela figura do “herói” que denomina o grupo escolar, mas pela ideia do que ele simboliza em matéria de ensino para a população do Estado. De acordo com Dantas (1922, p.18)

Não é a homenagem pessoal à um homem, digno e benemérito; é a concretização de uma ideia, porque precisamos afirmar de público, alto e bom som, por meio de um ato imorredouro, que este nome de Antonio de Souza, representa, em matéria de ensino no Rio Grande do Norte, a ideia fecunda da criação das escolas graduadas; a construção do grupo escolar Augusto Severo; as escolas rudimentares e complementares; os institutos profissionais de agronomia, de farmácia e de ensino normal no interior do Estado; a assistência e a consideração pública e oficial ao professorado que sabe e quer cumprir honesta e inteligentemente o seu dever.

Percebemos nesse trecho, mais uma vez a forte presença do ideário como símbolo nas figuras materiais. Por trás do grupo escolar, das escolas graduadas, escolas rudimentares e complementares e os demais citados por Dantas, reside a ação social de alguém. E implícito ao sujeito estava o ideal que o conduzia, induzimos, portanto, que o professor, bem como a figura dos intelectuais que labutavam em prol da instrução pública da época, conduzidos pelo ideário que balizava sua ação social

tinham suas práticas imbuídas em determinado ideário que compunha um imaginário social.

Ao finalizar esse discurso, Manoel Dantas retoma suas considerações sobre o seu cargo enquanto Diretor e suas esperanças quanto sua atuação em prol da Instrução Pública. Dantas (1922, p. 18)

Senhores, hei dito algumas coisas talvez acertadas que ficarão apenas como idealização de meu espírito, porque, infelizmente, os deveres do meu cargo e a carência de transporte enclausuram-me nas quatro paredes deste prédio onde nossa pobreza é tamanha os serviços da instrução pública ainda por empréstimo. Mas tenho fé que, em breve serei rico. Pelo menos, sou candidato à sorte grande do Bonus da independência. Nos meus devaneios de futura riqueza, o que surge, em primeiro lugar, é um automóvel para andar por todas as escolas, convivendo com os professores e com as populações, confortando o meu espírito ao ver a ação social dos mestres nas localidades do interior. Nesse tempo, é bem possível que mude a etiqueta dos meus cartões de visita: *Manoel Dantas* diretor ambulante da instrução pública.

Expresso nas colocações de Manoel Dantas estava presente a angústia pela precariedade de recursos com o qual funcionava a instrução pública, bem como os recursos que dispunha o cargo de diretor Geral da Instrução Pública, um cargo de destaque no governo de Estado, e que doravante a sua posição política e social, o Diretor Geral da Instrução Pública sentia os impactos pela falta de recursos para o exercício de seu cargo de maneira mais eficiente.

Era preciso ser do conhecimento do Diretor Geral o funcionamento da Instrução em todo o RN, no entanto lhe faltavam recursos para a aquisição de um automóvel que possibilitaria maior amplitude de visitas ao longo do Estado do Rio Grande do Norte. Atuando realmente como diretor ambulante, que para melhor atuação precisava percorrer com mais assiduidade os mais longínquos interiores do Estado.

Ativo e visionário, era a forma como Manoel Dantas colocava-se nesse contexto. Ao realizar a crítica ao cargo que exercia já por 25 anos em prol da instrução pública, revelava os percalços enfrentados em sua jornada e que cerceavam a sua atuação, Direccionava seu olhar para os benefícios econômicos empregados caso as funções do Diretor Geral fossem exercidas pelo secretariado.

O que nos conduz a refletir que, a proposta de Manoel Dantas não consistia

em desvalorizar a ação do Diretor Geral, mas a ausência da necessidade de dois cargos, quando poderia realizar-se as ações em apenas um, no caso a secretaria do governo. Identificamos, portanto, o apreço de Manoel Dantas pela ideia do cargo de Secretário da Educação, o que posteriormente foi realizado em governos situados em recorte temporal após a sua morte.

4 ATUAÇÃO DE MANOEL DANTAS NA INSTRUÇÃO PÚBLICA DO RN

Mas tenho fé, em breve serei rico. Pelo menos, sou candidato a sorte grande do Bonus da independência. Nos meus devaneios de futura riqueza, o que surge, em primeiro lugar, é um automóvel para andar por todas as escolas, convivendo com os professores e com as populações, confortando o meu espírito ao ver a ação social dos mestres nas localidades do interior. Nesse tempo, é bem possível que mude a etiqueta dos meus cartões de visita: Manoel Dantas, diretor ambulante da instrução pública.

Manoel Dantas

Durante a sua vida, Manoel Dantas atuou em diversas áreas sociais. Buscamos sintetizar através da Tabela as suas ações, bem como obras escritas por ele e posteriormente publicadas.

Tabela 3 - Ações de Manoel Dantas

Ações de Manoel Dantas	
Cargos que Exerceu	Obras Publicadas
Redator de Jornal	Homens de Outrora
Político	Denominação dos Municípios
Fotógrafo	Biografia de Padre Miguelinho
Congressista	Natal daqui a cinquenta anos
Educador	
Advogado	
Historiador	
Membro do instituto histórico e Geografico do RN	
Diretor Geral da Instrução Pública	

Fonte: Tabela elaborada pela pesquisadora

A contribuição de Manoel Dantas para o Rio Grande do Norte enquanto, intelectual, foi percebida em diversas áreas, jurídica, política, educacional. A sua constante atividade na sociedade atribuía-lhe prestígio enquanto homem que encarregado de sérias responsabilidades, como o cargo de Diretor Geral da Instrução Pública, lhe conferiam o convívio com outras pessoas que compartilhavam dos mesmos ideais, políticos e educacionais.

Seu legado constituiu-se ao longo de décadas de uma vida produtiva e resultou em fonte de pesquisa para a história da educação. Dantas ocupou a função de Diretor Geral de 1897-1923, ano em que dedica-se ao intento de alcançar a intendência da cidade de Natal, seu antigo cargo foi atribuído a Nestor dos Santos Lima, intelectual que esteve em contato com Manoel Dantas.

Além de Nestor Lima, eram também importantes diversas personas que junto à Manoel Dantas foram destaque para o Rio Grande do Norte. Pessoas influentes em cargos políticos e educacionais, que fizeram parte de sua trajetória, configurando como parte da rede de sociabilidades em que Manoel Dantas estava inserido. Sobre sociabilidades, concordamos com Sirinelli (1998, p. 38) ao afirmar que “as práticas de leitura, a circulação do escrito, a produção de um discurso, oral ou impresso, consolidam as sociabilidades culturais”. Sirinelli (1998, p. 48) afirmava ainda

Se é possível uma história intelectual dos factos sociais e culturais, é porque ela toma para si a articulação das realidades representáveis, os textos e os objectos, a sua produção, recepção e consumo. É transferir para um campo mais amplo as lições elaboradas no domínio da história das sociabilidades e do livro, onde se descobrem ideias e contextos materiais, tácticas intelectuais e eruditas, estratégias comerciais e produtivas, condições de enunciação ou de fabricação, acolhimentos e debates.

Constituindo a rede de sociabilidade de Manoel Dantas trouxemos alguns dos principais nomes que participavam do círculo social em que Dantas estava inserido, estes encontram-se representados na tabela

Tabela 4 - Rede de Sociabilidades: Intelectuais contemporâneos à Manoel Dantas

Rede de Sociabilidades: Intelectuais contemporâneos à Manoel Dantas que faziam parte de sua trajetória
José Augusto Bezerra de Medeiros
Pedro Velho de Albuquerque Maranhão
Henrique Castriciano
Alberto Maranhão
Amphilóquio Câmara
Nestor dos Santos Lima
Joaquim Ferreira Chaves
Antônio de Melo e Souza
Luiz Soares

Fonte: Tabela elaborada pela pesquisadora

A intenção ao construir a tabela, foi a de demonstrar, que Manoel Dantas, não atuava isoladamente e que este compunha uma rede de sociabilidades por onde

circulavam leituras, ideais teóricos; políticos e culturais.

O legado de Manoel Dantas, estendeu-se pelos anos seguintes, tendo seu nome na Escola Estadual Manoel Dantas, localizada no bairro Tirol da cidade de Natal/RN

Figura 12 - Escola Estadual Manoel Dantas



Fonte: Disponível em: <http://www.blogdedaltroemerenciano.com.br/wp-content/uploads/2015/01/unnamed-29.jpg>, acesso em: 2018

Aos 26 do mês de Abril de 2017, recebemos o convite do senhor Edgard Ramalho Dantas, neto do intelectual Manoel Dantas, para prestigiar a sessão solene realizada na Assembléia legislativa na cidade de Natal/RN em homenagem ao 150º aniversário de Manoel Dantas, proposto pelo então Deputado Vivaldo Costa.

Na figura abaixo, vemos o momento da fala do senhor Edgard Ramalho Dantas na homenagem ao seu avô Manoel Dantas.

Figura 13 - Registro da fala de Edgard Dantas homenagem aos 150 anos do nascimento de seu avô, o intelectual Manoel Dantas



Fonte: Registro fotográfico da pesquisadora Isabela Moraes

A referida sessão solene, ocorreu no período em que esta pesquisa estava sendo realizada, este fato nos deixou a compreensão de que a memória e o legado de Manoel Dantas continua sendo revisitada por todos aqueles que reconhecem a sua importância enquanto intelectual seridoense, com feitos pela educação, jornalismo e cultura do RN. Consideramos portanto ser importante trazer este registro ao nosso estudo.

4.1 A interface pedagógica de Manoel Dantas e sua atuação na Instrução

Pública Do RN

Após a trajetória e análise de fontes, nos deparamos com a vasta produção de Manoel Dantas e sua constante atividade intelectual, que não passava despercebida pela sociedade e pelos seus colegas de Redação do Jornal *A República*. Na edição de Domingo, 14 de Junho de 1925 Num. 133, os redatores do periódico, escreviam em sua homenagem após um ano de falecimento de Manoel Dantas, traçando seu perfil multifacetado.

Manoel Dantas, em exercício de sua prática pedagógica, fez parte da Escola Normal. Encontramos subsídios para tal afirmação a partir da Tese de Assis (2016, p. 46)

A segunda Escola Normal foi criada já no período republicano pelo governador provisório Adolpho Gordo pelo decreto no 8 de fevereiro de 1890, mas nunca funcionou. A terceira Escola Normal foi criada pelo presidente da província Pedro Velho pelo decreto de 30 de abril de 1892, só chegou a se instalar em 1896 e era exclusivamente masculina, contava com as disciplinas do colégio Atheneu acrescida de Moral, Sociologia e Pedagogia ministradas por Dr. Thomaz Gomes e depois por Manoel Dantas.

Enquanto Diretor Geral, M. Dantas estabelecia também as diretrizes para a prática educativa como podemos constatar ao analisar o que nos traz a autora Assis (2016, p. 78) sobre o ensino na Escola Normal “Em 1917 os conteúdos destinados a cadeira de Aritmética são distribuídos no 1º e no 2º ano do curso, com se refere o relatório 25 do diretor da Instrução pública Manoel Dantas datado de 1917 descreve os seguintes” Destaque para os referidos dados presentes no Quadro 3:

Quadro 3 - Programa de Ensino de 1917

ANO DE ENSINO	CONTEÚDOS E MÉTODOS
1º ANO	Duas lições por semana, empreendendo os princípios fundamentais sobre inteiros e sobre decimais, a divisibilidade, máximo divisor comum, e mínimo múltiplo comum, os números primos, as frações ordinárias: variação, comparação, redução ao mesmo denominador, simplificação e quatro operações; conversão de fração ordinária em decimal, finita ou infinita; dízimas periódicas, quadrados e raiz quadrada; sistema métrico decimal. Resolução de problemas adequados que se refiram o mais possível a assunto da vida comum.

2º ANO

Uma lição por semana, sobre razões e proporções, grandezas direta e inversamente proporcionais, regra de três, regra de companhia; noções de câmbio e das principais moedas nacionais e estrangeiras com as respectivas conversões. Metodologia da aritmética na aula primária com o seu caráter educativo ou geral e caráter instrutivo ou particular. Problemas práticos que despertem interesse na utilidade imediata e exercitem os alunos atendidos.

Fonte: Assis (2016, p. 78) Quadro elaborado com dados obtidos no livro de atas encontrado no Arquivo Público do Estado do RN, de 1917.

Encontramos também a participação do intelectual Manoel Dantas na Reforma do Ensino no ano de 1916, que ratificou o Ensino Normal de quatro anos e fundamentou as propostas do Regulamento da referida instituição como podemos constatar na Tese Silva (2013, p. 111) ao afirmar que:

Outras medidas surgiram com a finalidade de aprimorar a formação docente, a exemplo da Lei n. 382, de 18 de novembro de 1915, que organizou o Ensino Primário, Normal e Profissional. (RIO GRANDE DO NORTE, 1971, p. 6). A partir desta, intelectuais como Antônio José de Melo e Souza, José Augusto Bezerra de Medeiros, Henrique Castriciano, Manoel Dantas e Moisés Soares apresentaram a proposta da reforma, consubstanciada na legislação de 1916, sancionada pelo então Governador Joaquim Ferreira Chaves (1914-1920). A Reforma do Ensino – Lei n. 405, de 29 de Novembro de 1916 – ou Lei Orgânica como também foi denominada, ratificou o Ensino Normal de quatro anos e fundamentou as propostas do Regulamento da Escola Normal de Natal (Decreto n. 69, de 24 de novembro de 1917). De acordo com os princípios da reforma cabia àquela instituição a tarefa de habilitar o normalista a exercer, com o máximo empenho, vigor e profissionalismo, a missão de educar o povo para a vida em sociedade no contexto urbano e rural. O programa de ensino do Curso Normal foi ampliado e o Exame de Admissão conferiu maior rigidez ao ingresso dos candidatos ao magistério primário.

A atuação deste intelectual em prol da instrução pública como podemos constatar influenciava de maneira significativa os rumos da educação do Estado. As mudanças propostas por Dantas em companhia de outros intelectuais também influentes no Rio Grande do Norte como Moisés Soares, Henrique Castriciano dentre outros anteriormente citados, foram muito importantes.

As decisões e propostas de M. Dantas definiam o modelo de educação de instituições de ensino, as práticas dos professores, grande era o alcance do cargo de Diretor Geral e sua posição na hierarquia do Governo, aliado a experiência de Dantas

ao longo de anos frente a Educação do Estado.

Figura 14 - Reconhecimento das ações de Manoel Dantas enquanto Intelectual Multifacetado



Fonte: A República, nº133, 14 de Junho de 1925. Registro feito pela pesquisadora no Arquivo Público do Rio Grande do Norte, 2017

Trazemos essas considerações do Jornal *A República*, para melhor compreender como atuou este intelectual e como estavam caracterizadas cada faceta de sua intelectualidade, para compreendermos quem foi esse homem e a importância de sua obra que ficou como um verdadeiro legado de contribuições em diversas áreas, destacando nesse momento a instrução pública.

Foi dedicada uma página inteira para falar da personalidade de Manoel Gomes de Medeiros Dantas. No início do texto seus colegas de redação *A República* (1925, p.1) afirmavam que:

As homenagens, que melindrariam sua modéstia em vida, recebeu-as ele já no limiar da mesma eternidade, e continuará, sem dúvida, a recebê-las ano a ano, de geração em geração, que venha colher nos seus exemplos lições edificantes de civismo, fontes de largos conhecimentos humanos. Pela sua vida pública, que foi de uma incrível operosidade, e pelos seus atributos pessoais de bondade e simpatia, Manoel Dantas perdurará na memória de seus conterrâneos, num merecido preito de gratidão. A REPÚBLICA, orgam¹⁸ ideias, rende-lhe enternecida homenagem à obra de construtividade que legou aos potiguares. E consagra, na rememoração de sua morte, um culto especial ao nome de Manoel Dantas, seu diretor através de muitos anos e seu redator até os últimos dias de sua vida.

Assumindo diversas funções ao longo de sua vida, a atuação em favor da causa educacional era uma de suas importantes facetas enquanto intelectual seridoense na Primeira República. Atuando por mais de duas décadas como diretor geral de instrução pública, sempre deixava evidente seu apreço pela imprensa, afinal foi a partir de artigos publicados em periódicos que M. Dantas começou a divulgar seu posicionamento perante a defesa da Instrução Pública. E é justamente seu perfil de jornalista o primeiro a ser delineado pelos redatores de *A República* (1925, p. 1)

O JORNALISTA

Múltiplas, com efeito, foram as faces da intelectualidade de Manoel Dantas. Escolheremos primeiro a do jornalista, a que mais de perto e, com especial carinho, nos fala ao coração. Tinha ele, a seu favor, três qualidades brilhantes e indispensáveis ao cronista: a palavra gráfica fácil, *corrente calamo*; o adestramento longo nos nossos diários e em publicações de vária natureza, que ainda maior maleabilidade lhe trouxeram ao estilo, e a cultura omnimoda¹⁹, série de seus

¹⁸ Sentido de organizar

¹⁹ Significado de Omnimoda: Qualidade da coisa que abrange todos os modos de ser. Ilimitada. Fonte:

inesgotáveis recursos. Outras se lhe podem juntar como o seu bom temperamento, o seu bom humor, o <<humor>> que, não raro, temperava os seus escritos de homem culto. Pena exercitada desde os tempos da mocidade, traçava ela tudo o que precisasse um jornal: o artigo de fundo, com a sua feição circunspecta, os seus períodos claros, repassados de sobriedade, precisos e cheios de persuasão; a crônica de arte, com a sua prodigalidade verbal, o seu calor, o seu encanto, o seu colorido; a crônica leve, desprezensiosa, interessante. Foi ele que fez circular o primeiro jornal diário no Rio G. do Norte, ao lado do Dr. Oliveira Santos: o <<Diário de Natal>>. Muitos outros jornais fundou ele. Entrou para a República em 2 de fevereiro de 1897; assumiu o cargo de redator chefe em 24 de março de 1900. E orientou-nos em toda a sua vida.

A faceta jornalística de Manoel Dantas, destacava-se e influenciava a sua atuação em seus demais caracteres, a prática da escrita e edição de textos, possibilitava-o escrever com mais clareza e condensar informações de maneira proveitosa ao leitor. Formado em Ciências Jurídicas e Sociais, era por formação um bacharel, tendo como profissão em primeiro plano a de advogado. Destacada nesse momento pelos redatores do Jornal *A República* (1925, p.1) seu aspecto de advogado e de conferencista:

O ADVOGADO E CONFERENCISTA

Reunimos aqui estes seus dois predicados, que não deixavam a desejar aos seus dons de jornalista letrado. Manoel Dantas era um estudioso. O seu critério o teria levado a se embeber dos mais variados conhecimentos, consoante os campos de cultura e atividade por onde fosse a sua personalidade passando. Tirara ele, em 1890, o seu título de bacharel em ciências jurídicas e sociais pela tradicional faculdade de Direito do Recife, aprovado plenamente em todo o seu tirocínio acadêmico. Sua principal profissão foi naturalmente a advocacia. Era o mais procurado dos nossos causídicos, dada a sua probidade, a sua destra dialética, a sua sólida cultura jurídica. O seu passado muito contribuiu para essa soma de conhecimentos especiais: promotor público repetidas, foi também juiz substituto seccional do Estado, tendo sido ele quem instaurou, assim, a justiça federal no Rio G. do Norte. Exerceu também as funções de Procurador Geral do Estado. E tais eram os seus méritos, neste particular, que veio a finir se ocupando o cargo de presidente do Instituto dos Advogados do Rio G. do Norte.

Advogado de formação, Manoel Dantas também exerceu a advocacia,

encontramos inclusive anúncios no Jornal *A República* de sua atuação como advogado. Não podemos todavia desconsiderar esse aspecto do intelectual Manoel Dantas, uma vez que o conhecimento e a habilidade com a legislação era de grande importância para o cargo de Diretor Geral da Instrução Pública, bem como a sua experiência na área jurídica contribuía positivamente para a elaboração de decretos e atos propostos à aprovação do Governador em prol do desenvolvimento da instrução pública.

Considerando também que foi na sua formação acadêmica que teve contato com ideários que o conduziram as suas escolhas políticas e práticas sociais. M. Dantas era reconhecido também pela sua oratória, tendo publicado notáveis conferências, como a famosa *Natal daqui a cinquenta anos* de 1922. Essa característica de Manoel Dantas também foi destacada no artigo do jornal *A República* (1925, p. 1)

E o conferencista? Manoel Dantas, na sua modéstia, jamais deixaria entrever no desprendimento de sua palestra o de quanto seria capaz na tribuna. Transfigurava-se, sua palavra alteava-se, ganhava uma expressão, em fluência, em brilho, a todos encantando. Também temperava a sua palavra falada com <<verve²⁰>> invejável. Um exemplo do seu *savoir dire*, das suas inextinguíveis qualidades de *causeur*, quando frente a frente do público, temo-lo na sua eruditiva e pitoresca palestra sobre a <<Denominação dos Municípios>>, efetuada com um brilho inesquecível no salão nobre do Palácio do Governo.

A palestra sobre a *Denominação dos Municípios* foi transformada em livro e publicada assim como ocorreu com *Natal daqui a cinquenta anos*. De maneira específica descrevia a história da denominação dos municípios do Rio Grande do Norte, deixando perceptível seu talento para a escrita, bem como para a oratória. Suas conferências denotavam a dedicação deste intelectual e sua preocupação com a prática da escrita.

²⁰ Significado de Verve: Excesso de criatividade e entusiasmo que incitam o processo de criação do artista, do poeta etc.: a verve de Michelangelo e de suas pinturas. [Por Extensão] Expressividade, boa vontade ou gentileza que definem uma personalidade, assim como aquilo que pode ser produzido por ela: ele possui excesso de verve; a verve de seus comentários. Fonte: Dicionário Online de Português <https://www.dicio.com.br/verve/> Acesso em: 26/10/2017

Enquanto Geógrafo, os redatores do jornal *A República* (1925, p. 1) destacavam que:

O HISTORIADOR E GEOGRÁFO

Merece registro especial esta feição da cultura de Manoel Dantas, talvez dominante. Fôra ele um apaixonado da geografia e da história desde o curso de humanidades conforme atestam suas distinções de moço estudante, numa época notável pelo rigor do ensino. O Rio G. do Norte lhe deve em grande parte a fundação do <<Instituto Histórico e Geográfico>>. Desde 1916 vinha sendo o seu orador, em reeleições sucessivas. Era também sócio de grêmios congêneres estrangeiros. E assim figurava como membro da Sociedade de Geografia de Lisboa. No país, contavam-no entre os seus sócios os institutos congêneres da Paraíba, de Pernambuco, da Bahia e de Belo Horizonte. E, nesse caráter, representou ele o nosso Instituto Histórico junto aos congressos realizados naqueles Estados, tendo apresentado ao 5º Congresso de Geografia na Bahia, um primoroso estudo sobre <<O Rio G. do Norte>>, onde, em síntese, se acha contida com verdade, clareza e erudição a corografia do Rio Grande do Norte.

A obra Corografia do Rio Grande do Norte aparece até mesmo nos *Relatórios de Presidente de Província*. M. Dantas recebeu apoio e incentivo para a produção e publicação dessa obra, sendo esta utilizada como livro didático para compreender os aspectos Geográficos do RN. No ano de 1910, o então Presidente de Província Melo e Souza (1910, p. 9) menciona a obra escrita por Dantas ao afirmar no Relatório:

Corografia do Estado

Por ato de 29 de setembro último, comissionei o Dr. Manoel Dantas para escrever uma memória sobre a Corografia do Estado, aproveitando os elementos esparsos em publicações oficiais e coligindo novas informações sobre a nossa vida econômica, e para instruir este trabalho com dados, tanto quanto possível completos, sobre a força produtora de nossa terra.

Enquanto Historiador, os redatores do referido jornal delineavam essa característica do intelectual Manoel Dantas atribuindo às suas contribuições para a escrita histórica do Estado bem como a sua preocupação e valorização da História. No jornal *A República* (1925, p.1) vemos que:

Como historiador, fala bem alto do seu mérito a sua preciosa monografia intitulada 'Traços biográficos de Frei Miguelinho'²¹. Talvez

²¹ A Biografia de Padre Miguelinho escrita por Manoel Dantas, foi recentemente reeditada por Vicente Cerejo e publicada na Revista do Instituto Histórico em comemoração aos 150 anos do nascimento

devido à sua operosidade absorvente, Manoel Dantas deixou de a dar publicidade muitos de seus trabalhos geográficos e históricos.

A biografia de Padre Miguelinho, escrita por Dantas, data de 1907. Além de conter as memórias sobre a figura biografada, apresenta em suas considerações iniciais um passeio pelo contexto histórico da época, a transição do século XVIII para o século XIX. Desde os conflitos napoleônicos, a vinda da corte portuguesa para o Brasil, a repercussão da Revolução Francesa no Brasil e demais fatos importantes que permeavam o contexto histórico no qual estava inserido o Padre Miguel Joaquim de Almeida Castro. M. Dantas demonstrava em sua escrita o domínio sobre a escrita em sua vertente histórica.

Trabalhou neste escrito, desde os acontecimentos importantes, até a genealogia do Padre e seus feitos pelo Rio Grande do Norte. Os dotes de historiador de Dantas, podem também ser encontrados em seu Livro *Homens de Outrora*, onde delineava as características do homem sertanejo e da vida do Seridó, ressaltando a genealogia e a história de personagens importantes para o Seridó.

Os Redatores do Jornal *A República* (1925, p.1) destacavam que enquanto Pedagogo, M. Dantas possuía características tais como:

O PEDAGOGO

Sua atividade, sua capacidade de trabalho, sua desdobrada vocação iam ainda além dos misteres do homem de letras, do jornalista, do geógrafo e historiador, do causídico militante. O problema da educação empolgara-o igualmente, sem deslustrar-se no confronto com as outras modalidades. Boa porção de sua energia esvaíra-se na delicada, carinhosa, nobilíssima carreira da docência, de abrir inteligências para os domínios do conhecimento.

Era perceptível, principalmente através do Jornal *A República* a partir dos artigos de Manoel Dantas, produzidos relatando suas demonstrações de Prática Agrícola, a sua dedicação à docência, além dos seus artigos para a *Revista Pedagogium*. Onde traçava importantes contribuições educacionais da época, sobretudo a importância da ação social do professor. Prosseguindo com *A República* (1925, p. 1)

Seu temperamento, sua idiosyncrasia o talhara para preceptor de nossa mocidade, com a sua beneditina paciência e tolerância, sua metodizada cultura, sua explicação pitoresca, fluente, comunicativa. O nome de Manoel Dantas conta assim com este seguro pedestal da perpetuidade: o ter se incrustado, em letras doiro, no coração da juventude, a geração que dominará amanhã e saberá, num preito de veneração, proferir com repassada saudade o nome do seu desvelado educador. Seu nome ficará assim indelevelmente gravado nos anais do nosso Atheneu, imorredouro permanecerá no espírito de nossos jovens.

Manoel Dantas enquanto educador tem reconhecidas as suas contribuições para a educação do RN, descrita pelos seus colegas de Redação, que destacavam a sua metodologia e comunicabilidade fluente que contribuíram para que este fosse perpetuamente lembrado. Finalizando o artigo *A República* (1925, p. 1) atestava:

Mas a estima, a simpatia, a admiração pela cativante, bondosa e desprendida personalidade de Manoel Dantas é reconhecidamente geral, prende-se à nossa vida associativa nas tramas várias da solidariedade humana, como homem de pensamento e homem de ação, que soube ser em vida. A REPÚBLICA, no que interpreta os sentimentos oficiais e os do reconhecido povo do Rio G. do Norte; curva-se, num preito de homenagem cívica, ante a campa do saudoso e ilustríssimo conterrâneo, nela depositando a coroa mortuária de suas saudades.

Reconhecido por suas ações, a memória das contribuições de M. Dantas ficou registrada em fontes oficiais e na imprensa. Este intelectual tornou-se símbolo do que propagou durante toda a sua vida. Símbolo do imaginário social Republicano, construído a partir de memórias e do *Homem-Terra*, expressão delineada por Medeiros Neta (2007) que revelava forte sentimento de pertencimento ao seu lugar de origem, muito contribuiu para a instrução pública do Estado, sendo, portanto, reconhecido pelas suas contribuições que perpetuaram e mantém viva a memória do seridoense Manoel Dantas.

A figura abaixo demonstra que Manoel Dantas permaneceu no cargo de Diretor da Instrução Pública sobre a gestão de quatro Presidentes de Província, foram mais de duas décadas oficialmente no cargo, participando da estruturação educacional e influenciando o rumo que a educação seguiu ao longo desse período a partir de sua constante atividade no âmbito educacional.

Figura 15 - Governos em que Manoel Dantas esteve ativo como Diretor da Instrução Pública



Fonte: Figura elaborada pela pesquisadora com base nos Relatórios do Presidente de Província 1897-1923

Sobre a participação de Manoel Dantas como representante do Estado ao longo de sua atuação como Diretor da instrução, vemos no relatório de 1917, um trecho em que o Presidente de Província Melo e Souza (1917, p.5) afirmou que:

Distinguido com o convite do Instituto Histórico e Geográfico Pernambucano para que o Estado se fizesse representar nas festas comemorativas do centenário da revolução republicana de 1817, coube-me a satisfação de, para esse fim, designar o Diretor da Instrução Pública, Dr. Manoel Dantas, que se desempenhou da sua honrosa missão.

Figura valorizada pelos governantes e demais intelectuais da época, o prestígio com o qual Manoel Dantas era visto na sociedade norte-rio-grandense e seu interesse e dedicação ao assumir a função que lhe era designada além da sua já reconhecida oratória o colocavam em destaque para representar o Estado em congressos.

A Figura 16 retrata um momento que mostra bem a versão do Manoel Dantas, das letras e da pesquisa. Registrado em 1911, sentado em sua escrivaninha lotada de papéis e livros, acompanhado de dois de seus filhos, Leonor e Humberto, vemos o intelectual em seu lugar específico, cercado por suas grandes paixões, a família e a pesquisa.

Figura 16 - Manoel Dantas em sua residência, sentado frente a escrivaninha, ladeado por dois de seus filhos, Leonor e Humberto no ano de 1911



Fonte: Acervo particular de Edgard Ramalho Dantas, neto de Manoel Gomes de Medeiros Dantas, imagem cedida para a pesquisa

A escrivaninha lotada de documentos, livros, jornais, e outros papéis, além da máquina de datilografia L.C Smith Typewriter, que aparece na imagem, próximo a M. Dantas, enquanto seu filho segura a capa da máquina.

4.2 Relatórios de Presidente De Província, atuação do Diretor Geral Manoel

Dantas

Os resultados obtidos a partir da pesquisa com relatórios nos proporcionou ricas contribuições, mostrando a parte burocrática do exercício do cargo de diretor geral, em seu relato encaminhado ao presidente de província, bem como a opinião do presidente de província em exercício sobre a atuação do diretor. No caso de Manoel Dantas, os presidentes de Província, elogiavam sua atuação e dedicação que direcionava à instrução pública do Estado. O presidente de Província Antônio de Melo e Souza em 1923 elogiava a atuação de M. Dantas por todos os seus anos na instrução pública. Segundo Melo e Souza (1923, p. 11):

A superintendência geral da Instrução Pública esteve, durante todo o período, a cargo do Dr. Manoel Dantas, cujo longo tirocínio no exercício dessa função fizeram verdadeiro especialista em assuntos do ensino, e cuja atividade incansável e perfeito conhecimento de todo o magistério do Estado tornam preciosa a sua colaboração.

Com prestígio intelectual, Manoel Dantas era designado a participar e produzir escrito acadêmicos como o Livro Corografia do Estado, mencionado anteriormente, em 1910, e que reaparece em 1911 onde o Presidente Melo e Souza (1911, p.10) informava que:

Corografia do Estado

Está quase concluído, para ser editado, o trabalho do Dr. Manoel Dantas, comissionado pelo Governo do Estado para coligir informações minuciosas sobre a nossa vida econômica e todos os dados conhecidos sobre a força da produtividade do solo, além da parte física e topográfica do nosso Estado.

Além de demonstrar como era visto o trabalho do diretor, pudemos observar como eram tratadas as informações que chegavam até o Presidente de Província, quanto melhor elaborada, mais propriedade teria o presidente de província ao dissertar sobre o movimento anual da instrução pública. Embora alguns relatórios sejam brevemente resumidos, percebemos através da escrita do presidente de província, que este não deixava a desejar quanto às devidas informações sobre a instrução pública do Estado.

Percebemos também que no Relatório o Presidente demonstrava ter

consciência das dificuldades enfrentadas pelo Diretor da Instrução Pública e publicava em seu relatório o motivo exato das informações não serem tão exatas como deveriam, como vemos no texto do Presidente Melo e Souza (1921, p. 23), onde este afirmava que:

O Diretor da Instrução Pública refere a dificuldade de organizar estatísticas do ensino primário porque as municipalidades e os professores particulares raramente lhe enviam os dados pedidos, mas calcula que a frequência das escolas municipais e particulares é de que, pelo menos, o duplo da dos grupos. A própria frequência destes é muito variada, pois vai de 370 no grupo <<Augusto Severo>> e 289 no grupo <<Frei Miguelinho>> até 41 no de Luiz Gomes e 35 no de Jardim do Seridó.

Logo, o Diretor não era responsável pela variação na frequência escolar, uma vez que os dados eram por ele organizados na medida em que os recebia dos municípios, quando os responsáveis por tal ação não encaminhavam os números prejudicavam os resultados na somatória estatística escolar.

E esse foi um fato percebido por nós ao organizar estatisticamente os dados dos relatórios, pudemos perceber em alguns anos, muitas diferenças em curto período de tempo. Ora os números eram poucos, e de repente expandia-se grandemente. Compreendemos que isso ocorreu ao fato da discrepância das informações que nem sempre eram fielmente repassadas ao Diretor Geral por todos os municípios.

A estrutura dos Relatórios com os quais trabalhamos situaram-se de acordo com o recorte temporal estabelecido para o estudo: 1897-1924. Importante destacar, que o texto do Relatório não segue um padrão, dessa forma, cada relatório aborda os temas da instrução pública de maneira específica, alguns são bem similares, porém não seguem o mesmo padrão de estrutura textual. Uns aparecem com vasto sumário, com títulos diversos, outros, já apresentam informações mais resumidas.

A falta de padronização das informações dificultou a estruturação da análise e organização dos dados da pesquisa, foi necessário reformulações na estrutura da matriz de coleta de dados. Reelaborada nossa forma de interrogar o documento, conseguimos obter o que buscávamos e apresentar devidamente as informações.

Atribuímos a dificuldade também, pela inconstância com que as informações eram colocadas nos relatórios, principalmente quanto a frequência escolar. O próprio Diretor Geral encontrava dificuldades para reunir estes dados e organizá-los, uma vez

que não os recebia sempre de maneira organizada, faltavam dados de algumas escolas que não direcionavam sua frequência.

Outro aspecto diz respeito à criação de grupos escolares. Em alguns relatórios era necessário analisar bem os números. Em determinado ano, poucos eram os números de grupos, em outro os números elevavam-se. O que ocorria era também a inconstância com que as informações apareciam nos relatórios por motivos que explicamos em parágrafo anterior. Na década de 20, começam também a surgir as escolas rudimentares, escolas ambulantes. Escolas isoladas funcionando dentro de grupos escolares e outras escolas sendo reunidas.

Havia diversas categorias que não seguiam padrões de informações por tempo considerável. Como se o sistema de ensino da época buscasse ainda uma certa estabilidade, o Governo buscava método mais adequado que contribuísse significativamente para a diminuição do índice de analfabetismo.

Portanto, apresentamos os dados do Relatório da maneira mais relevante que conseguimos organizar a partir de suas informações. Durante os vinte e seis anos na Direção da Instrução Pública, muito contribuiu Manoel Dantas, passando porém por situações complicadas ao longo de sua trajetória como Diretor.

O momento mais crítico que destacamos, é quando M. Dantas (1899, p.2) apoiou a possibilidade de melhoria educacional caso o municípios assumissem a responsabilidade financeira pelo ensino elementar de sua respectiva intendência.

O vosso antecessor, na sábia previsão da nossa organização autônoma de acordo com os meios ao alcance dos poderes públicos, lançou as bases do ensino misto, estadual e municipal, como que para fazer a experiência de uma reforma futura. Os resultados tem sido satisfatórios quanto ao ensino municipal. Os municípios compreenderam que são mais particularmente interessados na difusão do ensino, de modo que existem já no Estado 48 escolas municipais com uma matrícula de 1920 alunos. Não será o caso de estudar-se a solução desse problema: se o ensino primário elementar ficar a cargo do município ou do Estado? Pronuncio-me pela primeira hipótese. Desde que, está provado o Estado gasta, sem melhor proveito, grande parte de suas rendas com o ensino primário, seria mais acertado cedendo mesmo alguma verba orçamentária, entregar esse serviço ao critério dos governos municipais, que podem melhor fiscalizá-lo e mais desenvolvê-lo de acordo com as necessidades locais. Desembarcado do ensino elementar, o Estado poderia atender mais proveitosamente ao aperfeiçoamento do ensino secundário, fundando igualmente escolas modelos em vários pontos do interior, para o ensino primário superior.

Mas os resultados não foram satisfatórios. Nestor dos Santos Lima, que assumiu em 1924 o Departamento de Educação, ocupando o lugar de Manoel Dantas como Diretor Geral, comenta esse momento da educação norte-rio-grandense em seu livro: *Um século de Instrução Primária*. Lima (1927, p. 149)

A lei estadual n. 131 de 13 de setembro de 1899, tornando municipais as cadeiras de instrução primária criadas ou vacantes, abriu para o ensino público uma nova era de desprestígio e de calamidades: foi o mais profundo golpe vibrado na depauperada e rotineira aparelhagem do ensino popular, em nosso Estado. Inspiraram-na, é certo, elevados e nobres intuítos, por isso que, segundo o <<Relatório>> de 15 de Junho 1899, do Dr. Manoel Dantas, o Dr. Pedro Velho fizera experiência de um sistema misto de instrução: estadual e municipal. Os resultados dizia ele, tem sido satisfatórios. Os municípios compreenderam que são mais particularmente interessados na difusão do ensino, de modo que existem já no Estado 48 escolas municipais, com uma matrícula de 1920 alunos.

Embora tenha justificado sua defesa em prol da aplicação dessa lei visando maior difusão de escolas modelos pela Província, M. Dantas em relatórios posteriores, reconhece a dificuldade em receber os dados das prefeituras, quanto à organização do ensino elementar feita por estas. No Relatório, Dantas (1904, p.11) dizia que:

De acordo com a Lei n. 146, de 6 de Agosto de 1900 que determina que, enquanto não se reorganizar a instrução Pública do Estado, sobre bases que lhe assegurem, na prática uma utilidade correspondente aos sacrifícios exigidos por esse serviço, não sejam providas as cadeiras de ensino primário, que vagarem senão pelas Intendências. [...] Diversas circulações tem essa Diretoria expedido aos Presidentes das Intendências no sentido de remeterem mapas demonstrativos de matrícula e frequência dessa escolas, aproveitamento dos alunos, método de ensino e mais esclarecimentos que julgarem necessários. Mas poucos são os Presidentes do Governo Municipal que têm satisfeito os nossos pedidos.

Por este motivo, Dantas (1904, p. 11/) propunha que enquanto não se reorganiza o ensino seria melhor auxiliar os estabelecimentos que estivessem sob a fiscalização direta do governo. Em 1907, Dantas (1907, p. 8/9) reconhecia o fracasso da transferência do ensino primário aos municípios:

É infelizmente lugar comum, em quase todas as mensagens lidas hoje neste país, a referência ao lamentável estado a que desceu a instrução pública. E no Rio Grande do Norte essa condição não é diversa. A transferência do ensino primário às municipalidades, que, em princípio, parecia excelente, deu na prática deploráveis resultados que

todos conhecemos.

No mesmo relatório, Dantas (1907, p. 10) admitia que era necessário restaurar o regime adotado antes da Lei de 1900, “fazendo voltarem à administração do Estado as cadeiras das sedes dos municípios, ficando às intendências a criação e custeio das de outros lugares onde, por ora, aquele não as pudesse manter”. Dessa forma, os municípios contribuiriam auxiliando as localidades menores sem condições para manter instituições escolares primárias, e teriam o ensino de sua localidade fortalecido com o retorno do apoio estadual. Desde que o ensino estivesse sob a imediata administração e fiscalização do Estado, a diretoria afirmava não poupar esforços para tornar o ensino nas intendências mais sério e eficaz através de conjunto de medidas de onde fossem excluídas inexoravelmente a condescendência e a tolerância para com irregularidades no ensino. Nesse contexto Dantas (1907, p. 11) afirmava que:

(...) os professores reconhecidamente incapazes seriam excluídos e as cadeiras providas por mestres contratados anualmente e pagos na proporção da frequência de sua escola. Acima de um certo número de alunos, de frequência constante, o professor teria direito a uma cota proporcional sobre os vencimentos fixados.

Essa averiguação seria feita através de fiscalização regular realizada por inspetores regionais designados pela diretoria da instrução através do estabelecimento de um sistema regular de inspeção nas escolas. Esses inspetores seriam sempre estranhos ao município em que exercessem a fiscalização, sendo bem remunerados para fiscalizar mensalmente várias vezes as escolas, enviando minucioso relatório à direção geral do ensino com os resultados de cada visita Dantas (1907).

Na Figura 17 vemos o Diretor Geral Manoel Dantas ladeado pelo também intelectual professor Luiz Soares e a professora Carolina Wanderley, que era também uma das escritoras da Revista Pedagogium, e ao fundo os alunos integrantes da primeira turma do Grupo Escolar Frei Miguelinho.

Figura 17 - Primeira turma do Grupo escolar Frei Miguelinho. Manoel Dantas ao centro ladeado pelo professor Luís Soares e a Professora Carolina Wanderley. Ao fundo, as crianças da turma



Fonte: Instituto Tavares de Lyra - Macaíba

Em 1908, com a aprovação da lei n. 249 de 22 de Novembro de 1907, iniciou-se portanto com o decreto 178 de 29 de Abril de 1908 a reforma da instrução pública. Em 1912, o Presidente de Província Alberto Maranhão no Relatório de Presidente de Província (1912, p.6), afirmava com satisfação “notáveis progressos neste importante ramo do serviço público” a instrução. Apresentando como prova cabal uma lista de inauguração de 23 grupos escolares a partir de 1908 nos municípios da província do RN.

Após anos recuperando-se dos acontecimentos causados pela municipalização do ensino primário, o Ensino vai reestruturando-se e apresentando dados mais positivos.

Na Tabela 5, organizamos a estrutura dos assuntos discriminados nos relatórios de presidente de província com intervalo de 10 anos, mostrando as mudanças ocorridas nestes. A organização dos assuntos dos relatórios foi um verdadeiro desafio para a análise dos dados de maneira linear, tendo em visto a ausência do padrão de informações contidas em cada relatório, mas em contrapartida, pudemos observar a riqueza de assuntos contidas nos relatórios, conhecer bem a

estrutura da fonte contribui significativamente para a análise de seu conteúdo.

Tabela 5 - Assuntos Discriminados nos Relatórios de Presidente de Província do RN

1897	1910	1924
LEGISLATIVO	LEGISLATIVO	LEGISLATIVO
TERRAS	ELEIÇÕES	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
FINANÇAS	EDUCAÇÃO	REBELIÕES, MILITARES
ALFÂNDEGA	TERRAS, SANEAMENTO	ELEIÇÕES
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	COMÉRCIO, BANCOS E INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS, JUDICIÁRIO	FIGURAS ILUSTRES
FINANÇAS	POLÍCIA	MEIO AMBIENTE
JUDICIÁRIO	ARQUIVO PÚBLICO, BIBLIOTECA	MUNICIPALIDADES, PROFISSIONAIS, TERRAS
EDUCAÇÃO	MARINHA, TERRAS	FEDERAÇÃO
POLÍCIA	OBRAS PÚBLICAS	JUDICIÁRIO, MAGISTRATURA
EXÉRCITO	LEI; OBRAS PÚBLICAS – MEIO AMBIENTE	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, SECRETARIA
-	LEIS	SAÚDE PÚBLICA
-	INDÚSTRIA – PESCA	ESTATÍSTICAS
-	OBRAS PÚBLICAS	SANEAMENTO
-	FINANÇAS	FEBRE AMARELA
-	-	EDUCAÇÃO
-	-	POLÍCIA
-	-	PRISÕES E PRISIONEIRO
-	-	AGRICULTURA
-	-	SAL
-	-	ESTRADAS DE FERRO
-	-	ESTRADAS
-	-	PORTOS

Fonte: Tabela elaborada por Isabela Moraes com base no sumário dos relatórios de presidente de província disponíveis na internet

A educação na Primeira República, era denominada como: Instrução Pública

e aparece escrita desta forma. Porém no sumário dos relatórios já digitalizados, aparece o nome educação, pela forma como foi organizada e disponibilizada para o acesso. Decidimos elaborar a tabela com as informações tal qual nos aparece no site dos Relatórios.

A observação dos temas contidos no relatório do presidente de província possibilitou-nos também a percepção da quantidade de informações sobre diversos contextos da sociedade da época. A impressão que ficou, é a importância de que esta fonte oficial está dotada para a realização de diversas pesquisas. Através do relatório de presidente de província, muito se pode perceber da sociedade da época, considerando o prisma dos governantes.

Direcionando nosso olhar diretamente para instrução pública, fizemos o recorte em todos os relatórios, apenas das páginas relativas à instrução, observando também a sua estrutura. Inserido no corpus do relatório do presidente de província, as páginas sobre instrução pública oscilam, ora aparecendo aliada à saúde pública ou outros temas, ora sozinha com várias páginas dedicadas ao seu conteúdo.

A tabela 6 demonstra por sua vez, como estava estruturado os temas tratados no relatório com enfoque para a instrução pública. Ao fazer o recorte deste tema para a pesquisa, observamos mais diretamente a inconstância das informações, que apareciam em relatórios extremamente detalhados e extensos, comparando com outros muito mais sucintos.

Tabela 6 - Títulos Discriminados nos Relatórios do Diretor Geral de Instrução Pública dentro do Relatório do Presidente de Província

1897	1910	1924
CONSELHO LITERÁRIO	INSTRUÇÃO PÚBLICA	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
LIVROS DIDÁTICOS	CHOROGRÁFIA DO ESTADO	ESCOLAS DO ESTADO
NOMEAÇÕES DE PROFESSORES	-	ESCOLA DE FARMÁCIA
EXONERAÇÃO DE PROFESSORES	-	ATHENEU NORTE RIO GRANDENSE
ABANDONO DE CADEIRA	-	ESCOLA NORMAL DE NATAL

SUSPENSÃO DE EXERCÍCIO	-	ESCOLA NORMAL PRIMÁRIA DE MOSSORÓ
NOMEAÇÕES DE DELEGADOS ESCOLARES	-	ESCOLA PROFISSIONAL DO ALECRIM
EXONERAÇÃO DE DELEGADOS ESCOLARES	-	GRUPOS ESCOLARES
REMOÇÕES A PEDIDO	-	CURSOS ELEMENTARES
PERMUTA	-	ESCOLAS ISOLADAS
PERMUTA SEM EFEITO	-	ESCOLAS RUDIMENTARES
LICENÇAS	-	ENSINO SUBVENCIONADO
FALECIMENTO	-	ESCOLAS PARTICULARES NÃO SUBVENCIONADAS
CADEIRAS	-	INSPEÇÃO ESCOLAR
MATRÍCULA E FREQUÊNCIA	-	PREDIOS ESCOLARES E MATERIAL DE ENSINO
ESCOLA ESPECIAL	-	DIFERENTES TIPOS DE ESCOLAS
ESCOLAS PARTICULARES	-	SUGESTÕES DO DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
ESCOLAS MUNICIPAIS	-	-
ALUGUEIS DE CASA	-	-
INSTRUÇÃO SECUNDÁRIA	-	-
CONTRATOS	-	-
ESCOLA MODELO	-	-
MATRÍCULA NO ATHENEU	-	-
ENSINO PARTICULAR	-	-
LICENÇAS	-	-
CADEIRA A CONCURSO	-	-
VICE-DIRETOR DO ATHENEU	-	-
BIBLIOTECA PÚBLICA	-	-

EXAMES GERAIS DE PREPARATÓRIOS	-	-
SECRETARIA	-	-
CONCLUSÃO	-	-
	-	-

Fonte: Tabela elaborada por Isabela Moraes com base nos Relatórios do Presidente de Província

A estrutura apresentada nesta tabela, mostra o que contém as páginas dedicadas à instrução pública, não seguindo padrão específico em seus textos, alguns relatórios são mais extensos e assinados pelo próprio diretor da instrução pública, outros aparecem como um resumo do panorama anual da instrução pública feito pelo próprio presidente de província, com base em informações recebidas do diretor geral da instrução pública.

Tudo referente à instrução, as informações mais relevantes apareciam no relatório de presidente de província, os avanços e dificuldades enfrentadas em busca do progresso e da diminuição do nível de analfabetismo da população.

Diversas são as preocupações direcionadas à instrução pública. Com o passar dos anos, muitas dificuldades enfrentadas tomam o foco, seja pela necessidade de formação adequada de professores, e a falta destes profissionais para assumirem cadeiras no interior, principalmente em períodos de seca, onde muitos pediam licenças e abandonavam suas funções.

Havia também a transição do conceito de escolas e do que simbolizavam para o governo. Inicialmente não havia registros de prédios unicamente dedicados ao funcionamento escolar. O que aparecia nos registros dos primeiros relatórios eram as despesas com os aluguéis de casas para o funcionamento de escolas e a falta de verba suficiente para tal. Assim como não possuíam prédios próprios, a falta de mobília escolar era algo recorrentemente citado nos relatórios.

Nesse contexto destacamos a importância da criação de prédios destinados unicamente à instrução, deixando aos poucos a prática da realização das aulas unicamente na casa do professor. A criação de grupos escolares escolas isoladas, escolas rudimentares, ensino profissional, a criação da Escola Normal em Natal e posteriormente em Mossoró, estavam presentes nos relatórios.

A preocupação com a criação de escolas e da conservação delas era

perceptível em praticamente todos os textos analisados, a cada ano eram mencionadas inaugurações e propostas de criação de escolas e municípios tanto na capital quanto no interior.

Mesmo com o aparente esforço realizado, muito ainda faltava para atingir o resultado almejado, com as estatísticas escolares, que embora oscilassem em resultados preocupantes e otimizadores, boa parte da população ainda estava fora da escola.

A propaganda republicana da educação como progresso e a erradicação do analfabetismo figurava-se cada vez mais complexa em sua realização. Em pouco mais de duas décadas de atuação, os números apontavam para a quantidade populacional comparando com o número de oferta de escolas, mostrando o longo caminho a ser percorrido, e o quanto este mostrava-se árduo, com os reveses enfrentados na busca pelo avanço da instrução pública no Estado do Rio Grande do Norte.

Os dados estatísticos apareciam nos relatórios de maneira mais detalhada e organizadas através dos mapas escolares, quando havia a presença destes, não eram muitos os relatórios que continham mapas escolares. Estes, quando apareciam estavam incluídos como anexos nos relatórios e constituíam-se de tabelas onde estavam discriminados dados importantes da instrução pública e sobre os envolvidos nesse processo, desde os alunos até os profissionais da educação.

Importantes dados puderam ser analisados com clareza a partir da observação dos mapas escolares. A Tabela 7 traz em seu conteúdo uma lista dos mapas escolares anexados ao relatório do presidente de província, exemplificando com clareza as informações encontradas nos mapas escolares.

Tabela 7 - Mapas Anexados nos Relatórios do Diretor Geral de Instrução Pública contidos nos Relatórios de Presidente de Província do RN

	1897	1910	1924
RELAÇÃO NOMINAL DOS LENTES E PROFESSORES DO ATHENEU RIO GRANDENSE		—	—
RELAÇÃO DOS ATUAIS EMPREGADOS DA DIRETORIA E SECRETARIA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DO ESTADO		—	—

RELAÇÃO NOMINAL DOS PROFESSORES PÚBLICOS QUE REGEM AS CADEIRAS DO SEXO MASCULINO DO ENSINO PRIMÁRIO DO ESTADO	—	—
RELAÇÃO NOMINAL DAS PROFESSORAS PÚBLICAS QUE REGEM AS CADEIRAS DO SEXO FEMININO DO ENSINO PRIMÁRIO DO ESTADO	—	
RELAÇÃO NOMINAL DOS DELEGADOS ESCOLARES DOS DIFERENTES MUNICÍPIOS DO ESTADO	—	—
RELAÇÃO NOMINAL DOS DIRETORES DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, A CONTAR DE 1834 ATÉ A PRESENTE DATA, COM ALGUMAS DE SUAS NOMEAÇÕES POSSES E DOS QUE DEIXARAM O RESPECTIVO EXERCÍCIO	—	—
RELAÇÃO NOMINAL DOS CIDADÃOS QUE TEM SERVIDO DE SECRETÁRIO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DO RIO GRANDE DO NORTE, A CONTAR DE 1835, COM ALGUNS ESCLARECIMENTOS	—	—
QUADRO DEMONSTRATIVO DA MATRÍCULA E FREQUÊNCIA DOS ALUNOS DAS CADEIRAS DE ENSINO PRIMÁRIO DO ESTADO NO TRIMESTRE DE JANERO A MARÇO DE 1897	—	—
RELAÇÃO NOMINAL DOS LENTES E PROFESSORES DO ATHENEU RIO GRANDENSE	—	—
RELAÇÃO DOS ATUAIS EMPREGADOS DA DIRETORIA E SECRETARIA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DO ESTADO	—	—
RELAÇÃO NOMINAL DOS PROFESSORES PÚBLICOS QUE REGEM AS CADEIRAS DO SEXO MASCULINO DO ENSINO PRIMÁRIO DO ESTADO	—	—
RELAÇÃO NOMINAL DAS PROFESSORAS PÚBLICAS QUE REGEM AS CADEIRAS DO SEXO FEMININO DO ENSINO PRIMÁRIO DO ESTADO	—	
RELAÇÃO NOMINAL DOS DELEGADOS ESCOLARES DOS DIFERENTES MUNICÍPIOS DO ESTADO	—	—

RELAÇÃO NOMINAL DOS DIRETORES DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, A CONTAR DE 1834 ATÉ A PRESENTE DATA, COM ALGUMAS DE SUAS NOMEAÇÕES POSSES E DOS QUE DEIXARAM O RESPECTIVO EXERCÍCIO	—	—
RELAÇÃO NOMINAL DOS CIDADÃOS QUE TEM SERVIDO DE SECRETÁRIO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DO RIO GRANDE DO NORTE, A CONTAR DE 1835, COM ALGUNS ESCLARECIMENTOS	—	—
QUADRO DEMONSTRATIVO DA MATRÍCULA E FREQUÊNCIA DOS ALUNOS DAS CADEIRAS DE ENSINO PRIMÁRIO DO ESTADO NO TRIMESTRE DE JANERO A MARÇO DE 1897	—	—

Fonte: Tabela elaborada pela pesquisadora com base em informações dos Relatórios do Presidente de Província

A tabela apresenta assim como as duas anteriores, dados a cada dez anos, sendo respectivamente 1897, 1910 e 1924. O ano em que mais aparecem mapas é 1897, onde podemos constatar a partir dos dados contidos na tabela 3 a relevância das informações organizadas nos mapas para a compreensão quantitativa e a estruturação da educação da época.

A lista de livros aprovados pelo “Conselho literário” é um importante dado, percebemos nestes, a presença dos símbolos republicanos, voltados para o civismo e o fortalecimento da concepção cidadã na educação, como apresenta a Tabela 8.

Tabela 8 - Lista de Livros didáticos utilizados nas escolas primárias no ano de 1897, definidas pelo Conselho Literário

Lista de Livros didáticos utilizados nas escolas primárias no ano de 1897, definidas pelo conselho literário	
Leitura e Escripta:	Colleções Felisberto de Carvalho E Hilario Ribeiro
Arithmetica:	Exercícios de Numeração de Pinto de Abreu e Arithmetica primaria de Trajano
Geographia:	Mappas muraes de Olavo Freire e Geographia Atlas de Couturier. Tradução de Moreira Pinto
Instrucção Moral e Cívica:	Coração. De F. de Amicis e a Constituição Política do Estado do Rio Grande do Norte
História do Brazil:	Compendio de Lacerda
Desenho Linear:	Compendio de Abilio
Lingua Nacional:	Grammatica Elementar de João Ribeiro

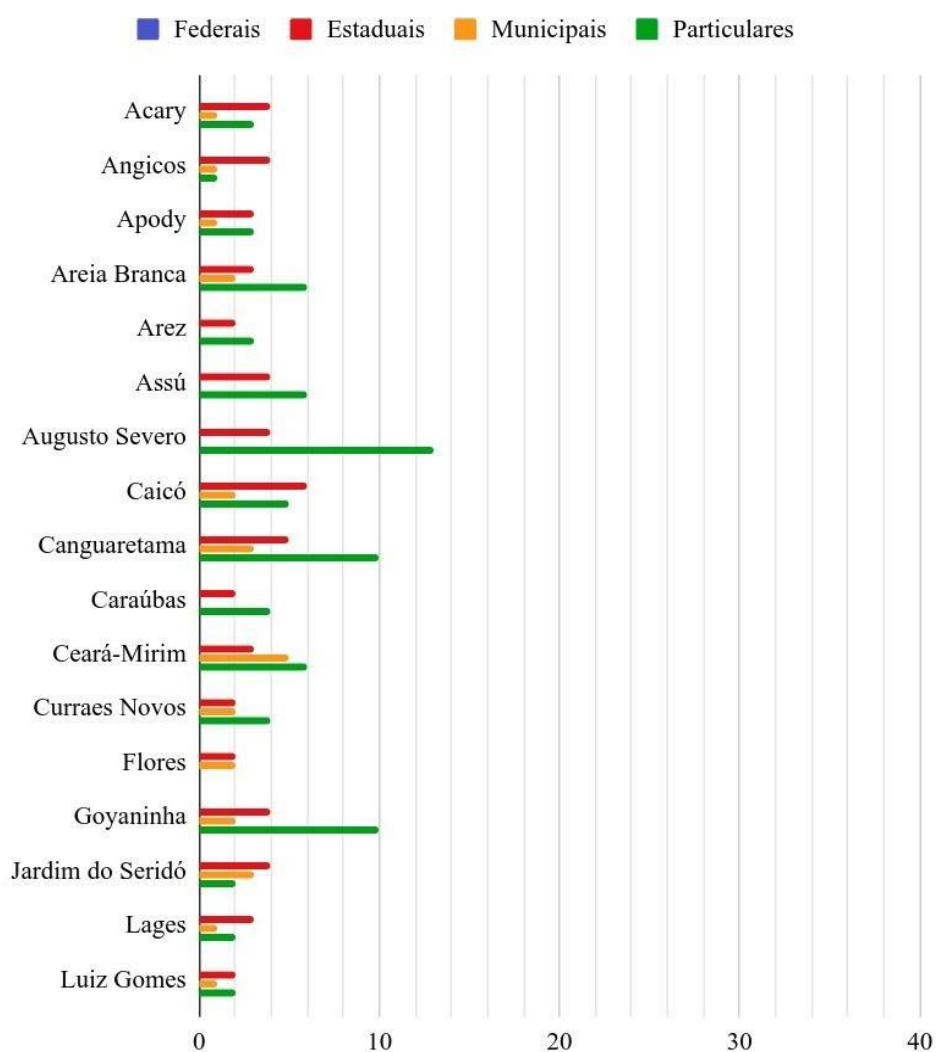
Música:	Cânticos Escolares de Menezes Vieira
Gymnastica:	Gymnastica Escolar de Borges
Calligraphia:	Cadernos de Escripção de Adlers

Fonte: Tabela elaborada por Isabela Moraes com base nos Relatórios do Presidente de Província

Manoel Dantas participava também do Conselho Literário, logo participava ativamente da escolha dos Livros didáticos utilizados em sala de aula juntamente com outros intelectuais que compunham o Conselho Literário.

Organizamos no Gráfico 2 a distribuição das escolas e estabelecimentos de ensino nos municípios do Rio Grande do Norte das letras A até a letra L, a partir das informações organizadas com base nos dados dos Relatórios de Presidente de província.

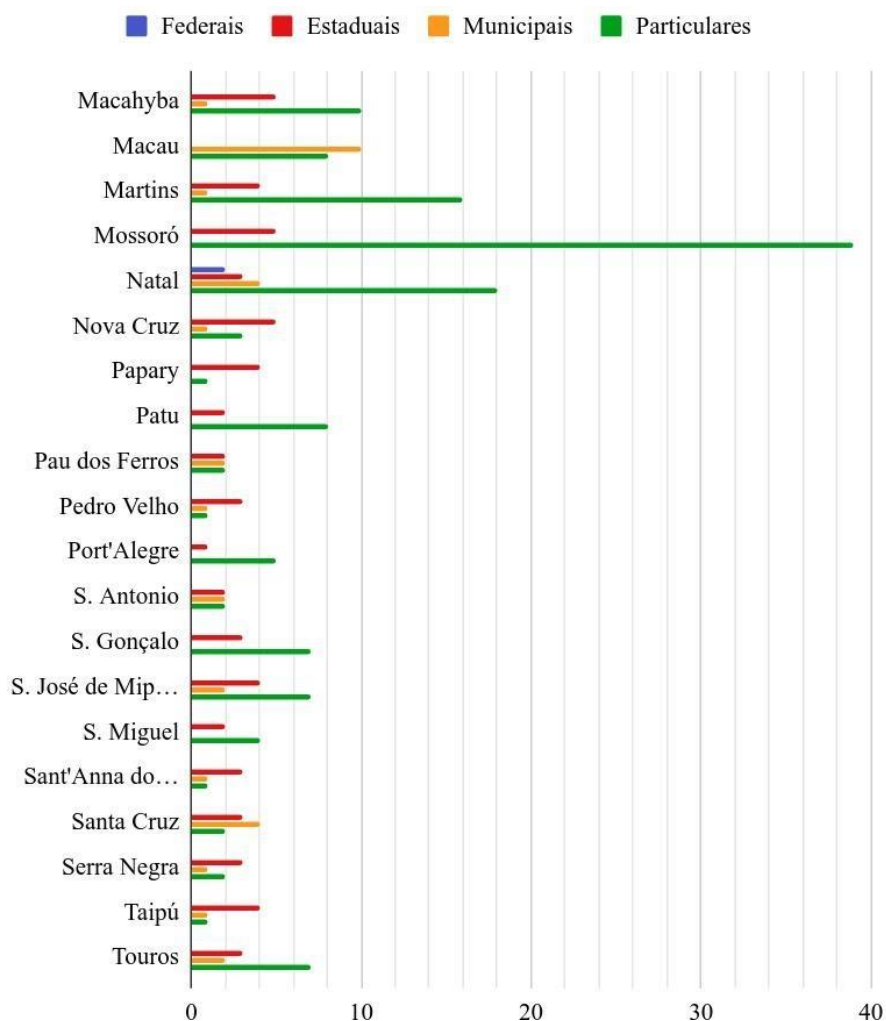
Gráfico 2 - Distribuição por Cidade de Escolas e Estabelecimentos de Ensino do RN no Ano de 1922 de A-L



Fonte: Gráfico elaborado pela pesquisadora com base nos dados da pesquisa

No Gráfico 3, apresentamos como estava organizada a distribuição das escolas e estabelecimentos de ensino nos municípios do Estado do Rio Grande do Norte de M até Z no ano de 1922.

Gráfico 3 - Distribuição por Cidade de Escolas e Estabelecimentos de Ensino do RN no Ano de 1922 de M-Z

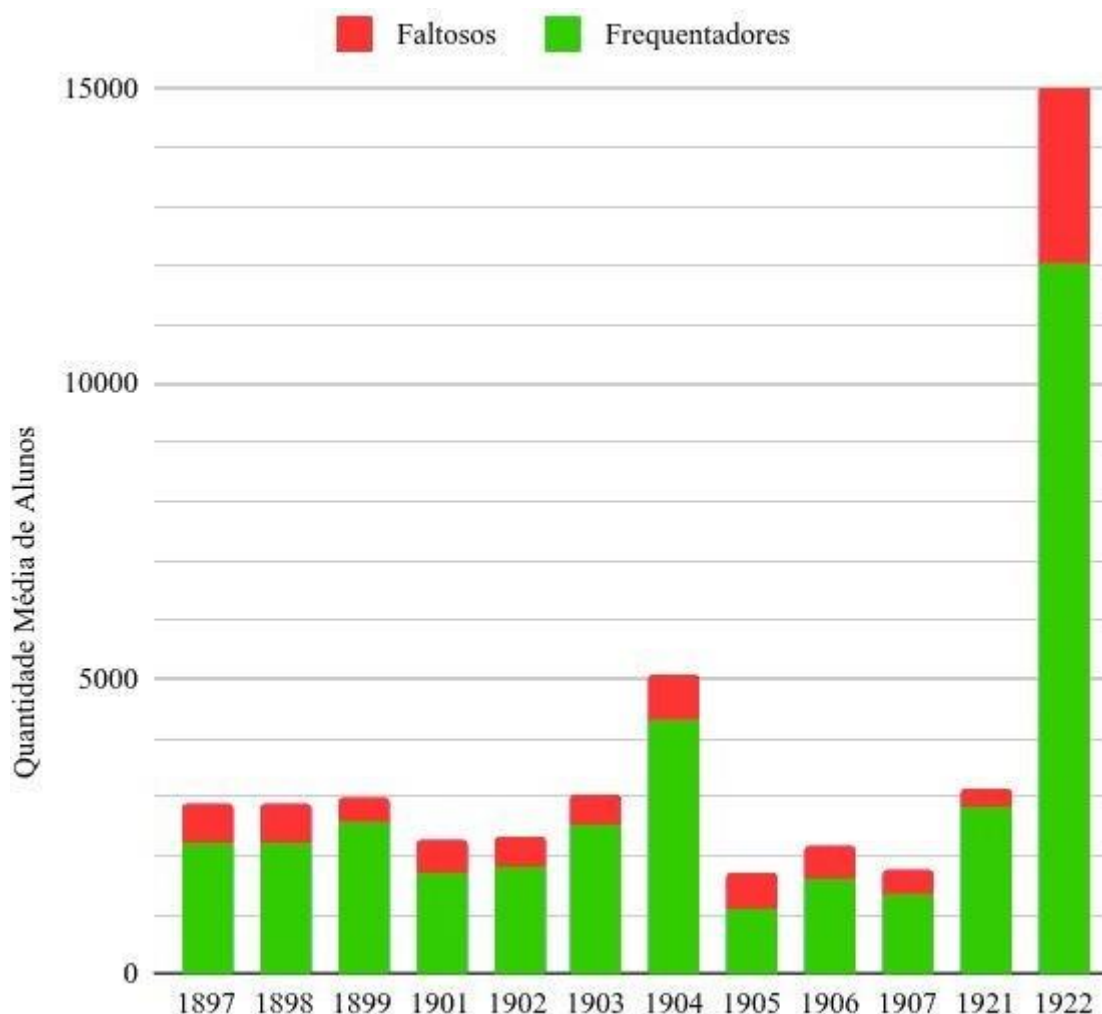


Fonte: elaborada para a pesquisa com base nos Relatórios de Presidente de Província

As informações apresentadas nos Gráficos 2 e 3, compreendem o recorte temporal de 1922, em virtude da disponibilidade de dados para a construção desse gráfico durante estes anos. A inconstância nos dados fornecidos pelos relatórios possibilitou-nos apresentar os resultados de acordo as possibilidades dos relatórios. Adequamos nossa organização de dados para apresentar fidedignamente as informações adquiridas na fonte.

O Gráfico 4 apresenta dados de frequência média de alunos no Estado do RN entre 1897-1922:

Gráfico 4 - Dados de Frequência Média de Alunos no Estado do RN entre 1897-1922



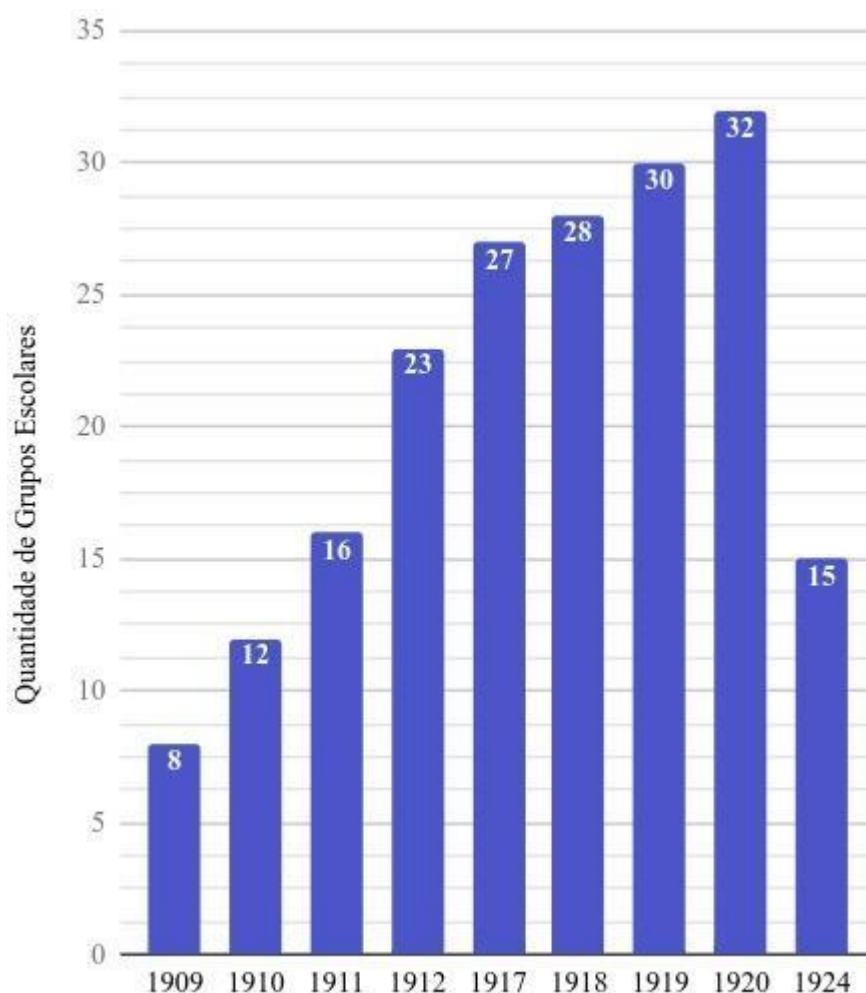
Fonte: Gráfico elaborado a partir das informações dos Relatórios de Presidente de Província

No Gráfico 5 podemos analisar a quantidade de Grupos escolares existentes no Rio Grande do Norte, compreendendo o período de 1909 até 1924. Tendo Manoel Dantas ficado a cargo da diretoria Geral até o ano de 1923, achamos pertinente trazer também os dados do Relatório de 1924, uma vez que os dados contidos neste eram fruto das ações ainda do final do ano anterior.

É pertinente também para demonstrar como estava o panorama da educação logo após a saída de Manoel Gomes de Medeiros Dantas. Podemos perceber portanto, que durante seu período ativo como diretor, considerável número de grupos escolares foram criados e inaugurados, em mais de duas décadas de Gestão na

Diretoria geral da instrução pública.

Gráfico 5 - Demonstrativo da Quantidade de Grupos Escolares Existentes no RN entre os Anos de 1909 e 1924



Fonte: Gráfico elaborado com base nos dados da pesquisa

O que justifica a redução do número de Grupos escolares no ano de 1924, é a conversão destas instituições, recebendo a nomenclatura de Escola. Vale ressaltar que o período que marca os últimos anos de Manoel Dantas na Direção Geral registram os maiores índices de inaugurações de Grupos escolares no RN.

Realizando análise geral, elencamos os principais acontecimentos e propostas feitas por Manoel Dantas enquanto Diretor Geral da Instrução Pública no período de 1897 a 1901. Representadas na Tabela 9, os dados foram organizados de acordo com o período que continha dados exatos para tal.

Tabela 9 - Principais Acontecimentos e Propostas Relatados entre 1897 e 1901

Principais acontecimentos relatados Entre 1897 e 1901	
1897	Instituição do Curso e Profissional Escola modelo anexa ao Atheneu, visando a preparação de professores
1898	Criação de mais duas cadeiras de ensino primário na capital (Natal) Aproveitamento do trabalho às populações "flageladas" pela seca na construção de prédios escolares Aumento de verba consignada para aluguel de casa para escolas Reforma dos regulamentos da Instrução Pública e do Ensino Secundário, fundindo-os em um só Redistribuir as matérias do Curso Profissional em quatro anos Acabar com o salão de estudo, o Atheneu não é internato Reformar o sistema de prêmios escolares para os alunos terem direito à medalhas apenas ao fim dos cursos Suprimir o cargo de vice-diretor que será inútil com o fim do salão de estudos do Atheneu
1899	Reforma do Ensino Ensino Primário a cargo dos municípios Fundação de Escolas modelos em vários pontos do interior
1900	Reforma Radical do Ensino Secundário Supressão dos exames preparatórios
1901	Fundação de Escola Modelo na Capital Fusão de várias cadeiras no Atheneu Melhoraria os vencimentos do professor Busca por professores mais habilitados Reforma completa e geral nos regulamentos de ensino secundário

Fonte: Tabela elaborada com base nos dados da pesquisa

Já a Tabela 10 retrata a distribuição de Escolas estabelecimentos de Ensino no ano de 1922, para que possamos compreender mais claramente o que foi representado no Gráfico 2.

Tabela 10 - Distribuição por Cidade de Escolas e Estabelecimentos de Ensino do RN no Ano de 1922

Distribuição por Cidade de Escolas e Estabelecimentos de Ensino do RN no Ano de 1922					
Município	Federais	Estaduais	Municipais	Particulares	Soma
Acary	0	4	1	3	8
Angicos	0	4	1	1	6
Apody	0	3	1	3	7
Areia Branca	0	3	2	6	11
Arez	0	2	0	3	5
Assú	0	4	0	6	10
Augusto Severo	0	4	0	13	17
Caicó	0	6	2	5	13
Canguaretama	0	5	3	10	18
Caraúbas	0	2	0	4	6
Ceará-Mirim	0	3	5	6	14
Curraes Novos	0	2	2	4	8
Flores	0	2	2		4
Goyaninha	0	4	2	10	16
Jardim do Seridó	0	4	3	2	9
Lages	0	3	1	2	6
Luiz Gomes	0	2	1	2	5

Fonte: Tabela elaborada com base nos dados da pesquisa

Como diretor da instrução pública durante o mandato de Joaquim Ferreira Chaves e posteriormente no governo de Alberto Maranhão, acompanhou de perto a situação educacional, preocupando-se em apontar soluções lúcidas para a melhoria da instrução pública do Estado.

Leitor assíduo, Manoel Dantas buscava estar atualizado com as teorias da Europa, destacando em seus relatórios teorias e práticas educacionais utilizadas na

Itália e França que poderiam ser adaptadas para a organização da educação pública no Rio Grande do Norte. Apresentamos na Tabela 11, a lista de Presidentes do recorte temporal do estudo, compreendendo deste o ano em que M. Dantas assume a Diretoria Geral da Instrução pública até 1924, quando ele morre exercendo a função de Prefeito de Natal.

Tabela 11 - Presidentes de Província do RN 1897-1924

Presidentes de Província do RN 1897-1924		
Presidentes	Período em que estiveram no cargo	Diretor Geral de Instrução Pública nos respectivos anos
Joaquim Ferreira Chaves	(1897-1899)	Manoel Gomes de Medeiros Dantas – Diretor Geral de Instrução Pública
Alberto Maranhão	(1900 - 1904)	Manoel Gomes de Medeiros Dantas – Diretor Geral de Instrução Pública
Augusto Tavares de Lyra	(1905-1906)	Manoel Gomes de Medeiros Dantas – Diretor Geral de Instrução Pública
Antônio José de Mello e Souza	(1907)	Manoel Gomes de Medeiros Dantas – Diretor Geral de Instrução Pública
Alberto Maranhão	(1908)	Manoel Gomes de Medeiros Dantas – Diretor Geral de Instrução Pública
Joaquim Ferreira Chaves	(1914-1919)	Manoel Gomes de Medeiros Dantas – Diretor Geral de Instrução Pública
Antônio José de Mello e Souza	(1920-1923)	Manoel Gomes de Medeiros Dantas – Diretor Geral de Instrução Pública
José Augusto Bezerra de Medeiros	(1924)	Nestor dos Santos Lima – Departamento de Educação

Fonte: Tabela elaborada com base nos dados da pesquisa

A tabela acima representada compreende em seu conteúdo que Manoel Dantas foi Diretor Geral, durante o mandato de quatro presidentes de Província ocupando o cargo, sendo o último Diretor Geral a ocupar o cargo com essa nomenclatura.

Ao assumir em 1924, Nestor de Santos Lima já aparece nos registros como Diretor do Departamento de Educação do RN. O cargo compreendia as mesmas funções de Diretor Geral da Instrução Pública, com outra definição.

Identificando falhas no setor educacional, delineava minuciosamente em suas análises o que poderia ser feito, preocupando-se em expressar sua opinião e atuar em prol da educação para além de seu cargo oficial como diretor geral de instrução pública. Após desocupar a função de diretor geral no ano de 1923, não abandonou a temática da instrução, expressando no jornal A República seu pensamento acerca da educação pública do Estado, candidatando-se também à Presidente de Intendência em Natal, ganhando a eleição, entretanto, permanece no poder por pouco mais de um mês, quando vem a falecer em 17 de junho de 1924.

4.3 Contribuições dos artigos de Manoel Dantas para o jornal “A República

Utilizamos o cruzamento de fontes, aliando os documentos oficiais dos relatórios de presidente de província, à imprensa enquanto fonte de pesquisa, utilizando-nos do jornal “A República” que em suas páginas de circulação diária no Estado do Rio Grande do Norte, traziam comunicações oficiais dos governantes e figuras ilustres da época, tratando sobre assuntos primordiais para a conjuntura política da época, simbolizada pelos republicanos, que dominavam o cenário político nacional e regional sendo portanto forte contribuinte para o imaginário social através da: política, instrução, saúde, desenvolvimento, progresso da sociedade.

O jornal, por sua vez, possibilitou-nos analisar a atividade de Manoel Dantas na instrução em seu aspecto multifacetado. Ora aparecendo em artigos enquanto Diretor Geral da instrução pública, nos artigos em que determinava os atos da Diretoria Geral, ou realizava propostas de nomeação de professores ao Presidente de Província, ora através das visitas escolares.

A tabela 12 mostra os títulos de artigos que de maneira mais recorrente eram

publicados no jornal *A República* em que aparecia Manoel Dantas

Tabela 12 - Títulos do Jornal A REPÚBLICA em que de maneira mais recorrente aparecia Manoel Dantas

Jornal A REPÚBLICA	
Visitas Escolares	Comunicações oficiais
Diretoria Geral da Instrução Pública	Premiações Escolares
Através das Revistas	Pelo Ensino
Propaganda Agrícola	Lavoura Seca
Várias	Escola Normal
Atos do Governador	O orçamento e a instrução Primária
Inspetoria Agrícola	Ensino Primário
As Escolas Isoladas	Escola de Aprendizes
O Gargalheiras	Instrução Pública
As Riquezas do Sertão	Passeios Escolares
A Festa das árvores	Congresso de Geografia

Fonte: Elaborado pela pesquisadora

M. Dantas surgiu diante de nossos olhos atuando na instrução também como: ajudante do inspetor agrícola, assumindo em curtos períodos o cargo de inspetor agrícola, quando o inspetor vigente necessitava ausentar-se, e enquanto ajudante, encontramos artigos de suas demonstrações de prática agrícola, em cidades da região do Seridó, registrando essas práticas nos dados organizados do jornal.

Sua atuação enquanto professor foi identificada, além das demonstrações de prática agrícola, mas mencionado em outros artigos como sendo designado pelo Presidente de Província como representante do Estado em congressos de Geografia, além de ser componente da liga de ensino. No Livro de Barros (2000, p. 46), aparece uma foto que registra os componentes da Liga de Ensino, dentre eles, M. Dantas. A autora Barros (2000, p. 134) ainda afirma que Manoel Dantas fez parte do corpo

didático da Escola Doméstica, ministrando aulas de “Direito usual”.

Algo mais que não pudemos analisar através dos relatórios, era a sua constante atividade, participando ativamente em visitas escolares, ou publicando as comunicações que lhes eram enviadas pelos inspetores de ensino, bem como os diretores dos próprios grupos escolares.

A figura do Diretor também era constantemente solicitada para a participação em eventos e festividades das escolas. Diversos foram os artigos encontrados, com a participação do Diretor Manoel Dantas presidindo importantes sessões escolares, seja de premiação ou outras festividades, quando o Presidente de Província não presidia a sessão, constantemente esta função era realizada por Manoel Dantas, mas a sua presença nas escolas era constante, resultando em artigos posteriormente publicados no Jornal A República.

Diversos foram os artigos encontrados, o acesso aos jornais possibilitou-nos portanto o conhecimento e a comprovação da constante atividade de Dantas na instrução e a sua intelectualidade em uso constante na escrita de extensos e coesos artigos, dotados de informações importantes, que somente um intelectual preocupado em manter-se atualizado com as teorias em voga no país e no mundo poderia construir. Não colocamos aqui Dantas como exceção à regra. Os intelectuais republicanos no século XX demonstravam em geral vasto conhecimento e interesse pelas teorias da época em diversos assuntos. Destacamos, todavia, para o estudo, a importância da comprovação do caráter multifacetado do intelectual Manoel Dantas e a coerência de suas ações para a instrução pública. Ele atuou na área da educação, esforçava-se para contribuir positivamente para a melhoria da Educação do Estado, cultivava seu intelecto informando-se sobre as teorias da educação de outros países, e traçava assim sua atuação com bases firmes e bem construídas.

Destacamos, portanto, a riqueza do cruzamento de fontes para a pesquisa. Consideramos deveras pertinente o que nos alerta Le Goff (1990 p. 67) “Para escrever obras históricas é preciso dispor de numerosas fontes e variados conhecimentos. É também preciso um espírito reflexivo e profundo: para permitir ao investigador atingir a verdade e defender-se do erro” [Ibn Khaldün, al-Mugaddima, introdução]”.

Reafirmando o que constatamos com a concepção de documento para Burke (1992), consideramos o trabalho com o documento a partir do que nos diz Samara

(2007, p. 72) “analisando seu conteúdo, cada fonte pode ser definida quanto aos seus próprios objetivos e aos objetivos de cada pesquisador”. Nosso principal objetivo tem como princípio as contribuições de Manoel Dantas para a educação do Estado. Assim sendo, nos isentamos de tentar construir uma história da educação trazendo verdade absoluta sobre todos os acontecimentos do século em caráter educacional, mas nos concentramos em uma única figura, analisando o contexto educacional da época sob a ótica de M. Dantas.

As informações apresentadas por Dantas no jornal, bem como as reivindicações feitas por ele, estavam embasadas na ciência de um homem que continuou a buscar compreender como poderia funcionar de maneira organizada a educação pública, como estava a situação educacional, sem perder de vista o contato com o funcionamento dessa engrenagem da instrução a nível de estado. Por este motivo, seu discurso no jornal *A República* não é aqui considerado apenas no sentido informativo, mas também assume o caráter de atuação, uma vez que apoiando personalidades que assumiam funções na área educacional, apontava falhas e acertos além de aconselhar quais visões desses personagens estavam no caminho adequado para a melhoria da educação. Sobre o uso da imprensa como fonte de pesquisa Silva (2013, p. 51) diz que:

O uso da imprensa nos meios acadêmicos, como fonte para a compreensão de fatos históricos, é relevante, pois ela, sem dúvida, representa um espaço de manifestações coletivas, no qual ocorrem debates, discussões e polêmicas da época pesquisada, muitas vezes no afã dos acontecimentos, emergem de forma fecunda.

O jornal *A República* nos possibilitou essa percepção dos acontecimentos da época. De publicação diária, o periódico apresentava diversos artigos com informações importantes para a pesquisa.

A Figura 18 mostra um documento que representa a ata de reunião para a instalação do Conselho Superior de Instrução Pública do Rio Grande do Norte em 1921. Nessa conjuntura, Manoel Dantas assina o documento como Presidente do referido Conselho.

Figura 18 - Ata da reunião da Instalação do Conselho Superior de Instrução Pública

Acta da reunião da Instalação do Conselho Superior de Instrução Pública.

dos dezoito dias do mez de agosto, de mil novecentos e dezesete numa das salas do edificio do Congresso do Estado, onde funcionava a Directoria Geral da Instrução Publica reuniram-se, presentes, os cidadãos Desembargador Hemeterio Fernandes de Sousa de Mello, Doutor Manuel Varella Santiago, Conego Estevam José Dantas, Professor Luiz Correia Soares de Araujo, Coronel Manuel Luis Baldas, Major Fortunato Chaves, Professor Joaquim Laurival Soares da Camara e Major Ezequiel Wanderley, nomeados por acto do Excellêntissimo Governador do Estado, de dois de agosto corrente, membros do Conselho Superior de Instrução Publica. O Doutor Manuel Dantas, Director Geral da Instrução Publica, assumindo a presidencia, declarou installado o mesmo Conselho, congratulando-se com o evento no Estado e com cada um dos membros do Conselho pela alta distincção de sua investitura. Nada mais havendo a tratar, deu-se por finda a reunião, lavrando-se a presente acta que depois de lida todos assignam. Eu José Julio Pereira de Medeiros, Secretario da Instrução Publica a servi.

Assinantes, presentes.

Manuel Varella Santiago
 Luiz Correia Soares de Araujo
 Joaquim Laurival Soares da Camara
 Fortunato Chaves
 Ezequiel Wanderley
 Manuel Luis Baldas

Fonte: M. Araújo (2016)

No texto da Instalação do Conselho Superior, consta registrado que, no dia 18 de Agosto de 1921, foi assinada em uma das salas do Congresso do Estado, mesmo local onde funcionava naquele ano, a Diretoria Geral da Instrução Pública, ocorreu a reunião contando com a presença de cidadãos, tais como: O Presidente de Província, Desembargador Ferreira Chaves; o professor Luiz Soares dentre os quais aparece

também Manoel Dantas como atual Diretor da Instrução Pública.

Permaneceu portanto atuante pelo fato de não desconectar-se desse universo educativo, estando sempre presente nas instituições educacionais da época, seja através de suas palestras, aulas, livros didáticos, ou proposições pedagógicas sobre a didática do ensino técnico. O jornal, A República nesse sentido, ocupou lugar de destaque para a divulgação dos ideais e ações de Dantas, que mesmo assumindo outros cargos sociais jamais desligou-se oficialmente da Instrução pública, tendo perpetuado sua atuação na área educacional do Rio Grande do Norte em diferentes vertentes profissionais até o seu desencarne no ano de 1924, tendo porem legado à História deste Estado suas contribuições que ficaram registradas na memória, simbolizando o ideal republicano materializado em seus discursos e ações. Em 1923, o então Presidente de Província Mello e Souza (1923, p. 11) afirmava que

A superintendência geral da Instrução Pública esteve, durante todo o período, a cargo do Dr. Manoel Dantas, cujo longo tirocínio no exercício dessa função ofizeram verdadeiro especialista em assuntos do ensino, e cuja atividade incansável e perfeito conhecimento de todo o magistério do Estado tornam preciosa a sua colaboração.

A sua importância e dedicação como Diretor da Instrução Pública não passaram despercebidas pelos Governantes e os intelectuais da época que reconheciam sua intensa atividade em prol da educação do Rio Grande do Norte.

Manoel Dantas permaneceu no cargo de prefeito de Natal por pouco mais de um mês, logo não houve tempo para registrar as suas realizações em prol da instrução pública. A sua partida repentina deixou lacunas a respeito de suas próximas ações em defesa da educação do Estado. Em 1924, o Presidente de Província registrou em seu relatório anual o falecimento do referido intelectual, reconhecendo a perda sofrida pelo Estado Norte-rio-grandense. Mello e Souza (1924, p. 8) reconhecia que:

O Rio Grande do Norte sofreu por sua vez uma perda sensibilíssima com o falecimento do Doutor Manoel Dantas, que era uma figura que honrava a nossa terra por muitos e variados títulos. O Doutor Manoel Dantas exerceu no Rio Grande do Norte por mais de trinta anos uma atuação constante e sempre benéfica. Professor, advogado, jornalista, administrador, iniciador de várias associações altruísticas, representante do Estado nos diversos Congressos Científicos a que o Rio Grande do Norte teve de comparecer, o nosso dileto conterrâneo soube sempre elevar muito alto o nome de nossa terra e era bem uma força poderosa com que contávamos para o advento de dias cada vez melhores para a sociedade rio-grandense. Por isso mesmo, foram excepcionais as homenagens últimas que lhe prestaram os nossos conterrâneos, homenagens a que o Estado se associou, decretando o

luto oficial e mandando fazer os funerais por sua conta.

Ao longo da nossa trajetória de pesquisa, muito aprendemos com as contribuições dos registros de Manoel Dantas, afirmamos plenamente a abundância de seus recorrentes escritos nos Relatórios de Presidente de Província, nos artigos do Jornal *A República* e os significativos artigos que escreveu na *Revista Pedagogium*. Bem como a importância de seu legado para a História da Educação, reconhecemos portanto sua intensa atuação na Instrução norte-rio-grandense e que a sua colaboração foi de grande relevância.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de desenvolvimento da pesquisa sobre o intelectual Manoel Dantas possibilitou produtivas experiências principalmente no âmbito acadêmico. Ao longo destes últimos dois anos, a construção dos capítulos e realização dos objetivos traçados no início do estudo nos impulsionaram a aprender cada dia sobre o ato de pesquisar e a importância em ter decidido desenvolver o presente trabalho.

A ideia de trabalhar com a história da educação a partir da análise do momento histórico educacional sob a ótica de um intelectual seridoense, surgiu ainda durante a graduação no curso de Pedagogia. No decorrer da experiência como bolsista de iniciação científica na UFRN em Caicó/ RN, os laços entre Pedagogia e História foram estreitando-se.

Surgiu na época, a possibilidade de trabalhar com a fonte imprensa, mais especificamente: o Jornal *O POVO*, primeiro jornal de Caicó. Lá, nos deparamos com os artigos de Manoel Dantas sobre instrução pública. Decidimos então pesquisar a instrução pública, a partir dos registros feitos pelo jovem Manoel Dantas ainda com 22 anos de idade.

Após a defesa da monografia, ficaram ainda inquietações que nos conduziram até o mestrado em educação, seguindo com a pesquisa a partir dos registros de Manoel Dantas, entretanto sob nova perspectiva, considerando mais do que sua opinião em defesa da instrução pública, mas suas ações em prol desta.

Ao longo da monografia pudemos constatar o apreço do intelectual pela instrução pública e como este enxergava a importância da educação para o progresso da sociedade, considerando este posicionamento a partir de seus textos para o jornal *O Povo*, todavia pudemos com o desenvolvimento da dissertação, perceber o que este homem, fez pela educação de seu Estado, pudemos enxergar além das suas proposições.

Nos propomos a estudar a sua atuação como Diretor Geral da Instrução Pública do Rio Grande do Norte, cargo esse que não era concedido a qualquer pessoa. Afirmamos isto pela importância que dessa função no contexto da Primeira República. Abaixo do Presidente de Província, encontrava-se o Diretor Geral com autonomia para tomar importantes decisões sobre o rumo da educação, nessa função, o diretor não apenas obedecia aos regulamentos estabelecidos para a instrução pública, mas

também os criava. Obviamente as decisões do Diretor passavam pela aprovação do Presidente de Província, mas o que nos ressalta a atenção era a importância e o domínio que tinha essa pessoa perante decisões de grande responsabilidade.

As exigências do cargo deliberavam do diretor grande conhecimento para melhor atuação e desenvolvimento de sua função, grandes responsabilidades, demandavam, portanto, a indicação de pessoas capacitadas para exercê-las.

Durante a gestão de quatro presidentes de Província, Manoel Dantas esteve da frente da educação do Rio Grande do Norte, foram mais de duas décadas influenciando a estruturação escolar do Estado. A elaboração do regimento dos grupos escolares, inauguração e proposta de fundação de grupos escolares, escolas isoladas, escolas rudimentares, ensino agrícola, dentre tudo o mais que ocorreu no uni verso educacional de 1897 a 1924.

Intensamente acompanhando de perto todas as modificações e participando veementemente de todo esse processo educacional do RN, Manoel Dantas e sua produção acadêmica convidam à pesquisa, ao estudo, à análise do pesquisador, principalmente da história da educação do Estado.

A importância de seu legado, não repousa somente no aspecto intelectual, mas chama a atenção pela importância e magnitude de seus atos perante a história da educação do nosso estado.

Trabalhamos com os relatórios do Presidente de Província, disponíveis nas plataformas digitais, assim como a Revista Pedagogium à qual tivemos acesso em formato pdf, utilizando também o jornal A República como constituinte da nossa pesquisa, porém o trabalho com o referido jornal nos levou à campo, uma vez que não havia disponível o acervo totalmente digitalizado.

Contamos então com a colaboração do Arquivo Público do Estado, que contava com este acervo, e a dedicação dos funcionários em preservá-los uma vez que a estrutura do prédio favorecia diversos obstáculos à preservação destes, e a escassez de recursos dificultava o acesso aos pesquisadores. Porém, conseguimos realizar nosso intento e ter acesso aos jornais do recorte temporal do nosso estudo.

Foram mais de dois meses frequentando assiduamente o arquivo público, registrando todos os jornais, e depois mais diversos meses para organizar as informações para a dissertação. Pontuamos, portanto, a dificuldade em ter acesso as

fontes como um de nossos maiores enigmas no desenvolvimento desta pesquisa, uma vez que o Instituto Histórico e Geográfico do RN, permaneceu com as portas fechadas para a pesquisa, ao longo do período do mestrado. O Arquivo Público, foi portanto de imensurável importância e o acolhimento dos funcionários deveras significativo, para que tivéssemos oportunidade de analisar os artigos do Jornal A República.

Aprendemos bastante sobre a importância da preservação da memória, mas também sobre a solidariedade na pesquisa e a importância da colaboração entre os pesquisadores da área, uma vez que contamos com o auxílio de pesquisadores que nos forneceram imagens para a nossa pesquisa, ou indicação de textos bibliográficos que foram significativos para o desenvolvimento e nosso estudo.

Ao chegar aos momentos finais da pesquisa, consideramos em nossa análise que alcançamos nosso objetivo geral em compreender e analisar a importância das contribuições de Manoel Dantas para a instrução pública do Rio Grande do Norte, considerando para isso a análise das fontes que escolhemos para realizar este estudo.

Apresentamos como sugestões para futuros estudos sobre o assunto, o olhar sobre a educação no Rio Grande do Norte após a atuação de Manoel Dantas percebendo as transformações na educação escolar, a partir dos Relatórios de Presidente de Província, além da utilização do Jornal *A República* bem como a *Revista Pedagogium*, uma vez que estas fontes se constituem como rica fonte de pesquisa para quem se interessa pela História da Educação.

E para quem desejar se aprofundar em pesquisas futuras sobre Manoel Dantas, há aspectos deste intelectual a serem desenvolvidos não apenas na área da Educação especificamente. Indico a escrita da biografia de Manoel Dantas, bem como o seu perfil enquanto fotógrafo, que era um de seus hobbies, indico também, o aprofundamento em seu perfil político e cultural.

Por fim, expressamos a gratidão por todo o aprendizado e experiência adquirida, ao longo do estudo sobre as contribuições de Manoel Dantas para a instrução pública do RN com a consciência de que alcançamos os objetivos traçados no início deste trabalho, almejamos, portanto, seguir em frente nos rumos da pesquisa acadêmica.

APÊNDICES

Apêndice I:

FICHA DE DADOS – RELATÓRIOS DE PRESIDENTE DE PROVÍNCIA/ RN

1. Nº RELATÓRIO - ANO nº1 / 1897
2. Período de análise: Julho de 1896 a junho de 1897
3. Mapas: 8
4. PÁGINAS DEDICADAS À INSTRUÇÃO: 13
5. NÚMERO DE ATOS E DECRETOS APROVADOS /INSTRUÇÃO PÚBLICA
6. LIVROS DIDÁTICOS ADOTADOS NAS ESCOLAS: 13 LIVROS
7. CRIAÇÃO DE ESCOLAS/ escolas já existentes
8. NÚMERO DE ESCOLAS PÚBLICAS _____
9. NÚMERO DE ESCOLAS PRIVADAS
10. Número de cadeiras PÚBLICAS F/M/MISTAS: 1/ 9/10
11. NÉMERO DE CADEIRAS PRIVADAS F/M/ MISTAS: 29
12. PROPOSTAS DE FUNDAÇÃO: Instituição do Curso e Profissional e da Escola modelo anexa ao Atheneu, visando a preparação de professores
13. NOMEAÇÃO DE PROFESSORES M/F: 4/4
14. EXONERAÇÃO: 7
15. SUSPENSÃO DE EXERCÍCIO: 1
16. ABANDONO DE CADEIRA M/F: 0/1
17. NOMEAÇÃO/EXONERAÇÃO DE DELEGADOS: 12 / 5
18. NOMEAÇÃO DE INSPETORES
19. NÚMEROS DE LIÇENÇA CONCEDIDA A PROFESSORES C.O/ S.O: 11/0
20. EXONERAÇÃO: 2
21. MATRÍCULA E FREQUÊNCIA ESCOLAR P/S

OBS: Causas mais importantes para o fracasso escolar, apontadas como: o atraso do salário dos professores e fiscalização nas escolas

SIGLAS: C.O com ordenado; S.O sem ordenado; M masculino; F feminino; P primária; S secundária

Apêndice II:**FICHA DE DADOS: JORNAL**

- I. JORNAL A REPÚBLICA/ ANO:
- II. DATA DE PUBLICAÇÃO:
- III. ESTRUTURA DO JORNAL:
- IV. TÍTULO DO ARTIGO:
- V. ASSUNTO:
- VI. CONTRIBUIÇÕES PARA EDUCAÇÃO:
- VII. CONTÉM (VISITAS ESCOLARES; INAUGURAÇÃO DE GRUPOS ESCOLARES
INDICAR NÚMERO)

FONTES

Mensagem do Governo 1845. Disponível em: http://wwwapps.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_norte.

Mensagem do Governo 1897. Disponível em: http://wwwapps.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_norte.

Mensagem do Governo 1898. Disponível em: <http://wwwapps.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_norte>

Mensagem do Governo 1899. Disponível em: <http://wwwapps.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_norte>

Mensagem do Governo 1900. Disponível em: <http://wwwapps.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_norte>

Mensagem do Governo 1901. Disponível em: <http://wwwapps.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_norte>

Mensagem do Governo 1902. Disponível em: <http://wwwapps.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_norte>

Mensagem do Governo 1903. Disponível em: <http://wwwapps.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_norte>

Mensagem do Governo 1904. Disponível em: <http://wwwapps.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_norte>

Mensagem do Governo 1905. Disponível em: <http://wwwapps.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_norte>

Mensagem do Governo 1906. Disponível em: http://wwwapps.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_norte

Mensagem do Governo 1907. Disponível em: <http://wwwapps.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_norte>

Mensagem do Governo 1908. Disponível em: <http://wwwapps.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_norte>

Mensagem do Governo 1909. Disponível em: <http://wwwapps.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_norte>

Mensagem do Governo 1910. Disponível em: <http://wwwapps.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_norte>

Mensagem do Governo 1911. Disponível em: <http://wwwapps.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_norte>

Mensagem do Governo 1912. Disponível em: <http://wwwapps.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_norte>

Mensagem do Governo 1913. Disponível em: <http://wwwapps.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_norte>

Mensagem do Governo 1914. Disponível em: <http://wwwapps.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_norte>

Mensagem do Governo 1915. Disponível em: <http://wwwapps.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_norte>

Mensagem do Governo 1916. Disponível em: <http://wwwapps.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_norte>

Mensagem do Governo 1917. Disponível em: <http://wwwapps.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_norte>

Mensagem do Governo 1918. Disponível em: <http://wwwapps.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_norte>

Mensagem do Governo 1919. Disponível em: <http://wwwapps.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_norte>

Mensagem do Governo 1920. Disponível em: <http://wwwapps.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_norte>

Mensagem do Governo 1921. Disponível em: <http://wwwapps.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_norte>

Mensagem do Governo 1922. Disponível em: <http://wwwapps.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_norte>

Mensagem do Governo 1923. Disponível em: <http://wwwapps.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_norte>

Mensagem do Governo 1924. Disponível em: http://wwwapps.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_norte

JORNAL A REPÚBLICA, Ano. XXIII. Num. 243, 1911. Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Norte

JORNAL A REPÚBLICA, Ano. XXX. Num. 257, 1919. Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Norte

JORNAL A REPÚBLICA, Ano. XXXVII. Num.133, 1925. Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Norte

O POVO. Cidade do Príncipe. A nova situação. pág 1, Manoel Dantas, 22 de Junho de 1889.

DANTAS, Manoel Gomes de Medeiros. **Escolas Rudimentares**. In: REVISTA PEDAGOGIUM, Num. 1 – ano I. Natal: Empresa Tipográfica Natalense, Julho de 1921.

REVISTA PEDAGOGIUM, Num. 1 – ano I. Natal: Empresa Tipográfica Natalense, Julho de 1921.

DANTAS, Manoel Gomes de Medeiros. A ação social e educativa da escola doméstica. In: REVISTA PEDAGOGIUM, Num. 2 – ano 1. Natal: Empresa Tipográfica Natalense, 1921.

DANTAS, Manoel Gomes de Medeiros. **Discurso**. In: REVISTA PEDAGOGIUM, Num. 3 – ano 2. Natal: Empresa Tipográfica Natalense, 1922.

BASTOS, Eva C.A.C; STAMATTO, Inês S; ARAÚJO, Marta M; et al. **Legislação Educacional da Província do Rio Grande do Norte (1835 - 1889)** In: Coleção Documentos da Educação Brasileira [recurso eletrônico] – dados eletrônicos – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/487843/Legisla%C3%A7%C3%A3o+Educacional+da+Prov%C3%ADncia+do+Rio+Grande+do+Norte+%281835-1889%29/ecf847de-fed0-44de-9559-213c41dd63fe?version=1.0>

DISTRITO FEDERAL. **Decreto nº 981 de novembro de 1890**. Aprova o regulamento da Instrução Primária e secundária do Distrito Federal. Disponível em: <www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/4_1a_Republica/decreto%20981-1890%20reforma%20benjamin%20constant.hm>. Acesso em: 22 out 2014.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Márcia Maria Alves de. **Matemáticas elementares na Escola Normal de Natal legislação, programas de ensino, material didático (1908-1970)**. Tese de Doutorado, UFRN, Natal/RN 2016.

AZEVEDO, Fernando de. **A Transmissão da Cultura**. Parte 3. Da 5. Ed. Da obra: A cultura brasileira. São Paulo, Melhoramentos: Brasília, INL, 1976.

BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In: LEACH, Edmund et al. **Antropos homo**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1985.

BARROS, Eulália Duarte. **Uma Escola suíça nos trópicos**. Natal/ RN: Offset, 2000.

BARROS, José D'Assunção. **O campo da História: especialidades e abordagens**. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BARROS, José D'Assunção. A História cultural francesa: caminhos de investigação. **Fenix: Revista de História e estudos culturais**. V. 2, Ano 2, n. 4, 2005. Disponível em: <www.revistafenix.pro.br/.../ARTIGO%201%20-%20JOSE%20BARROS> Acesso em: 10 jun. 2014.

BERMAN, Marshall. **Tudo o que é sólido desmancha no ar – A aventura da modernidade**. Companhia das Letras, 1987.

BOMENY, Helena. **REFORMAS EDUCACIONAIS**. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/REFORMAS%20EDUCACIONAIS%20.pd>> Acesso em 12/04/2016

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. **Plataforma do Positivismo Ilustrado**. Antônio Paim (Org.). Coleção do pensamento político republicano. V. 5, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981.

BURKE, Peter. **A Escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp, 1992.

CARVALHO, J. M. de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, José Murilo de. **I. A Construção da Ordem**. A política imperial. 2.ed.rev. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume - Dumará, 1996.

CARVALHO, J. M. de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. 2. ed. Natal: Fundação José Augusto, 1984.

_____. **Nomes da terra:** geografia, história e toponímia do Rio Grande do Norte. RN, Natal: Fundação José Augusto, 1968.

_____. **História da Cidade do Natal.** 3. ed. Natal: Ed. RN Econômico, 1999.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

COSTA, Emilia Viotti da. **Da monarquia à República:** momentos decisivos. 2. ed. São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1979.

COSTA, Cruz. **Contribuição à História das ideias no Brasil.** 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967

CRUZ, Paula Lorena Cavalcante Albano da. **A Educação como Instrumento na Construção do Imaginário Republicano:** Grupo Escolar Barão de Mipibu (1909-1920). Dissertação de Mestrado, Natal/RN, 2014.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A educação como desafio na ordem jurídica. In: LOPES, Eliane Teixeira (Org.). **500 anos de educação no Brasil.** 3. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2003.

DANTAS, Manoel Gomes de Medeiros. **A nova situação.** In: Jornal O POVO, 22 de Junho de 1889, pág.1.

DANTAS. Manoel Gomes de Medeiros. Palavras que não foram ditas in: **Homens de Outr'ora.** Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1941.

_____. **A vida sertaneja:** Presente e futuro. O POVO. 30 de Novembro de 1889, p.1.

_____. **Lettras/ Cartas academicas.** Cidade do Príncipe, pág. 01 e 02. Sabbado, 26 de Outubro de 1889

_____. **Instrução Primaria.** Cidade do Príncipe, pg.02. Setembro de 1889.

_____. **Instrução Pública II.** Cidade do Príncipe. Jornal, O Povo, 1889.

DISTRITO FEDERAL. **Decreto nº 981 de novembro de 1890.** Aprova o regulamento da Instrução Primária e secundária do Distrito Federal. Disponível em: <www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/4_1a_Republica/decreto%20981-1890%20reforma%20benjamin%20constant.hm>. Acesso em: 22 out 2014.

DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia.** 9.ed. São Paulo: Edições melhoramentos, 1973. FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, Eliane Teixeira (Org.). **500 anos de educação no Brasil.** 3. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2003.

GUIMARÃES, L. M. P. Liberalismo moderado: postulados ideológicos e práticas políticas no período regencial (1831 – 1837). In: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal (Org.). **O liberalismo no Brasil imperial: origens, conceitos e prática**. Rio de Janeiro: Revan; UFRJ, 2001.

HERMEM, Jacqueline. Religião e política no alvorecer da República. In: Ferreira, Jorge; Delgado, Lucília de Almeida Neves (Org). **O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

JULIA, Dominique. **A Cultura Escolar Como Objeto Histórico**. (Tradução de Gisele Souza), Revista brasileira de história da educação nº1 jan./jun. 2001

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990. (Coleção Repertório).

_____. **O imaginário medieval**. 3. ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1994. (Coleção Nova História, vol. 3)

_____. **Heróis e maravilhas da Idade Média**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 201.

LIMA, Diógenes da Cunha. **Natal: biografia de uma cidade**. RJ: Lidador, 1999.

LIMA, Nestor dos Santos. **Um século de Ensino Primário**. 1927

LIMA, Nísia Trindade. **Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Revan; IUPERJ; UCAM, 1999.

LINS, Ivan. **História do Positivismo no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **História da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. **A penúltima versão do Seridó - uma história do regionalismo seridoense**. Natal, RN: Ed. Sebo Vermelho, 2005.

MEDEIROS, José Augusto Bezerra de. **Seridó**. Brasília, 1980 MEDEIROS FILHO. Olavo de. **Caicó, cem anos atrás**. Brasília, 1988.

MEDEIROS NETA, Olívia Morais de. **Ser(Tão) Seridó em suas cartografias espaciais**. 2007. 122 f. Dissertação (Mestrado em História e Espaços) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

MICELI, Paulo. **O mito do herói nacional**. São Paulo: Contexto, 1988.

MONTEIRO, Denise Mattos. **Introdução à história do Rio Grande do Norte**. Natal, RN: EDUFRN, 2000.

MORAIS, Isabela Cristina Santos de. **A Instrução Pública sob a ótica de Manoel**

Dantas. Caicó: Monografia apresentada à Universidade Federal do Rio Grande do Norte/ UFRN, 2015.

MINISTÉRIO da Integração Nacional. **Mesorregião Seridó.** Disponível em <http://www.mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=78580def-39f8-4148-a177-eccf9a05307b&groupId=63635>, acesso em 07 de outubro de 2015.

MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. **A penúltima versão do Seridó** - uma história do regionalismo seridoense. Natal, RN: Ed. Sebo Vermelho, 2005.

MENEZES, Antônio Basílio Novaes Thomaz de. A Presença do Higienismo na Educação Potiguar: A Perspectiva Educacional de Nestor Santos Lima (1921-1927). In: STAMATTO, Maria Inês Sucupira & MEDEIROS NETA, Olívia Moraes de. **Práticas Educativas, Formação e Memória.** Campinas, SP: Mercado de Letras, 2015.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Liberalismo político no Brasil: ideias, representações e práticas (1820-1823). In: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal (Org.). **O liberalismo no Brasil imperial:** origens, conceitos e prática. Rio de Janeiro: Revan; UFRJ, 2001.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na Primeira República.** São Paulo: Brasiliense, 1990.

ONOFRE JÚNIOR, Manoel. Transcrito do livro 400 Nomes de Natal FUNCART - 2001. In: **Homens de Outr'ora.**

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional.** São Paulo: Brasiliense, 2012.

PAIVA, MarluCIA Menezes de. & MEDEIROS NETA, Olívia Moraes de. O Rio Grande do Norte e a Escola Republicana (1889-1930) In: STAMATTO, Maria Inês Sucupira & MEDEIROS NETA, Olívia Moraes de. **Práticas Educativas, Formação e Memória** Campinas, SP: Mercado de Letras, 2015.

PEIXOTO, Antônio Carlos. Liberais ou conservadores? In: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal (Org.). **O liberalismo no Brasil imperial:** origens, conceitos e prática. Rio de Janeiro: Revan; UFRJ, 2001.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e história cultural.** 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

PESAVENTO, Sandra Jataí. Em busca de uma outra História: Imaginando o imaginário. **Revista brasileira de História.** São Paulo. v 15, n. 29. p. 5-27. 1995.

RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma história cultural.** Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

ROCHA, Marlos Bessa Mendes da. **Matrizes da modernidade republicana:** cultura política e pensamento educacional no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados:

Brasília, DF: Editora Plano, 2004

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

SILVA, Francinaide de Lima. **A Escola Normal de Natal (Rio Grande do Norte, 1908-1971)**. Tese de Doutorado, UFRN, Natal/RN, 2013.

SILVA, João Carlos da. Utopia positivista e instrução pública no Brasil. **Revista HISTERDBR on-line**. Campinas, n. 16, p. 10-16, Campinas, dez. 2004. Disponível em: < http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/revis/revis16/art2_16.pdf > Acesso em 18 nov. 2014.

SIRINELLI, Jean François. Os Intelectuais, In: RÉMOND, René. **Por Uma História Política**. Trad. Dora Rocha, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2.ed, 2003.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

_____. **Uma História do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

SOUZA, Itamar de. **A República velha no Rio Grande do Norte (1889-1930)**. Natal, RN: EDUFRN, 2008.

STAMATTO, Inês S. A escola da Ordem e do Progresso (Brasil: 1889-1930). **Revista da FAEEBA: Educação e contemporaneidade**, Salvador, v. 14, n. 24, p. 75-85, jul./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.uneb.br/revistadafaeeba/files/2011/05/numero24.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2012.

STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. (Orgs.). **História e memória da educação no Brasil: século XX**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. v. 3.

STAMATTO, Maria Inês Sucupira. A institucionalização de uma profissão: o arcabouço jurídico do magistério no Brasil (1822-1854). In: LOPES, Antonio de Pádua Carvalho;

STAMATTO, Maria Inês Sucupira (Orgs.). **O ofício docente no Norte e Nordeste**. São Luís: EDUFMA; João Pessoa: UFPB; Café&Lápis, 2011. (Coleção Tempos, Memórias e História da Educação, 3). p. 133-148. ISBN 978-85-62485-21-3.